

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**

**IGOR GRANDI**

**A ATUAÇÃO JORNALÍSTICA NA CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 2018.  
ANÁLISE DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO E REVISTA VEJA.**

**CAXIAS DO SUL**

**2021**

**IGOR GRANDI**

**A ATUAÇÃO JORNALÍSTICA NA CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 2018.  
ANÁLISE DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO E REVISTA VEJA.**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, na Universidade de Caxias do Sul.

Orientação: Prof. Me. Jacob Raul Hoffmann

**CAXIAS DO SUL**

**2021**

**IGOR GRANDI**

**A ATUAÇÃO JORNALÍSTICA NA CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 2018.  
ANÁLISE DOS VEÍCULOS JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO E REVISTA VEJA.**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, na Universidade de Caxias do Sul.

Orientação: Prof. Me. Jacob Raul Hoffmann

Aprovado em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2021.

**Banca examinadora**

---

Prof. Me. Jacob Raul Hoffmann

Universidade de Caxias do Sul - UCS

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista

Universidade de Caxias do Sul - UCS

---

Prof. Dr. Marcell Bocchese

Universidade de Caxias do Sul - UCS

*Dedico este trabalho a todos  
que sintam sede de fazer o  
jornalismo ainda mais presente  
no sistema democrático*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao professor Jacob por me acompanhar nesta caminhada e instruir o melhor caminho para a conclusão deste trabalho, assim como os debates e aprendizados sobre o cotidiano e a política contemporânea.

Agradeço também as pessoas mais importantes de minha vida, meus pais, Ailton e Salete, por sempre me incentivar, formar meu caráter, ensinar os valores éticos da vida, batalharem durante anos para que eu pudesse chegar ao ensino superior apoiando os meus sonhos e compreendendo os momentos mais vulneráveis os quais eu possa ter transparecido neste período. Este trabalho dedico a vocês.

Não podia esquecer de agradecer também a minha irmã Angiéli e minha noiva Giulia, que tiveram uma grande dose de paciência comigo e minhas teorias neste tempo de trabalho de conclusão, além de serem minhas parceiras nesta longa trama da vida.

Agradeço aos meus avós, o “NONO” Adelino e a “NONA” Orvalina, pois foram vocês que fizeram ser possível o início desta caminhada. Agradeço também a VOVÓ Célia, por me mostrar o valor da simplicidade e continuar sempre queimando em meu coração.

Agradeço as experiências que passei durante estes 23 anos de vida, buscando sempre em cada conversa, em cada curso, em cada passagem, extrair o melhor aprendizado possível.

Agradeço aos colegas, amigos, parceiros e todos que de certa maneira me ajudaram a chegar a este momento tão especial.

Finalizando, gostaria de agradecer a todos os professores do Colégio de Ensino Fundamental Vereador Marcial Pisoni, aos da Escola Estadual Técnica de Caxias do Sul (EETCS) e aos da Universidade de Caxias do Sul (UCS), com quem tive um imenso prazer de conversar, aprender e conviver durante toda minha vida acadêmica, sendo OS pilares desta escolha profissional.

*“Democracia é o governo  
do povo, pelo povo e para  
o povo”.*

*Abraham Lincoln*

## RESUMO

Este trabalho busca identificar a abordagem do jornal Folha de São Paulo e da revista Veja sobre o risco à democracia em matérias publicadas durante a campanha eleitoral de 2018, especialmente em relação ao candidato Jair Messias Bolsonaro. Através do método de análise de conteúdo e revisão bibliográfica, foram estudados 13 conteúdos publicados durante o período de agosto, setembro, outubro e novembro de 2018. Neste estudo, foi analisada a forma como os dois veículos abordaram o risco à democracia. O trabalho de análise possibilitou perceber que o jornalismo destes veículos procurou acima de tudo, defender a democracia e apontar os traços de autoritarismo contidos em declarações do candidato Bolsonaro, buscando afirmar isso a partir de grandes especialistas e pesquisas sobre o tema.

Palavras-chave: Democracia. Política. Jornalismo Político. Bolsonaro. Folha de São Paulo. Veja.

## **ABSTRACT**

This work seeks to identify the approach of the Folha de São Paulo newspaper and Veja magazine on the risk to democracy in articles published during the 2018 election campaign, especially in relation to the candidate Jair Messias Bolsonaro. Through the method of content analysis, bibliographic, 13 contents published during the period of August, September, October and November 2018 were studied. Within this study, the way in which the two vehicles addressed the risk to democracy was analyzed. After the analysis work, it was possible to see that the journalism of these vehicles sought, above all, to defend a democracy and to point out the authoritarian traits contained in the declarations of the candidate Bolsonaro, seeking to affirm this from great specialists and researches on the subject.

Keywords: Democracy. Politics. Political Journalism. Bolsonaro. Folha de São Paulo. Veja



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Bolsonaro Ameaça à democracia.....	96
<b>Figura 2</b> – O que o Brasil precisa é sair da tormenta sem eleger um <i>autoritário</i> .....	100
<b>Figura 3</b> - Os 4 sinais para reconhecer um autoritário .....	103
<b>Figura 4</b> - Sem diálogo, país corre risco de abandonar a democracia.....	104
<b>Figura 5</b> - <i>Os riscos da radicalização do dissenso</i> .....	105
<b>Figura 6</b> - Os riscos da radicalização do dissenso - Part.2 .....	108
<b>Figura 7</b> - Os riscos da radicalização do dissenso - Part.2.....	109
<b>Figura 8</b> - Bolsonaro e o fascismo do século 21 .....	110
<b>Figura 9</b> - Bolsonaro e o fascismo do século 21 - Part. 2 .....	112
<b>Figura 10</b> - Bolsonaro não ameaça a democracia, diz Aloysio .....	114
<b>Figura 11</b> - <i>Bolsonaro não é o vilão da eleição, diz cientista político</i> .....	114
<b>Figura 12</b> - Democracia tem aprovação recorde no Brasil.....	117
<b>Figura 13</b> - Erro de diagramação .....	119
<b>Figura 14</b> - <i>Bolsonaro usa táticas do fascismo como Trump, diz autor de livro</i> .....	120
<b>Figura 15</b> - Bolsonaro Presidente .....	125
<b>Figura 16</b> - Em discurso da vitória, Bolsonaro fala em defender a democracia .....	127
<b>Figura 17</b> - A ameaça é real .....	129
<b>Figura 18</b> - E não era Bolha.....	131
<b>Figura 19</b> - Entre a Luz e as Trevas.....	133
<b>Figura 20</b> - Vladimir Herzog enforcado .....	134
<b>Figura 21</b> - É como se a nação fosse informada de que, afinal, o câncer tem cura ...	136
<b>Figura 22</b> - Sobressaltos.....	137
<b>Figura 23</b> - O que se tem hoje nas chamadas mídias sociais é uma algaravia, em que se confundem sensatos e histéricos.....	138
<b>Figura 24</b> - A democracia brasileira .....	142
<b>Figura 25</b> - Futuro em risco.....	144

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro de diferenças entre o capitalismo e socialismo.....	27
---	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>16</b>
2.1 Pesquisa Bibliográfica.....	19
<b>3 POLITICA.....</b>	<b>20</b>
3.1 Sistemas econômicos.....	24
3.1.2 Capitalismo.....	25
3.1.3 Socialismo.....	25
3.1.4 Diferenças entre o Capitalismo e o Socialismo.....	26
3.2 Sistemas Políticos.....	27
3.2.1 Monarquia.....	28
3.2.2 Autoritarismo.....	28
3.2.2.1 Fascismo.....	31
3.2.2.2 Nazismo.....	32
3.2.3 Comunismo.....	34
<b>4 DEMOCRACIA.....</b>	<b>36</b>
4.1 Direitos Humanos.....	37
4.1.2 Inglaterra 1689.....	38
4.1.3 França 1789 e Estados Unidos 1791.....	39
4.2 Democracia Moderna.....	41
<b>5 POLITICA E DEMOCRACIA NO BRASIL.....</b>	<b>45</b>
5.1 República Velha (1889 a 1930).....	45
5.2 República da Espada (1889-1894).....	45
5.3 República Oligárquica (1895-1930).....	46
5.4 Era Vargas (1930-1945).....	47
5.4.1 Governo Provisório (1930-1934).....	47
5.4.2 Governo Constitucional (1934 – 1937).....	49
5.4.3 Estado Novo (1937 - 1945).....	50
5.5 República Populista (1945-1964).....	50
5.6 Ditadura Militar (1964-1985).....	53
5.7 Nova República (1985 – atualmente).....	61
<b>6 JAIR BOLSONARO.....</b>	<b>68</b>
6.1 As falas de Bolsonaro.....	72
<b>7 ELEIÇÕES 2018.....</b>	<b>77</b>
<b>8 JORNALISMO POLITICO.....</b>	<b>81</b>

8.1 Jornalismo político no Brasil .....	83
<b>9 VEÍCULOS DE ANÁLISE .....</b>	<b>86</b>
9.1 Revista Veja.....	86
9.2 Folha de São Paulo .....	89
<b>10ANÁLISE DE CONTEÚDO .....</b>	<b>95</b>
10.1 Folha de São Paulo .....	95
10.2 Veja .....	129
<b>11CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>148</b>
<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>154</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>159</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Na última década é possível identificar alguns líderes políticos que se elegeram em seus respectivos países a partir de um posicionamento visto por especialistas como de extrema direita. Tais posicionamentos baseados no nacionalismo, na liberdade econômica e na promessa de segurança pessoal, os levaram ao poder a partir de estratégias de comunicação muito parecidas com as de guerra, envolvendo em seus discursos ataques pessoais e desvalorização da imprensa. Esta por sua natureza, busca indagar as propostas, ações e o planejamento dos líderes políticos para o futuro do país.

Em 2016, dois anos antes das eleições presidenciais brasileiras de 2018, emergiu a campanha *Make America Great Again*, "Fazer a América Grande de Novo", mote do então bilionário e candidato à presidência dos Estados Unidos, Donald Trump. O candidato foi eleito em uma campanha tumultuada, recheada de acusações e de um mandato que quase terminou em impeachment, ao final de 2020.

Além da campanha de Trump, antes das eleições presidenciais de 2018, a imprensa brasileira teve basicamente dois anos para entender e perceber de que maneira e como crescia esta tendência particularmente autoritária que acabou chegando também no Brasil.

Portanto, este estudo busca olhar para dois dos principais veículos de informação do país, creditados como influentes na formação de opinião pública e da cobertura crítica da política nacional: o jornal a Folha de São Paulo e a revista Veja.

Para esta análise foram selecionados 13 conteúdos publicados durante as campanhas presidenciais entre os meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 2018, sendo nove da Folha de São Paulo e quatro da Veja. Tal quantidade de matérias foi considerada devido a um meio ser diário e outro semanal.

A pesquisa possui a seguinte questão norteadora: *Qual foi a abordagem do jornal Folha de São Paulo e a Revista Veja sobre o risco à democracia em matérias publicadas durante a campanha de 2018?* Para iniciar este estudo foi definido como objetivo geral: *analisar a atuação jornalística na campanha presidencial de 2018* e como específicos que buscam completar esta análise: *entender a maneira de abordagem do jornalismo tradicional nas eleições presidenciais de 2018; compreender se a imprensa perdeu o protagonismo no debate político; perceber cenários futuros*

*para as próximas eleições, relativos à cobertura jornalística; e identificar se a imprensa foi complacente com as ideias antidemocráticas durante campanha.*

Foram definidas também cinco possíveis hipóteses sobre os resultados que esta pesquisa poderia apresentar: *o jornalismo dos veículos se preocupou e protegeu a democracia; faltou incisão do jornalismo para que sua mensagem fosse ouvida; o veículo Veja apresentou um posicionamento diferente de outras edições publicadas (dentro e fora de períodos eleitorais); o jornal a Folha de São Paulo deu a devida importância ao candidato Bolsonaro tardiamente; o jornalismo não é mais o principal intermediador entre o campo político e sociedade.*

O estudo de cada um dos conteúdos foi possível por meio do método análise de conteúdo e com técnicas de revisão bibliográfica. A análise em questão é desenvolvida a partir dos capítulos descritos abaixo.

O capítulo dois traz por título Metodologia. Nele é abordado a metodologia utilizada de maneira detalhada na forma como se concretizou esta análise, passando pela pré-análise, leitura flutuante, escolha dos documentos, formulação das hipóteses e objetivos, preparação dos materiais, pertinência, objetividade e fidelidade, produtividade e tratamento de resultados.

O terceiro capítulo é denominado Política. No desenvolvimento do mesmo é realizada uma reflexão sobre a origem da política, sua formação, seus sistemas sociais, econômicos e políticos, apresentando as características e os conceitos de cada um destes tópicos.

O quarto capítulo, Democracia, apresenta uma fundamentação ampla do conceito que envolve a questão norteadora, realizando comparativos históricos e fundamentando o tema de maneira geral, considerando os aspectos que formam esse sistema político.

O quinto capítulo intitula-se Política e Democracia no Brasil. Esta parte do trabalho refere-se à história da república no Brasil juntamente com os principais fatores que determinaram a ascensão e queda da democracia, discorrendo um pouco por cada um dos períodos governamentais, com foco em alguns dos principais fatos políticos do país, desde o surgimento da república até os dias de hoje.

O sexto capítulo, chama-se “Bolsonaro”, onde se discorre um pouco da vida e trajetória política do então candidato e atual presidente da República, foco da questão norteadora deste trabalho.

O sétimo capítulo traz por título Eleições de 2018. Trata-se de em um breve resumo que descreve como ocorreram as eleições de 2018 apontando conclusões de alguns especialistas no tema e elencando os principais fatos das eleições.

O oitavo capítulo aborda Jornalismo Político. É apresentado a importância e as dinâmicas utilizadas pelo jornalismo político e sua grande relevância nas decisões que sociedade possa tomar em relação à política nacional.

O nono capítulo é a Análise de conteúdo. Nessa parte são analisados os conteúdos selecionados conforme a metodologia de pesquisa, nos quais se busca uma resposta para a questão norteadora deste trabalho.

O décimo e último capítulo trata das considerações finais onde é apresentado uma resposta à questão norteadora e uma avaliação dos objetivos e hipóteses desta pesquisa.

## 2 METODOLOGIA

Buscando atender os objetivos desta pesquisa, a metodologia utilizada será a análise de conteúdo. A análise de conteúdo é uma das técnicas metodológicas utilizadas desde o começo da humanidade para interpretar livros sagrados. Segundo Bardin (2000) a definição da análise de conteúdo surge nas décadas de 40-50 na qual o método foi definido assim como é atualmente. Conforme descrito por Bardin (2000) a análise de conteúdo é formada por três fases fundamentais apresentados como: **pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação.**

**A pré-análise:** é dividida em cinco etapas definidas por Bardin (2000), como leitura de documentos, formulação das hipóteses e objetivos, referenciação dos indicadores e preparação de materiais.

**Leitura flutuante:** onde se tem as primeiras impressões do tema a partir do contato com os primeiros documentos.

**Escolha dos documentos:** Momento de seleção dos materiais que serão analisados, com o objetivo de buscar os melhores resultados, por isso, é necessário levar em conta todos os materiais do assunto e do período a ser analisado assim como do veículo de análise.

**Formulação das hipóteses e dos objetivos:** é realizado uma suposição do que se pretende alcançar para concluir os objetivos gerais do trabalho.

**Referenciação dos índices e elaboração dos indicadores:** são selecionadas as referências conforme as hipóteses definidas.

**Preparação dos materiais:** Serve para edição de todo o material coletado, classificando por equivalência e relevância do tema.

Após a fase de pré-análise é realizado a exploração do material. Segundo Bardin (2000) é por meio de operação e categorização que se inicia a sistemática do material escolhido, das hipóteses apresentadas e dos objetivos pretendidos. A codificação é onde os dados brutos serão transformados em material de estudo. Segundo Fonseca Júnior (2014), este processo une o material escolhido para análise com a teoria do pesquisador. A codificação do material acontece em três fases: **recorte, enumeração e agregação.**



**Recorte:** o recorte é onde os documentos são separados por categoria. As mais utilizadas são a palavra, o tema, o objeto ou referente, personagem ou documento.

**Enumeração:** é o modo de contagem das unidades retiradas do recorte.

**Agregação:** é a escolha de categorias que serão utilizadas na pesquisa e que também é chamada de categorização.

Conforme Bardin (2000) cada categoria deve possuir algumas qualidades, tais como: ***exclusão mútua e homogeneidade***.

**Exclusão mútua:** neste ponto só poderá ser escolhido uma categoria para cada nível de análise.

**Homogeneidade:** Deve haver só uma dimensão de análise para que seja possível definir a categoria.

Conforme Bardin, se temos diferentes níveis de análise devemos separá-los por diferentes categorias.

**Pertinência:** as categorias devem demonstrar as intenções do investigador e os objetivos da pesquisa, assim como as características da mensagem.

**Objetividade e Fidelidade:** é necessário possuir categorias bem definidas, tais como temas e indicadores claros para que não se tenha distorções nas análises da pesquisa em cada uma das categorias definidas.

**Produtividade:** a produção definirá se as categorias escolhidas serão capazes de gerarem bons resultados com hipóteses e dados exatos.

A interpretação e análise de conteúdo precisa buscar atender o corpus da pesquisa, ou seja, os dados apresentados e objetivos precisam ser validados na análise. Segundo Bardin (2000), a análise se define em quatro tópicos:

**Emissor:** o reprodutor da mensagem, este pode definir as características da mensagem assim como seu objetivo.

**Receptor:** a quem a mensagem é direcionada, ou seja, seu público massivo. A mensagem tende-se a ser clara e coesa para que o público possa recebê-la.

**Mensagem:** a análise de conteúdo conceitua a mensagem como principal ponto da pesquisa, desta forma, conseguimos analisar seus aspectos, significado e relação com a realidade.

**Médium:** o canal escolhido para propagação da mensagem, onde se verifica se o mesmo atende as expectativas das mensagens analisadas em questão.

O próximo passo é o tratamento de resultados. O pesquisador deve transformar os dados em significativos e válidos. Segundo Bardin (2000) a inferência na análise de conteúdos induz o pesquisador a investigar as causas a partir dos efeitos. Após a inferência, é necessário interpretar os conceitos que dão sentido geral e significativo a análise buscando gerar proposição reais ou não. Conforme Bardin (2000, p. 131), “o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas.”

**Inferência:** a inferência precisa de muita atenção em cada polo de atração e comunicação, sendo o instrumento que induz para investigar as causas a partir dos efeitos da pesquisa.

**Interpretação de conceitos e proposições:** os conceitos dão sentido e uma referência geral ao trabalho. Os conceitos se formam a partir da cultura estudada da linguagem e não da definição científica. Após ainda é necessário comparar enunciados, definir os dados e verificar se existe algum conceito de unificação. Portanto se temos conceitos diferentes é necessário verificar se existe algo que os unifique.

**Proposição:** para Bardin (2000) os conceitos podem ou não se ajustar às proposições mesmo sendo elas verdadeiras ou não. Nestas condições o pesquisador deve conseguir demonstrar as proposições que derivam de um estudo cuidadoso.

Bardin (2000) atenta que durante toda a fase de interpretação dos dados o pesquisador deve voltar-se atentamente aos marcos teóricos da investigação, pois é a partir deles que é possível se ter o embasamento e as perspectivas do estudo. A pesquisa se costura em cada uma das fases. Os dados obtidos e a fundamentação da teoria dão sentido às interpretações. Estas interpretações levam as inferências a compreender e buscar a realidade do discurso estudado, assim como sua profundidade, afirmações e dados obtidos.

Desta forma finaliza-se a metodologia de análise de conteúdo proposta para este trabalho, que embora tenha três fases, pode conter inúmeras variações dentro do campo de pesquisa. As escolhas de análise também podem variar, conforme Bardin (2000) as comunicações e objetos de análise podem ser abordadas de diferentes formas. Alguns pesquisadores optam por palavras, outros sentenças, parágrafos ou textos. Enquanto alguns contam palavras ou expressões, outros

desenvolvem a estrutura de sua análise ou partes e outros, centram todos seus esforços em temas determinados.

## **2.1 Pesquisa Bibliográfica**

A pesquisa científica se inicia por meio da pesquisa bibliográfica. Para Sousa, Oliveira e Alves (2006), a pesquisa auxilia desde o início, através de obras já publicadas e relevantes para conhecer e analisar o tema, sendo primordial para construção da análise. Os instrumentos utilizados são: livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis e outros tipos de fontes escritas que já foram publicados. Para Fonseca (2002), a pesquisa é realizada

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Conforme Sousa, Oliveira e Alves (2006) é através da pesquisa bibliográfica que se começa conhecer o assunto a ser pesquisado através de obras já publicadas, fazendo o levantamento de informações relevantes que possam contribuir com o desenvolvimento da pesquisa. De acordo com Sousa, Oliveira e Alves (2006), a pesquisa bibliográfica busca através de um levantamento desenvolver o conhecimento necessário para que possa ser realizada a análise crítica através do conhecimento adquirido que contribuía com a pesquisa. Após ter uma temática definida e delimitada o pesquisador usa a base bibliográfica de livros, teses, artigos e documentos para atingir os objetivos propostos na pesquisa. A pesquisa bibliográfica se resume em procedimentos que o pesquisador deve executar na busca de obras já publicadas para solucionar o problema proposto.

### 3 POLITICA

Neste capítulo são tratados sobre alguns aspectos da política e suas origens, a fim de esclarecer a estrutura de uma sociedade perante aos seus mandatários políticos civis. Segundo Aristóteles (1913) todo estado é uma sociedade e todas as ações dos homens têm por fim aquilo que consideram um bem, assim, as sociedades possuem como meta ter alguma vantagem, se constituindo como estado ou sociedade política. A formação da natureza política por si só distingue quem dá o comando e quem é imposto à submissão, como no reino irracional dos animais. Então, entende-se que conforme desígnio da natureza comanda quem pode por sua inteligência e obedeça quem possa contribuir com a prosperidade em comum, formando uma sociedade natural que se regenera, cria e partilha através da ordem natural do ciclo da vida. Conforme Aristóteles (1913) a sociedade que se forma a partir dessa regeneração natural é o que constitui a cidade que não está organizada apenas para conservar sua própria existência como era nos primórdios da vida, mas também para buscar o bem estar de todos que ali habitam, tendo a ser suficiente para si mesma e obter o mais perfeito estado. Fica claro que assim como a sociedade é feita para o homem, o homem é feito para a sociedade e por isso aquele que se opor a sua própria natureza estará se tornando um sujeito sem pátria e muito acima ou abaixo dos homens, construindo apenas a própria guerra.

A premissa da ideia de Aristóteles (1913) diz que a formação de uma sociedade se dá por sua organização civil e procriação natural. Dessa forma, compreende-se que na formação de uma sociedade haja a condição da mesma pensar-se e organizar-se para que seja capaz de se adequar sem interferências externas. Isso é possível através da organização do ser humano com maior inteligência para lidar com as situações sociais, que não seja um rei, republicano ou tirano, mas sim, um ser que obedece e comanda sua república através de uma constituição, fazendo com que todos os seres sociais contribuam na política, seja com a sua inteligência, ou com a sua força física, para o bem de toda sociedade. Neste ponto, vale discutir se tais regras fundamentais da política de Aristóteles ainda se firmam e servem como um pilar para formar uma sociedade constituinte. Fica explícito que a visão do filósofo buscava de maneira metafísica realizar ligações naturais entre os seres racionais e irracionais, levando a um comparativo classificatório que busca as ordens comuns entre estes seres, a fim de conseguir constituir uma filosofia política que de maneira

racional pudesse estabelecer um conceito social capaz de ser explicado a partir de ações de seres irracionais. Aristóteles descreve o pilar de funcionamento e formação da sociedade. As suas avaliações de que o homem que se destaca por sua inteligência é quem deve comandar o governo e que a sociedade deve trabalhar para tal líder, seja mentalmente ou fisicamente buscando construir o bem comum, é uma filosofia que tenta dizer o que a sociedade deveria seguir para viver e sobreviver bem com sua própria natureza e de acordo com a natureza irracional. Para Aristóteles (1913) a ordem natural racional é como a política se dá, se prega, comparada à ordem irracional. Dividido em poderes marital e paternal, o autor define a relação política através de algumas categorias as quais se valem para que seja possível entender como surge e se consolida a classe política civil à qual se denomina sociedade. Aristóteles define o governo em três poderes: o do senhor, do qual acaba de se tratar, o do pai e o do marido. Nesta análise vamos comparar como os poderes que existem atualmente na sociedade: o do senhor (o executivo), o do pai (legislativo) e o do marido (judiciário). Num exemplo clássico, o filósofo realiza a ligação do governar uma sociedade assim como o homem governa a sua família, onde ele executa de maneira clara suas ações para dar o suporte necessário de sustentação aos seus subordinados, denominando assim sua posição de marido, transformando a mulher como cidadã e os seus filhos como seus súditos. Seguindo esta linha de análise o autor identifica que assim como no mundo irracional o macho está acima da fêmea. Este pensamento que podemos denominar como machista nos dias atuais, formaram a base para que fosse possível discutir as formações da sociedade política e seus poderes. A primeira categoria tratada que engloba a virtude própria aos diversos, é a de membros da família.

Segue-se o precedente que o governo doméstico exige atenções muito diferentes para o sustento das pessoas e para a posse das coisas inanimadas, para seus costumes e para a acumulação de riquezas, para as pessoas livres e para os escravos. (ARISTÓTELES, 1913, p.19)

O filósofo diz que o governante precisa estar pronto a indagar-se constantemente sobre as virtudes de seus súditos e deve exigir que os mesmos as possuam. Até que ponto isso é corromper com liberdade dos cidadãos? A reflexão desta atuação de maneira simplificada quer dizer: se o governante possui as mesmas virtudes de seus súditos, por que ele é o mandatário enquanto os demais são seus

subordinados? Para responder isto, Aristóteles comenta que é importante que ambos possuam virtudes, com suas características, diferenças, singularidades e variedades, para que se tenha um governo de quem comanda, de quem obedece e todos com suas liberdades que lhes são próprias para que se torne cidadão.

A segunda categoria abordada é a do Cidadão. O autor após toda a reflexão do conceito de governo e de construção política, diz em sua filosofia que em primeiro lugar os seres do convívio social devem conseguir entender o conceito do que é o estado, para que se possa ter a percepção de que nem sempre devemos estar a “mercê” dos seus governantes, sejam eles únicos ou como grupo menor que o restante da cidade. A partir deste pressuposto entende-se que o estado nada mais é do que a ordem dos habitantes que o compõem. Mas então o que devemos entender por cidadão? O estado em si, consiste na universalidade de seres e, portanto, a prototipação do cidadão é um equívoco dentro de um estado, pois nem todos são unânimes de tal aplicação. Para (ARISTÓTELES, 1913, p. 21) “Alguém que é cidadão em uma democracia, não é em uma oligarquia.”

A terceira categoria é o critério da cidadania. Seguindo a orientação da filosofia de Aristóteles, o que constitui um cidadão é o direito de voto em assembleias e a sua participação no exercício do poder público de sua pátria. “É cidadão aquele que, no país em que reside, é admitido na jurisdição e na deliberação. É a universalidade deste tipo de gente, com riqueza suficiente para viver de modo independente, que constitui a Cidade ou o Estado.” (ARISTÓTELES, 1913, p. 22)

E a última categoria abordada do livro de Aristóteles, trata da diversidade dos cidadãos. O primeiro ponto de discussão é: Quem são os verdadeiros cidadãos? O tema que parece respondido no parágrafo anterior quer abordar propriamente outra via, que busca entender a naturalização dos cidadãos e, se estrangeiros podem participar das decisões de uma sociedade política específica, sendo eles não naturalizados, ou seja, não nascidos naquele lugar. Entretanto o autor vai além, ao citar Homero para descrever esta diversidade:

Resulta de tudo isso que há várias espécies de cidadãos, mas os verdadeiros são apenas os que participam dos cargos. Quando Homero fala de um fugitivo ou de um vagabundo é pela exclusão dos cargos públicos que o caracteriza. Tratado sem nenhum respeito, excluído da Cidade. (ARISTÓTELES, 1913, p. 24)

Ou seja, quem não participa da cidade é como um estrangeiro que acaba de chegar. Percebe-se que Aristóteles através de seus pensamentos filosóficos tenta explicar a estrutura da sociedade governamental, o qual através de sua série de elementos e virtudes começa-se a postular e entender o conceito de política. Mas além da pergunta já respondida através da ordem natural que propõe Aristóteles, o que é política?

A política baseia-se na pluralidade dos homens. Deus criou o homem, os homens são um produto humano mundano, e produto da natureza humana. A política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças. Enquanto os homens organizam corpos políticos sobre a família, em cujo quadro familiar se entendem, o parentesco significa, em diversos graus, por um lado aquilo que pode ligar os mais diferentes e por outro aquilo pelo qual formas individuais semelhantes podem separar-se de novo umas das outras e umas contra as outras. (ARENDR, 1950, p. 7)

Para Arendt a política nunca foi um tema devidamente aprofundado pelos filósofos, sociólogos e até mesmo grandes pensadores como Aristóteles e Platão. Em seu livro “o que é política?” de 1950 ela faz a seguinte afirmação:

Nessa forma de organização, a diversidade original tanto é extinta de maneira efetiva como também destruída a igualdade essencial de todos os homens. A ruína da política em ambos os lados surge do desenvolvimento de corpos políticos a partir da família. Aqui já está indicado o que se torna simbólico na imagem da Sagrada Família: Deus não criou tanto o homem como o fez com a família. (ARENDR, 1950, p. 7)

Estendendo este capítulo aos manuscritos da autora e limitando ao foco estabelecido de retomar e compreender o processo político, compreende-se que a política é uma necessidade para a vida humana e portanto, para sociedade. Por tal razão o homem depende da existência de outros seres para que a tarefa do convívio seja a precursora do objetivo da política. Num sentido mais amplo, a política nos tempos mais “modernos” busca possibilitar a ocupação, assegurar a vida, o ganha pão e um mínimo de felicidade aos cidadãos. Por este motivo que a política se faz necessária para que os homens possam conviver, assim, se constitui o estado o qual hoje a sociedade é privilegiada pela democracia, podendo fazer parte dela seja direta ou indiretamente. Para Arendt o convívio da política trata-se da liberdade.

O sentido da coisa política aqui, mas não seu objetivo, é os homens terem relações entre si em liberdade, para além da força, da coação e do domínio. Iguais com iguais que só em caso de necessidade, ou seja, em tempos de guerra, davam ordens e obedeciam a uns aos outros; porém, exceto isso, regulamentavam todos os assuntos por meio da conversa mútua e do convencimento recíproco. (ARENDR, 1950, p.18)

Através do conceito de política e governo proposto por Aristóteles e do aprofundamento de Arendt em explicar a política tal como ela é, nota-se que em conjunto, as duas filosofias acabam por se completar, visto é claro que assim como Platão, Aristóteles também foi uma das bases para que Arendt pudesse construir seus pensamentos e transcrevê-los em seus livros. As ideias primitivas de Aristóteles criam a metáfora para explicar como a política se construiu desde os tempos de Ilíada e Homero e afirmam que a sociedade se institui a partir do conjunto de estruturas que formam o estado político. Arendt não se desfazendo destas ideias, aprofunda o termo política em uma base mais contemporânea, analisando não só os meios racionais e irracionais, assim como os filosóficos e teológicos. A autora cria uma ligação de suas ideias o qual é possível entender o objetivo verdadeiro de se existir o estado e a política, o determinando como a garantia de liberdade dos cidadãos e convivência harmônica entre os seres da sociedade, taxados pelo compromisso de direito da política.

### **3.1 Sistemas econômicos**

Até hoje é a partir da ascensão ou da decadência de um sistema econômico que seus governantes têm sua colocação e aplicação, visto que é a partir de uma economia bem estruturada que se consegue alcançar os objetivos do estado. Francisco Mochon e Luís Roberto em seu livro Introdução a Economia de 1994, a análise e reconhecimento de um dado sistema econômico se faz peremptório e necessário a resposta às três perguntas básicas:

***O que produzir?***

***Como produzir?***

***Para quem produzir?***



Conforme Mochon e Troster é necessário que seja realizado algumas perguntas para entender os sistemas econômicos.

Que bens e serviços produzir e em que quantidade?

Deve se escolher entre construir mais escolas, melhorar a saúde ou construir um aquário, ou ainda investir na agricultura visando aumentar a oferta de alimentos?

Como produzir tais bens e serviços?

A sociedade precisa determinar quem vai ser o responsável e quais as técnicas e métodos serão empregados no sistema produtivo, assim como sua distribuição total entre indivíduos e famílias. (MOCHON, TROSTER, 1994)

Partindo deste pressuposto, será abordado o capitalismo e o socialismo.

### 3.1.2 Capitalismo

O capitalismo é um sistema econômico vigente na maior parte do mundo e que se baseia no direito à sociedade privada, no lucro e no acúmulo de capital. Conforme Menezes (2015), o capitalismo opera através das leis da livre iniciativa de mercado, livre concorrência e da oferta e procura. Um dos principais pensadores e estudioso do tema, <sup>1</sup>Adam Smith diz que o sistema é o único que pode funcionar por se basear nas necessidades naturais dos indivíduos e atender seus desejos próprios. O professor Menezes (2015) elenca algumas das principais características do capitalismo conforme a obra de Adam Smith:

· *O direito à propriedade privada, compreendido como um direito natural dos seres humanos.*

- A livre iniciativa;
- A livre concorrência;
- A lei do mercado (oferta e procura);
- O lucro como o objetivo principal da produção;
- A possibilidade de acumulação de riquezas;
- A instituição do trabalho assalariado no lugar da servidão;
- O controle dos sistemas produtivos por parte de proprietários privados e do Estado. (MENEZES, 2015)

### 3.1.3 Socialismo

---

<sup>1</sup> Adam Smith foi um filósofo e economista britânico nascido na Escócia. Considerado o pai da economia moderna, e é considerado o mais importante teórico do liberalismo econômico.

O socialismo é um sistema econômico, mas também político que se baseia na igualdade, desta forma, ele propõe que toda a distribuição de renda de um estado deva ser igualitária e que a propriedade privada seja extinta, dando ao proletário parte do poder do estado com o claro objetivo de formar uma sociedade sem classes, ou seja, sem desigualdade social.

Segundo Bezerra (2017) o socialismo surgiu como uma forma diferente de pensar do capitalismo, com a proposta de se possuir um novo regime político e econômico no qual os homens repartissem os mesmos interesses e recebessem adequadamente pelo seu trabalho. Os criadores da teoria socialista Karl Marx e Friedrich Engels (por isso o socialismo científico é conhecido também pelo nome de 'Marxismo') em seu livro o Manifesto Comunista de 1848, definiram as características do modelo socialista:

- Expropriação da propriedade latifundiária e emprego da renda da terra em proveito do Estado.
  - Imposto fortemente progressivo.
  - Abolição do direito de herança.
  - Confiscação da propriedade de todos os emigrados e sediciosos.
  - Centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e com o monopólio exclusivo.
  - Centralização, nas mãos do Estado, de todos os meios de transporte.
  - Multiplicação das fábricas e dos instrumentos de produção pertencentes ao Estado, arroteamento das terras incultas e melhoramento das terras cultivadas, segundo um plano geral.
  - Trabalho obrigatório para todos, organização de exércitos industriais, particularmente para a agricultura.
  - Combinação do trabalho agrícola e industrial, medidas tendentes a fazer desaparecer gradualmente a distinção entre a cidade e o campo
  - Educação pública e gratuita de todas as crianças, abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje.
- Combinação da educação com a produção material, etc. (MARX, ENGELS. 1848, p. 42)

#### **3.1.4 Diferenças entre o Capitalismo e o Socialismo**

A fim de esclarecer as diferenças entre os dois sistemas econômicos que desde o século XX conduzem a economia mundial, causam debates sociais e são base de muitos partidos políticos será exposto um quadro produzido pela professora Bezerra (2017, online):

**Quadro 1** - Diferenças entre o Capitalismo e Socialismo

<b>Capitalismo</b>	<b>Socialismo</b>
Os meios de produção pertencem aos investidores e capitalistas.	Os meios de produção pertencem ao Estado.
A produção visa ao lucro.	A produção visa à satisfação das necessidades básicas da comunidade.
Há concorrência e pressão para que se trabalhe sempre mais.	A concorrência e a pressão para aumentar a produção são para mostrar que os países socialistas são eficientes.
Existem classes sociais.	As classes sociais são reduzidas até desaparecer.
Há liberdade de religiosa.	A religião é vista como um instrumento a mais do capitalismo e, muitas vezes, os praticantes são perseguidos.
O mercado dita as prioridades econômicas da sociedade.	O Estado planifica a economia em ciclos.
O motor que move a sociedade é a acumulação de bens.	O grande estímulo social seria a garantia de felicidade com o mínimo para sobreviver para todos, sem que nada falte.
O livre-arbítrio e o individualismo consistem no pilar político. Desta maneira, o indivíduo participa das decisões políticas.	O indivíduo deve levar em conta as necessidades da coletividade antes de tomar uma decisão como a escolha da profissão, por exemplo.

**Fonte:** Diferenças entre Capitalismo e Socialismo - Toda Matéria (todamateria.com.br)

### 3.2 Sistemas Políticos

A política é uma ciência abstrata que exige entender alguns tipos de sistemas políticos para se aprofundar no objetivo geral deste trabalho. Como norte deste tópico, a base será a obra Ciência Política do professor Julian Borba da Universidade Federal de Santa Catarina. Cada sistema político possui suas próprias virtudes e maneiras de governar.

[...] recurso político é um meio pelo qual uma pessoa consegue influenciar o comportamento de outras; recurso político, por conseguinte, compreende dinheiro, informação, alimentação, ameaça de forças e outras coisas. Dahl (1970, p.20, apud BORBA, 2014)

A partir da citação de Dahl é possível compreender que os sistemas políticos buscam em sua maioria atender à questões sociais básicas, tais como: educação,

saúde, economia, segurança, informação, onde pode-se haver distribuição iguais ou desiguais destes recursos dependendo dos sistemas políticos ao qual o estado está submetido.

Se há algo sobre o que não existe consenso na Ciência Política quanto aos critérios de classificação dos sistemas políticos. Diversos autores desenvolveram esquemas classificatórios próprios. Diante da necessidade de propor uma classificação de diversidade das formas de organização da vida política no mundo contemporâneo. (BORBA, 2014, p.35)

### **3.2.1 Monarquia**

A monarquia é um dos primeiros sistemas políticos colocados em vigor na sociedade e que perdura em alguns locais até hoje.

A monarquia é um “sistema político” liderado por uma única pessoa, cujo poder é legado à sua família através de gerações. As monarquias foram dominantes em todo mundo, na Idade Média, tendo as famílias reais exercido o domínio sobre seus “súditos” com base na tradição e no direito divino. GIDDENS (2005, p.343, apud BORBA,2014)

Entende-se que a monarquia é um sistema de costume ou tradição e não que se tenha lei. Hoje em dia alguns estados ainda possuem monarcas, exemplo disso é a Rainha Elizabeth que desponta como a monarca mais famosa do mundo e que ainda possui poderes governamentais, sendo chefe de estado de 16 países. Conforme Hecker e Muradás (2011), apesar do caso da Rainha Elizabeth, a grande maioria dos “monarcas” que existem hoje, levam apenas este título por tradição, desempenhando apenas funções simbólicas sem influência nos eventos políticos.

### **3.2.2 Autoritarismo**

O autoritarismo é onde o poder do estado é prioridade sobre todo e qualquer cidadão. “[...] necessidades e os interesses do Estado ganham prioridade sobre os dos cidadãos comuns, e nenhum mecanismo legal de resistência ao governo, ou para remover um líder do poder, é restituído.” GIDDENS (2005, p.344, apud BORBA, 2014)

Entende-se por autoritarismo um sistema político onde a oposição ao governo é reprimida pelo próprio, inexistente ou limitada, garantindo que um líder político se

mantenha no poder durante longos anos. Em tese, um governo autoritário também apresenta as seguintes características:

***Poder Central***

***Repressão dos direitos e liberdades individuais***

***Alienação da sociedade***

***Submissão a quem está no poder***

***Propagandas políticas e militares***

Descrevendo um pouco mais sobre o autoritarismo, é necessário discorrer sobre os sistemas que hoje polarizam e são de discursos contínuos de debate sociais entre políticos e eleitores: à direita e à esquerda. Para esta discussão, o trabalho terá sua base através do doutor em história e professor da Universidade Federal do Tocantins Bertone de Oliveira Sousa, em seu artigo “Nazismo, Socialismo e as políticas de direita e esquerda na primeira metade do século XX.”, escrito para a revista Brasileira de História e Ciências Sociais do ano de 2015.

O nazismo e o comunismo:

Consiste, no objetivo insano, utópico, de um expurgo e de homogeneização da sociedade conforme critérios políticos, sociais ou racistas, a singularidade tanto do stalinismo quanto do nacional socialismo, que os destacam de todos os demais regimes são as formações sociais da história humana até então conhecidos. Trata-se, no entanto, de um paralelismo e não de uma identidade. Ao contrário: é justamente a comparação direta que clareia as diferenças da situação inicial e da disposição dos respectivos projetos nacional e social-revolucionários. Em alguns aspectos os dois sistemas encontravam-se até em oposição diametral, isto é, representam dois extremos da história do século 20. [...] Não foi o nacional-socialismo uma reação ao bolchevismo nem foi o stalinismo uma reação ao nacional-socialismo. Foram simplesmente duas possibilidades extremas de uma política de violência tanto interna quanto externa, que se deram no mesmo espaço histórico, porém sob condições completamente distintas. KOENEN (2009, p.247, apud BERTONE, 2015)

Seguindo nesta linha de raciocínio, Bertone (2015) diz que quando falamos de comunismo e nazismo remetemos imediatamente ao totalitarismo, e estas maneiras são uma forma de remodelar o sistema político a partir de um único modo condutor, sendo ele o estado, a economia, a cultura a educação e a sociedade.

As ideologias que ganharam notoriedade depois da Primeira Guerra na Europa (Nazismo, Fascismo e Comunismo) e que tinham em comum o fato de serem antiliberais e antidemocráticas, já vinham ganhando terreno desde o final do século XIX. Como doutrinas da violência que eram, estavam na ordem do dia após o conflito: na postura de seus principais representantes, a retórica e a violência se sobrepunham à razão e à ação. (BERTONE 2015, p.4)

Anteriormente a isso, se faz necessário discutir sobre a Revolução Francesa de 1789, um dos principais marcos para a política mundial. Bertone (2015) afirma que a Revolução Francesa que produziu a declaração dos Direitos do Homem tornando isto uma bandeira dos movimentos socialistas (a esquerda), juntamente com a universalização de igualdade e de liberdade, o que causava um desconforto nos conservadores (a direita), estes, que preservam e defendiam o nacionalismo, a universalização e a dominação política sobre os valores da nação. “Entre 1789 e 1815, duas concepções diferentes de autoridade guerrearam entre si: os direitos do homem de um lado e a sociedade hierárquica tradicional do outro”. HUNT (2009, p. 178, apud BERTONE, 2015)

Conforme descreve Bertone (2015) a Revolução Francesa atenuou a polarização entre a esquerda e à direita, de fato que dos ideais de liberdade e igualdade romperam os privilégios da igreja e dos antigos regimes, criando uma reação na ideologia do nacionalismo, que substitui os direitos dos homens pelos direitos da nação cumprindo um ideal que segundo esta classe, foi escolhida por Deus.

O pensamento nacionalista do século XIX rejeitava os direitos do homem para afirmar a força da nação com foco na etnicidade. “Os primeiros sinais de problemas futuros já podiam ser percebidos nas visões expressas no início do século XIX pelo nacionalista alemão Friedrich Jahn: ‘Quanto mais puro um povo, melhor’, ele escreveu. As leis da natureza, sustentava, operavam contra a mistura de raças e povos”. HUNT (2009, p. 183, apud BERTONE, 2015).

Retornando ao século XX, o nacionalismo se tornou um projeto para que a direita pudesse fazer frente contra o socialismo. Desta forma surgem o fascismo e o nazismo que emergem através de métodos de comunicação agressivos, centralização política e mobilização de massas sociais, copiando o método Bolchevique durante a Revolução Russa.

### 3.2.2.1 Fascismo

Segundo Bezerra (2014) o fascismo é um sistema político antiliberal e antissocialista surgido na Itália após o fim da primeira guerra mundial. O fascismo liderado primeiramente pela imagem de Benito Mussolini inspirou outros movimentos políticos de direita, um deles o nazismo. Para distinguir o fascismo é necessário caracterizá-lo como um sistema político oposto ao socialismo, autoritário, antiliberal e nacionalista. Bezerra (2014, online) elenca algumas características do movimento fascista conforme os mesmos descritos a seguir:

**Estado totalitário:** o Estado controlava todas as manifestações da vida individual e nacional.

**Autoritarismo:** a autoridade do líder era indiscutível, pois ele seria o mais preparado e sabia exatamente o que a população necessitava.

**Nacionalismo:** a nação é um bem supremo, e em nome dela qualquer sacrifício deve ser exigido e feito pelos indivíduos.

**Antiliberalismo:** o fascismo concordava com algumas ideias capitalistas, como a propriedade privada e a livre iniciativa das pequenas e médias empresas. Por outro lado, defendia a intervenção estatal na economia, o protecionismo e, no caso de algumas correntes fascistas, a nacionalização de grandes empresas.

**Expansionismo:** alargar as fronteiras era visto como uma necessidade básica, pois era preciso conquistar "espaço vital" para que a nação se desenvolvesse.

**Militarismo:** a salvação nacional viria por meio da organização militar, da luta, da guerra e do expansionismo.

**Anticomunismo:** os fascistas rejeitavam a ideia da abolição da propriedade, da igualdade social absoluta, da luta de classes.

**Corporativismo:** ao invés de defender o conceito de "um homem, um voto", os fascistas acreditavam que as corporações profissionais deviam eleger os representantes políticos. Também sustentavam que somente a cooperação entre classes garantia a estabilidade da sociedade.

**Hierarquização da sociedade:** o fascismo valorizava uma visão do mundo segundo a qual cabia aos mais fortes, em nome da "vontade nacional", conduzir o povo à segurança e à prosperidade. (BEZERRA, 2014, online)

A doutrinação Fascista trouxe consigo, uma comunicação visual, gestual e conceitual que fazia com que a sociedade pudesse ter consigo um sentimento de pertencimento ao estado, mesmo que oprimidas pela voz do poder. A exemplo disso na Itália o fascismo possui símbolos que ficaram marcados para história, conforme Bezerra (2014):

**Fascio:** o símbolo que deu origem ao vocábulo aparecia em vários monumentos, selos e documentos oficiais.

**Camisa Negra:** fazia parte do uniforme dos fascistas e, por isso, seus membros eram chamados de "camisas-negras".

**Saudação:** com o braço direito levantado.

**Lema:** "Crer, obedecer, combater" era dito em discursos políticos e estava presente em medalhas, quadros, etc. (BEZERRA, 2014, online)

### 3.2.2.2 Nazismo

Ainda existe muita confusão ao diferenciar o fascismo do nazismo, o que é completamente compreensível, pois os dois são de cunho totalitário, possuem o seu surgimento próximo e a semelhança evidente de seus princípios. O fascismo é a inspiração para o surgimento do nazismo na Alemanha. Para Bezerra (2014) o nazismo é uma mistura de dogmas e preconceito que tem como premissa a superioridade da raça ariana. Com uma capacidade oratória incrível, em 1920 um soldado da infantaria alemã durante a primeira guerra mundial, assume a voz do partido dos trabalhadores alemães, que se tornou a base para o futuro partido nazista, este era Adolf Hitler uma das mais emblemáticas figuras da história contemporânea.

A derrota na Primeira Guerra, a humilhação do Tratado de Versalhes, a inflação, o desemprego e a visibilidade dos judeus no pós-guerra forneceram a Hitler o fermento para a exacerbação do sentimento racista e antissemita na Alemanha: 'A propaganda nazista transformou a suposição de uma conspiração mundial judaica de assunto discutível que era, em principal elemento da realidade nazista; o fato é que os nazistas agiam como se o mundo fosse dominado pelos judeus e precisasse de uma constraconspiração para se defender. ARENDT (2011, p. 412, apud BERTONE, 2015).

O nazismo se diferenciava dos demais partidos da época, exatamente por sua estratégia política. O nome socialista que se tinha no partido o diferenciou da estratégia dos demais e o fez ganhar o apoio da sociedade alemã, além disso, a cor vermelha da bandeira chamava a atenção e trazia vivacidade para o partido.

Neste mundo, porém, quem não se dispuser a ser odiado pelos adversários não me parece ter muito valor como amigo. Por isso, a simpatia desses indivíduos era por nós considerada não só inútil, mas prejudicial. Para irritá-los, adotamos, de começo, a denominação de Partido para o nosso movimento, que tomou o nome de Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães [...] A cor que escolhemos foi a vermelha, não só porque chama mais atenção, como



porque, provavelmente, irritaria nossos adversários, e faria com que eles se impressionassem conosco. HITLER (2001, p 265-266, apud BERTONE, 2015)

Incorporado no fascismo e no bolchevismo o partido se organizou hierarquicamente, fundou um jornal para divulgação da doutrinação e perseguiu os judeus, marxistas e estrangeiros. O partido nazista também organizou a juventude de maneira patriota e nacionalista, dando apoio a sindicatos, médicos e professores, transformou sua imagem em algo progressista. Assim como fascismo o nazismo possui características próprias, conforme descreve Bezerra (2014):

**Totalitarismo** – O indivíduo pertenceria ao Estado não poderia ser liberal nem parlamentar, pois não deveria fragmentar-se em função de interesses particulares. Como o fascismo, o nazismo era antiparlamentar, antiliberal e antidemocrático. Deveria ter um único chefe, o Führer. Esses princípios podiam ser resumidos em: um povo (Volk), um império (Reich), um chefe (Führer).

**Racismo** – Segundo essa ideologia, os alemães pertenciam a uma raça superior, a raça ariana, que sem se misturar a outras raças, deveria comandar o mundo. Os judeus eram considerados seus principais inimigos. O combate a outras ideologias, como o marxismo, o liberalismo, a franco- maçonaria e a Igreja católica, era fundamental.

**Antimarxismo** e **Anticapitalismo** – Para Hitler, o marxismo era produto do pensamento judaico, uma vez que Marx era judeu e propunha a luta de classes; o capitalismo só iria agravar as desigualdades, ambos atentavam contra a unidade do Estado.

**Nacionalismo** – Para o nazismo, as humilhações surgidas com o Tratado de Versalhes deveriam ser destruídas. Deveria ser construída a Grande Alemanha, que constituía o agrupamento das comunidades germânicas da Europa, como a Áustria, os Sudetos e Dantzig. (BEZERRA, 2014, online)

O nazismo teve seu ápice na segunda guerra mundial e deixou milhares de vítimas devido a sua ideologia. Durante a segunda guerra o nazismo e o fascismo fizeram uma frente única, sendo a constituinte do denominado eixo. Um dos principais acontecimentos da segunda guerra mundial e que revelou o que a ideologia nazista/fascista era capaz, foi o holocausto. O Holocausto representou um extermínio em massa de cerca de 6 milhões de judeus que anteriormente a isso eram obrigados a trabalhar em um campo de concentração por serem considerados de raça inferior a ariana. O nazismo e o holocausto tiveram seu fim no final da segunda guerra mundial em 1945, porém ainda hoje existem grupos contemporâneos os quais são denominados neonazistas e exaltam a ideologia de Hitler.

### 3.2.3 Comunismo

Para a teoria marxista o socialismo é uma etapa para se chegar ao comunismo, conforme descreve a redação da revista superinteressante da editora Abril. O comunismo propõe uma organização que substitui o capitalismo e acaba com as classes sociais e o próprio estado.

No socialismo, a sociedade controlaria a produção e a distribuição dos bens em sistema de igualdade e cooperação. Esse processo culminaria no comunismo, no qual todos os trabalhadores seriam os proprietários de seu trabalho e dos bens de produção. (MENEGUELLO,2020).

Já na visão de Borba (2014)

Dessa formulação conclui que, se o Estado era produto da divisão da sociedade em classes, uma derivação lógica disso é que, quando as classes sociais fossem extintas com o comunismo, o Estado não teria mais razão de existir. Assim, uma segunda característica do comunismo seria a extinção do Estado. (BORBA, 2014, p.66)

Segundo a editora da revista logo após a segunda guerra mundial, formou-se um bloco de nações chamadas de comunistas. Conforme Meneguello (2020) estes países acabaram se tornando ditaduras e promoviam perseguições, sendo assim a sociedade comunista que Karl Marx propunha nunca foi alcançada. Em entrevista com alguns especialistas a revista ainda traz que é quase unânime as afirmações de que nunca houve um país realmente comunista.

Os países ditos comunistas, como Cuba e China, são assim chamados por se inspirarem nas ideias marxistas. Contudo, para os críticos de esquerda, esses países sequer poderiam ser chamados de socialistas, por terem Estados fortes, nos quais uma burocracia ligada a um partido único exerce o poder em nome dos trabalhadores. (RIDENTI, 2020)

Tanto o fascismo quanto nazismo e socialismo, surgiram com o objetivo principal de remodelar a humanidade por vias políticas distintas, sendo denominadas de esquerda e direita, com objetivos diferentes, porém, com uma fidelização e alienação pessoal muito parecida.

“Direita” e “esquerda” são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar a contraste

entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo eminentemente conflitual de ações políticas. Enquanto termos antitéticos, eles são, com respeito universal ao que se referem reciprocamente excludentes conjuntamente exaustivos. São excludentes no sentido que nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita e de esquerda. E são exaustivos no sentido de que ao menos na acepção mais forte da dupla, [...] uma doutrina ou um movimento podem ser apenas ou de direita ou de esquerda. (BOBBIO, 1994, p.30)

Como último dos sistemas políticos abordados neste estudo, a democracia, que possui ampla importância para atender aos objetivos gerais propostos para este trabalho, será dedicado um capítulo individual para o tema, visando trazer uma explicação específica e abrangente. Para Touraine (1996) a democracia define-se como a não criação da política na sociedade, mas sim com a participação dos maiores números de atores sociais e individuais nos campos das decisões. Desta maneira os mecanismos democráticos representativos não definem a democracia como o poder do povo, mas refletem o poder dos representantes sobre o povo.

## 4 DEMOCRACIA

Seguindo o objetivo geral deste trabalho será tratado sobre a democracia e os conceitos que permeiam o tema maneira ampla. A palavra democracia vem do grego (*demos, povo; kratos, poder*) e significa o poder do povo. Segundo Ribeiro (2001), a democracia propõe que o povo escolha o indivíduo ou o grupo que assume o controle, quem governa e de que maneira governa, por isso, pode ser uma só pessoa no poder de tudo e desde que escolhida pelo povo este sistema se chamará democracia.

A denominação de democracia surge na Grécia antiga, mais especificamente em Atenas, no século V. No começo, Atenas e a Grécia no geral eram dominadas por reis, mas com o tempo se tem uma mudança onde ocorre descentralização do poder para fora dos palácios, chegando nas praças públicas (centros de aglomeração), onde começa a se tomar as decisões sobre o que é melhor para os meios sociais através da opinião compartilhada por todos. Assim começa este novo modo de pensar em governos. Os gregos, distinguiam o poder político em três regimes, monarquia, aristocracia e democracia.

A democracia se distingue não apenas do poder de um só, mas também do poder dos melhores, que se destacam por sua qualidade. A democracia é o regime do povo comum, em que todos são iguais. Não é porque um se mostrou mais corajoso na guerra, mais capaz na ciência ou na arte, que terá direito a mandar nos outros. (RIBEIRO, 2001, p. 9)

Conforme Ribeiro (2001) a lei ateniense no século IV a.C, fixava reuniões na *ágora* (palavra grega para decisões), em média estas reuniões aconteciam a cada nove dias e esta seria uma das maiores diferenças entre a democracia antiga da moderna. “Hoje elegemos quem decidirá por nós. Mesmo em cidades pequenas, delegamos por vários anos as decisões ao prefeito e aos vereadores. Os gregos, não. Eles iam à praça discutir as questões que interessavam a todos.” (Ribeiro, 2001, p.10). Em um contexto geral, democracia queria dizer liberdade e isso enchia os gregos de orgulho, o fato de serem livres, o que também os distinguiu dos demais povos e culturas. Por muitas vezes os gregos se consideravam superiores a outros povos, mas não era como o racismo de diferenças sociais ou genéticas, mas sim, porque eles tinham a liberdade para decidir suas questões, eles praticavam a liberdade. Independentemente de ser grego ou não, quem falasse grego era considerado grego.

Na democracia antiga se tinha uma verdadeira eleição, os cargos e encargos eram fixados a partir da decisão das assembleias e um grupo de pessoas eram sorteadas para aplicar estas decisões. Mas por que isso acontecia? Conforme Ribeiro (2001) a explicação é simples. Para o autor a eleição cria distinções, se a escolha é pelo voto e quem vai ocupar um cargo permanente ou temporário a escolha se pauta pela qualidade, procurando eleger o melhor. “A democracia é um regime de iguais. Portanto, todos podem exercer qualquer função.” (RIBEIRO, 2001, p.10). Ainda assim em meio a esse moderno sistema de governo havia excluídos. Na Grécia antiga, as mulheres, os menores de idades e os estrangeiros (que não falavam grego) eram excluídos da ágora. Outro ponto muito importante da democracia antiga é que os grandes pensadores da política grega como Platão, questionaram a competência de o povo mais simples, desprovido de certo conhecimento da ciência tinha de tomar decisões políticas, porém, para os gregos, na aplicação de valores todos são iguais e este era o espírito democrático e capacitação de valor válida.

A democracia grega de Atenas durou apenas alguns séculos e o regime voltou à cena apenas 2 mil anos depois, no final do século XVIII.

#### **4.1 Direitos Humanos**

Após descrever um pouco sobre a democracia grega e sua origem começa-se a tratar a trajetória da democracia moderna. Ribeiro (2001) faz uma comparação muito interessante em seu estudo:

Uma imagem que nos vem da Antiguidade é a da nau do Estado. A pólis, na Grécia, ou a civitas, em Roma, se compara a um navio. O governante é o piloto. Mas Paul Veyne, o melhor historiador atual da Roma antiga, lembra que a nau do Estado, antiga, não leva passageiros. Ela tem piloto e tripulantes: ninguém embarca pagando só a passagem. Nós, modernos, somos passageiros da nau do Estado. Pagamos impostos, obedecemos às leis, como bons clientes que quitam o valor cobrado — mas não nos chamem para mexer no cordame, ajustar a vela! Se nos pedem isso, protestamos. E dizemos que o Estado não cumpre sua tarefa (porque não acreditamos, nem nas democracias, que o Estado somos nós). (RIBEIRO ,2001, p.13)

Esta reflexão mostra muito do processo atual que coloca os cidadãos em uma posição que muitas vezes não estão acostumados na sociedade: como culpados de

um governo mal administrado. Uma das principais diferenças que a democracia moderna traz da democracia grega antiga são os direitos humanos.

#### 4.1.2 Inglaterra 1689

Antes de a democracia voltar à cena no século XVIII como protagonista, em 1689, a Inglaterra é marcada por conflitos e revoluções, onde os reis da dinastia Stuart buscavam afirmar seu poder contra os deputados parlamentares eleitos pelo povo, o que resulta em duas importantes revoluções: a primeira de 1640 a 1649 que determina a proclamação da república, porém, esta dura apenas até 1660. A segunda, acontece em 1688 quando é adotado o termo <sup>2</sup>*Bill of Rights* (Este termo pode ser traduzido como **Declaração de Direitos**), após a expulsão de Jaime II do poder. Estes conflitos são principalmente marcados pelas ideias de poder do rei que não conhece os seus limites e os direitos do povo inglês. A ideia do Rei Jaime II era codificar a legislação, mas isso faria com que ele se tornasse o legislador, onde seu poder não teria limites, o que obviamente não foi aceito pelo parlamento.

O antagonista dos projetos régios não é só o Parlamento. E também o sistema judicial. A Inglaterra tem, como direito, a common law, que traduzimos por direito consuetudinário ou costumeiro. Enquanto na Europa continental se impôs a máxima romana *Quod principi placuit habet vigorem legis* (“Aquilo que agrada ao príncipe tem força de lei”), na Inglaterra a ideia forte é a dos costumes e tradições. O país assim parece estar atrasado, porque o continente já rompeu com isso no final da Idade Média e, fortalecendo o monarca como legislador, racionalizou o sistema jurídico. Mas é exatamente esse aparente atraso que servirá à sociedade inglesa para enfrentar o rei. (RIBEIRO, 2001, p.14)

O parlamento Inglês enfrenta os <sup>3</sup>*Stuart* que buscavam um governo despótico, alegando os direitos de liberdade dos ingleses que protegem os cidadãos contra o rei e desta forma a monarquia perde a primeira guerra civil em 1649, instaurando ali uma república que não consegue se consolidar. Após 11 anos os Stuart retornam ao poder com os mesmos objetivos despóticos. 28 anos depois, o <sup>4</sup>*Rei Jaime II* é deposto do

---

<sup>2</sup> A Declaração de Direitos de 1689 (também conhecida por sua forma estatutária: Bill of Rights of 1689) foi um documento elaborado pelo Convention Parliament.

<sup>3</sup> Os Stuart formaram uma dinastia que dominou a Inglaterra por mais de 100 anos.

<sup>4</sup> Jaime II foi o Rei da Inglaterra e Irlanda Rei da Escócia como Jaime VII de 6 de fevereiro de 1685 até ser deposto na Revolução Gloriosa em dezembro de 1688 por sua filha Maria II e seu sobrinho Guilherme III & II.

poder sem que se tenha uma guerra civil. Conforme Renato Janine Ribeiro nesta época:

Não se cogita instituir uma democracia. Continua a monarquia, mas constitucional. A democracia, aliás, só começará a ser implantada, ainda assim com idas e vindas, depois da Revolução Americana (1776) e da Francesa (1789) e apenas deixará de ter conotação negativa após a Segunda Guerra Mundial e a derrota do nazifascismo, em 1945. A Revolução Gloriosa de 1688 não é, em seu tempo, um marco da democracia. Só a longo prazo ela se tornará um de seus principais pontos de partida. (RIBEIRO, 2001, p.14)

É desta maneira que os direitos humanos começam a surgir na sociedade, ainda naquela época denominados como direitos ingleses. Estes direitos limitavam o poder monárquico que era absoluto dos reis em poder constitucional. Os monarcas perderam o controle do judiciário e legislativo, mas seguiam no poder do executivo, assim, continuaram nomeando juízes e vetando leis. Este governo não podia ser considerado democracia, porque os reis ainda possuíam muita influência social.

#### **4.1.3 França 1789 e Estados Unidos 1791**

Cem anos depois das revoluções da Inglaterra em 1789 e 1791 surgem duas declarações importantes com mudanças significativas nos direitos humanos. A primeira aconteceu em 1789 na França e a outra em 1791 nos Estados Unidos da América. A Declaração Francesa de 1789 é a primeira a tratar o ser humano em geral e não apenas um povo, tendo assim um alcance mundial sendo inclusive retomado nas declarações dos documentos da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. Conforme descreve Ribeiro (2001) quando uma assembleia reconhece uma lei independente de sua vontade o voto de reconhecimento não é causa da lei, pois nenhuma assembleia dá direitos humanos, tudo que ela pode fazer é dizer que existem e são maiores que as próprias políticas. Se os direitos de 1789 declarados na França são universais, isso os coloca a utilidade da humanidade.

Já nas colônias norte-americanas da Inglaterra, desde 1265 os réus já reuniam parlamentos para tomar as decisões, assim as colônias norte-americanas elegem suas assembleias para enfrentar estes reis e parlamentos. Os EUA já possuíam o conhecimento prático advindo da Inglaterra de como governar, fazer leis e administrar cidades, aldeias e pessoas. Desta forma surge a revolução de 1791.

As duas revoluções são reações dos homens contra a coroa por tirar seus direitos. Segundo Ribeiro (2001) enquanto na Inglaterra a participação política da experiência a classe média, a mesma não se intelectualiza tanto como a francesa, pois na França o absolutismo e a falta de participação política levam a sociedade a não ver outra saída fora da teorização para a vida social e política.

A Inglaterra terá uma política prática, a França, uma teórica. Pelo menos é assim que analistas como Edmund Burke, atacando a Revolução Francesa em seus primórdios, ou Tocqueville, estudando-a na década de 1840, distinguem as duas culturas políticas, anglo-saxônica e francesa. (RIBEIRO, 2001, p.17)

A revolução Francesa obteve maior difusão mundial por se basear em ideais e teorias que levam a experiência de cada país, o que faz com que isto fosse visto como sinônimo de injustiça entre o passado e o presente. Por isso a revolução é importante, pois ela promete um futuro justo, com propostas de utopia para mudar o passado e o presente gerando um novo futuro. Conclui-se que tanto na Inglaterra, França e Estados Unidos os direitos humanos ou direitos dos cidadãos são o estopim para a revolução. Os direitos humanos atuam como forma de limitar o poder do governante dando ênfase também aos cidadãos e os protegendo dos caprichos e desejos de quem está no poder. Mesmo os direitos humanos sendo um dos grandes traços da democracia seu verdadeiro objetivo é limitar o poder absoluto de um governante reduzindo qualquer caráter autoritário que possa existir.

Há direitos humanos que são inalienáveis, que não podem ser abolidos. Aliás, nos últimos anos, cada vez mais Constituições declaram certos princípios como cláusulas pétreas, cuja alteração não pode nem sequer ser examinada. Nas Constituições republicanas do Brasil, exceto na atual, proibiu-se sugerir a volta da monarquia. Na de 1988, caiu essa restrição, mas determinou-se que não será considerada nenhuma proposta de abolição dos direitos humanos. São pétreos. Podemos ampliá-los, não os diminuir. (RIBEIRO, 2001, p. 18)

Ainda assim na teoria de Ribeiro (2001, o mesmo poder que nasce para impedir o absolutismo e o despotismo de um único governante, rei ou governo, acaba restringindo também o poder da assembleia, do povo e da sociedade. Benjamin Constant, político e pensador liberal suíço realiza uma distinção entre a liberdade antiga e a moderna:



A moderna “é para cada um o direito de não se submeter senão às leis, de não poder ser preso, nem detido, nem condenado, nem maltratado de nenhuma maneira, pelo efeito da vontade arbitrária de um ou de vários indivíduos. E para cada um o direito de dizer sua opinião, de escolher seu trabalho e de exercê-lo; de dispor de sua propriedade, até de abusar dela; de ir e vir sem necessitar de permissão e sem ter que prestar contas de seus motivos ou de seus passos”. Já a antiga “consistia em exercer, coletiva, mas diretamente, várias partes da soberania inteira”. Daí que, “entre os antigos, o indivíduo, quase sempre soberano nas questões públicas, é escravo em todos os seus assuntos privados. CONSTANT (S.D, apud, RIBEIRO 2001, p. 18.)

É desta forma que se distingue as principais diferenças entre a democracia antiga e moderna. A democracia antiga tem o povo na praça decidindo as ações a serem tomadas. A moderna, as questões dos direitos humanos que começam como direitos dos indivíduos antes de se expandirem para o resto do mundo. A teoria dos direitos humanos é composta por três gerações, conforme uma conferência do sociólogo britânico T.H Marshall (1949). A primeira é o conceito de liberdade, de cidadania e seus elementos civis, compostas pelos direitos necessários à liberdade individual de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento, fé, direito à propriedade e à justiça. Como segunda é o conceito do poder político e dos seus direitos de entender, participar seja como um membro ou como um participante ativo, uma autoridade política ou apenas um eleitor. E por último e terceira o elemento social que diz a respeito das questões de direito social, que vai desde um mínimo de bem-estar econômico e segurança até o direito de participar por completo do patrimônio social e levar a vida de acordo com os padrões vigentes na sociedade.

## **4.2 Democracia Moderna**

A democracia moderna e sua representação segundo Ribeiro (2001) serve como um grande ponto de distinção entre a democracia antiga e a moderna. Pode-se discutir o fato de que na democracia antiga as assembleias populares se reuniam a cada nove dias para tomar as decisões e eleger um grupo responsável para ser o executivo destas. No Brasil por exemplo, a democracia moderna tem um órgão que elege pessoas mais ou menos profissionais a cada quatro anos a fim de manter o direito cívico de liberdade e de escolha e voto.

Um ponto que muda muito da democracia ateniense para atual é que nas assembleias se discutiam as ações necessárias em público e tomado em consenso o que seria melhor para a sociedade. Já na democracia atual essa discussão pública é basicamente nula, pois não se há um diálogo onde a decisão é um conceito, á apenas um movimento até uma urna onde é depositado o voto ao candidato que normalmente atende aos interesses de cada pessoa. A política atual sugere uma falsa ideia de presença, pois as pessoas estão afastadas pelos seus interesses que faz com que se perda o empenho pelas decisões sociais.

Tudo isso tem seu grau de razão. Seria ótimo aumentar a participação política. Mas o problema em quem idealiza a presença plena na assembleia é que pretende restaurar a democracia antiga numa sociedade que já não tem base para isso. Os atenienses livres tinham mais lazer. Ócio era um termo digno, respeitado, que indicava a disposição de estudar e pensar. Quem escapava da condição de escravo podia dedicar-se ao estudo ou à coisa pública. Havia uma dignidade da política, assentada na separação entre o mundo da necessidade e o da liberdade. (RIBEIRO, 2001, p.21)

Hoje na democracia atual o estopim para que tudo possa acontecer dentro desse sistema capitalista é a necessidade econômica, onde sua oscilação, as altas na taxa de inflação geram revoltas pessoais e sociais. Este movimento econômico é um exemplo explícito para demonstrar o descontentamento social que motiva a sociedade a contestar o governo. Na democracia antiga o que importava era liberdade, e a liberdade não estava vinculada apenas à economia ou à segurança, mas sim, à participação na política e nas decisões sociais democráticas. Desta forma nota-se que o Brasil possui a premissa igual a outros lugares onde se há democracia, os problemas são vinculados à situação social econômica. Esta liberdade é extremamente diferente da liberdade entusiasta grega. Ribeiro (2001) traz em seus estudos a ideia de representação democrática Como exemplo, descreve-se um exemplo a partir do “eu”.

Na democracia antiga se “eu” não pudesse estar presente em alguma assembleia, através de alguma procuração poderia deixar que alguém representasse “minha” opinião. Essa ideia de representação política se torna mais influente em Portugal e na Espanha durante a era medieval onde se nomeavam procuradores jurídicos para que eles pudessem tomar as decisões pelas pessoas. “Imaginemos que eu e mais pessoas nomeemos um procurador. Pode ser quem nos representará na

assembleia de condomínio. Não é diferente, em princípio, representar uma pessoa, dez ou mil. O procurador representa quem confia nele.” (RIBEIRO, 2001, p.22). Já em uma eleição com 20, 30 mil votos as coisas mudam, pois o procedimento considera quem votou no representante eleito, mas também quem votou contra este. Como eleito, este precisa representar todos, as pessoas a favor e os contrários à sua imagem. É óbvio que em uma votação com um número tão grande de pessoas é impossível se ter uma eleição unânime, e por isso Ribeiro (2001) descreve excelentes perguntas para reflexão: *a parte maior é mesmo a mais sã? Se não o for, a decisão válida deverá ser a da parte sã, mesmo que minoritária. Quem apura isso?*

É desta forma que se passa o poder do caráter numérico de decisão, elegendo por representatividade quantitativa e não qualitativa, se obtendo uma resposta para a decisão da eleição. “Na democracia o voto não é mero procedimento (como o sorteio), e sim a expressão da igualdade e liberdade. Somos livres e, portanto, decidimos nosso destino político. Somos iguais, e por isso nenhum voto vale mais que outro” (RIBEIRO, 2001, p. 23). Ainda conforme o autor existe outro problema neste tipo de votação, há pessoas que votam com mais consciência refletindo sobre seus candidatos, programas e propostas, enquanto outros fazem a famosa “boca de urna” e escolhem por interesses pessoais ou até mesmo por loteria. Portanto seria legítimo igualar os votos de quem pensou e escolheu conscientemente (no sentido de bem estar social) e de quem não o fez? Isso causa certo desconforto na sociedade atual, mas também vale a reflexão: será que o poder o qual a sociedade determina através de seus governantes quer um voto consciente? A representação política une em si dois modelos, o primeiro é bem simples: “eu” represento você, “decido” em seu nome e “em” seu lugar.

É claro que nem sempre expressarei exatamente as suas ideias e, se meu mandato for longo e fraco na opinião pública, poderei me afastar muito das suas convicções; mas para nossa discussão isso não importa, porque, na hora da eleição, você concorda comigo. (RIBEIRO, 2001, p. 23).

O segundo modelo é um pouco mais complexo, e a explicação será novamente a partir de uma referência em primeira pessoa: as eleições ocorrem por colégios nos quais “você” se inclui. “Sou” eleito, mas “você e tantas outras pessoas não votaram em “mim”. “Eu” voto em medidas, representando o “seu” nome, medidas as quais “você” não concorda, mesmo assim, “sou” seu representante, pois fui eleito pelos

cidadãos do colégio o qual você faz parte e desta forma, irei representar você e todos que não votaram em “mim” como todos que votaram.

É fácil entender o primeiro tipo de representação, porque nele o representante é como um decalque, uma expressão, um reflexo do representado — pelo menos idealmente. Se ele não corresponder aos anseios de seus eleitores, merecerá ser acusado de tê-los traído. Mas o segundo tipo é mais complexo. Como dizer que traí um representante que não votou em mim? E como entender uma representação na qual o procurador não foi escolhido por alguns dos que ele representa? Representar é tornar presente o ausente. Mas como pode alguém me representar, se discordamos? Questões fundamentais. (RIBEIRO, 2001, p. 24)

## 5 POLITICA E DEMOCRACIA NO BRASIL

Partindo destes conceitos até aqui apresentados pode-se ter uma ideia da dimensão do conceito de política e democracia. Desta forma será tratado a política e a democracia no Brasil. Para explicar um pouco mais, o tema será dividido da seguinte forma: ***República Velha, Era Vargas, República Populista, Ditadura Militar e Nova República.***

### 5.1 República Velha (1889 a 1930)

Segundo Celso Castro em seu livro a proclamação da República de 2000, a República no Brasil se instaurou em 15 de novembro de 1889 através de um golpe de estado. Neste dia foi realizada a proclamação da República através de um anúncio. A monarquia não relutou a decisão e nem tão pouco resistiu ou provocou qualquer tipo de luta. Desde 1870 dentro das escolas militares, jovens já criavam clubes secretos republicanos que tratavam de maneira científica a organização do poder e o mérito da vida social. Basicamente nesta data de 15 novembro um grupo pequeno de oficiais do exército que possuíam educação superior (científica) liderados por Benjamin Constant conspiraram contra a monarquia.

Havia muitos republicanos civis no final do Império, mas eles estavam praticamente ausentes da conspiração. O destaque às vezes atribuído aos efeitos da propaganda republicana é exagerado. Em 1889, o poder eleitoral do Partido Republicano era pequeno. Em agosto daquele ano, na eleição para a Câmara dos Deputados, os três candidatos do partido na Corte receberam 12% dos votos” (CASTRO, 2000, p 6)

Este período representou uma nova fase da história brasileira. A revolta deu-se principalmente pelos direitos. O governo monárquico não atendia às necessidades sociais de desenvolvimento do país, o que deixou a elite militar, fazendeiros e latifundiários insatisfeitos, formando uma aliança republicana e criando dois períodos dentro da república velha: a República da Espada e a República Oligárquica.

### 5.2 República da Espada (1889-1894)

O primeiro período desta época recebe este nome porque no início os “presidentes” do governo provisório do Brasil eram militares. Este primeiro governo provisório tomou algumas medidas como a separação da igreja e o estado, pôs fim ao regime padroado (liberdade da Igreja para administrar decisões religiosas) e criou a bandeira republicana com o Lema “Ordem e progresso”. O governo também tomou medidas voltadas para a economia incentivando abertura de novas empresas e a emissão de moedas. Mesmo assim estas medidas não fizeram sucesso, pois o País passou por uma das suas maiores crises: o encilhamento. O governo provisório também promulgou a primeira constituição. Em 1891 a república velha criou vinte estados e assegurava a descentralização política. Os estados por sua vez constituirão os poderes executivo e legislativo com total liberdade para eleger seus representantes, além de criar impostos e escolher suas próprias forças militares e constitucionais.

#### **Presidentes da república da Espada:**

*Deodoro da Fonseca (1889-1891)*

*Floriano Peixoto (1891-1894)*

### **5.3 República Oligárquica (1895-1930)**

Este momento que também ficou conhecido como república do café com leite, era onde mineiros (grandes produtores de leite) e paulistas (grandes produtores de café) se alternavam no poder do país. Nesta época os coronéis tinham grande influência sobre os votos, como a votação era aberta, ficava mais fácil controlar as pessoas e os candidatos escolhidos por eles. Este período ficou conhecido como do voto do cabresto, onde através de ameaças e promessas, coronéis eram eleitos ao poder ou elegiam sua preferência dentro do estado. A partir disto os governantes eram eleitos através de votos populares, mudando a república da espada que era provisoriamente governada por militares para agora ser governada por coronéis aos quais exerciam o seu poder para o voto de cabresto.

A república velha teve seu fim em 1930 quando se iniciaram novas eleições. Conforme o acordo da política café com leite entre Minas e São Paulo, seria a vez do *PRM (partido republicano mineiro)* eleger o seu candidato, porém o oposto aconteceu. Chefiado pelo então presidente *Washington Luís* o *PRF (partido republicano federal)* que era de São Paulo, queria indicar outro paulista, *Júlio Prestes*, para a presidência

do Brasil. A partir deste atrito gerado, o partido mineiro se une a candidatos do Rio Grande do Sul e Paraíba lançando assim a *aliança liberal*, com o objetivo de tornar o então candidato gaúcho *Getúlio Vargas e seu vice*, o *paraibano João Pessoa*, como governantes do país. Mesmo com essa estratégia, Prestes é eleito e o acordo entre Minas e São Paulo da política Café com Leite chega ao seu fim.

#### **Presidentes Brasileiros da República Oligárquica:**

*Prudente de Moraes (1894-1898)*

*Campos Salles (1898-1902);*

*Rodrigues Alves (1902-1906);*

*Afonso Pena (1906-1909);*

*Nilo Peçanha (1909-1910);*

*Hermes da Fonseca (1910-1914);*

*Venceslau Brás (1914-1918);*

*Epitácio Pessoa (1918-1922);*

*Arthur Bernardes (1922-1926);*

*Washington Luís (1926-1930);*

### **5.4 Era Vargas (1930-1945)**

Assim como na República Velha, a era Vargas foi dividida por três períodos: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937), Ditadura do Estado Novo (1937-1945).

De revolucionário a ditador, Getúlio Vargas acumulou desafetos e admiradores pelo caminho. Anticomunista e antiliberal, buscou a criação de um “Estado de Compromisso” que se abre a todas as pressões sem subordinar-se a nenhuma. Como definiria o jornalista Assis Chateaubriand, Getúlio era um bode velho: “bastava latir que ele jogava um osso. (Teixeira, 2021).

#### **5.4.1 Governo Provisório (1930-1934)**

Vargas chega ao poder através do governo provisório apoiado por tenentes em 1930, gerando um novo período da história brasileira. Segundo Abreu (s.d) as origens da revolução de 1930 devem ser buscadas já na década de 20 onde as camadas médias da sociedade começam a exigir uma participação política maior, o que

claramente lhes foi negado. Nesta época da oligarquia a política era dominada por coronéis, donos de grandes fazendas de cafés que controlavam os votos dos seus parentes, amigos, funcionários e monopolizavam os cargos do poder. Conforme Abreu (s.d), para encerrar com os planos de Washington Luís e do partido paulista, que apoiavam a candidatura de Júlio Prestes à sua sucessão, o então governador do estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, fez uma aproximação com o Rio Grande do Sul buscando vetar a candidatura de Júlio Prestes e indicar um candidato do Rio Grande do Sul para à república do país. Este então foi denominado <sup>5</sup>*Pacto do Hotel Glória* firmado em junho de 1929. Em julho o partido mineiro lança a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas juntamente com o paraibano João Pessoa para a presidência e vice-presidência da república, formando assim uma frente única denominada como aliança liberal. Em 1929 ainda começam a surgir correntes radicais em apoio a aliança liberal, formada por políticos tais como <sup>6</sup>*João Neves da Fontoura, Osvaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco* que prometiam um movimento armado para tomar o poder caso a chapa paulista saísse vencedora. Conforme Abreu (s.d), em uma das conversas entre Getúlio Vargas e o atual presidente da época Washington Luís, Vargas teria prometido se conformar em caso de derrota para Prestes.

O resultado do pleito de 1º de março de 1930 deu a vitória a Júlio Prestes e Vital Soares, eleitos com 57,7% dos votos. A fraude, dominante na época, verificou-se dos dois lados, pois de outra forma não poderia ser explicado o resultado obtido por Vargas em seu estado: 298 mil votos contra 982 dados a Júlio Prestes – (ABREU, s.d)

Após a derrota mesmo com a confirmação de Vargas de conformidade, começa-se alguns movimentos para se ter uma tomada de poder através de uma revolução, o qual ficou apenas no papel por um desencontro de alianças políticas e militares. Porém este fato muda em 26 de julho de 1930 quando João Pessoa é assassinado em Recife. O fato reacendeu os ânimos de revolta, mas Vargas não se mostrou a favor do movimento para não despertar qualquer desconfiança do governo federal, desta forma, o Rio Grande do Sul pode organizar o movimento quase que sem percepção do governo. Após alinhamentos entre militares e poder, e muitas datas

---

<sup>5</sup> Em junho de 1929, tendo em vista a sucessão do presidente da República, Washington Luís e representantes dos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, reunidos por iniciativa de João Neves da Fontoura, líder da bancada gaúcha na Câmara, firmaram secretamente no Rio de Janeiro o Pacto do Hotel Glória, para a formação da aliança liberal.

<sup>6</sup> Jovens e influentes políticos da aliança liberal.



adiadas, em 25 de setembro, Vargas e Aranha decidiram desencadear a revolução em 3 de outubro de 1930 após as 17:30h, fim do expediente dos quartéis.

Na madrugada de 4 de outubro, todas as unidades militares de Porto Alegre já se encontravam sob o controle dos revolucionários. No interior do estado quase não houve luta. Vargas divulgou, no próprio dia 4, um manifesto conclamando o povo gaúcho às armas: “Estamos diante de uma contrarrevolução para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano.” Concluía dizendo: “Rio Grande, de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heroico.” Os gaúchos atenderam ao apelo com entusiasmo e em poucos dias cerca de 50 mil voluntários alistaram-se para lutar na insurreição. (ABREU, s.d)

Após muitas lutas durante seu trajeto, em 31 de outubro Vargas chega ao Rio de Janeiro com mais de três mil soldados gaúchos onde é recebido com manifestações de apoio. Em 3 de novembro, exatamente um mês após o início da revolução, Vargas tomou posse como chefe do governo provisório. Os primeiros anos da revolução de 1930 foi estável mesmo com o descontentamento da Oligarquia. Com a importância dos militares para a revolução, tenentes ocuparam os principais cargos do poder assumindo o controle do estado e dando estabilidade ao governo Vargas. Assim, a oligarquia paulista convocou o povo paulistano com a imediata ideia de “autonomia política” contra Vargas e a realização de eleições. Com a derrota da oligarquia neste processo de tentativa de revolução, em 1934 Getúlio convocou uma assembleia para estabelecer uma nova constituição para o Brasil. A Carta de 1934 deu maior autonomia ao poder executivo, adotou medidas democráticas e criou as bases da legislação trabalhista, além disso, sancionou o voto secreto e o voto feminino. Por meio dessa resolução e do apoio da maioria do congresso, Vargas garantiu mais um mandato.

#### **5.4.2 Governo Constitucional (1934 – 1937)**

O segundo período da era Vargas foi denominado de governo constitucional e durou apenas 3 anos. Ao mesmo tempo em que 1934 foi constituída a segunda carta magna, Getúlio se aproximou de ideais fascistas e totalitários introduzidos na Itália por Mussolini. Neste mesmo período duas frentes se fortaleceram devidos aos ânimos pós revolução, a *AIB (Ação integralista Brasileira)* que defendia as ideias fascistas

italianas e a *ANL (Aliança Nacional Libertadora)* que era favorável à reforma agrária, contra o imperialismo e a revolução por meio da luta de classes. Desta forma a ANL aproveitando-se destes ânimos promoveu uma tentativa de golpe contra Vargas em 1935 com revoltas pontuais dentro de instituições militares no Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Pernambuco. Estas tentativas de movimentos revolucionários foram controladas pelo governo e denominadas como tentativas comunistas, vista a base da Aliança Libertadora.

Após estas tentativas de revolução, Getúlio instituiu no país o estado de sítio, além de perseguir oponentes e desarticular qualquer movimento que pudesse ser denominado comunista. Em 1937 Vargas anulou as eleições presidenciais e acabou com o poder legislativo do país, além de anular a constituição proclamada por ele em 1934. A partir deste momento é denominado o Estado Novo.

#### **5.4.3 Estado Novo (1937 - 1945)**

O primeiro período de ditadura militar no Brasil conhecido como o Estado Novo teve início em 10 de novembro de 1937. Vargas cancelou a constituição de 1934 e impôs uma nova que ficou conhecida como constituição Polaca, por ter sido inspirada na constituição da Polônia que tinha tendências fascistas. O golpe de Vargas que foi organizado junto com militares teve apoio da maioria da sociedade e desde de 1935 o governo reforçava sua propaganda “anticomunista” buscando alarmar a população e cultivar o apoio de toda a classe. Outro grande acontecimento deste período foi a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, um dos fatos contraditórios do governo de Vargas. Naquele momento o governo atuou contra os países do *Eixo (Alemanha, Itália e Japão)*. Mesmo com os ideais e proximidade com a cultura fascista, o governo Brasileiro dependia economicamente dos Estados Unidos que estava em outra frente da Guerra. A derrota das nações nazifascistas foi mais um estopim para que se crescesse uma oposição contra o governo de Getúlio, dando força à uma nova democratização do país. O governo acabou tendo que liberar presos políticos e instituir eleições gerais que foram vencidas pelo candidato apoiado pelo governo de **Vargas, Eurico Gaspar Dutra**. Após 8 anos de ditadura o Estado Novo e a Era Vargas têm o seu fim decretado.

#### **5.5 República Populista (1945-1964)**

A república populista é o período que separa duas ditaduras. O período recebe este nome por em seu poder, possuir governantes que buscavam a simpatia e confiança da população para chegar à cadeira presidencial. A república populista foi o resultado do desgaste da política do Estado Novo, o que fez com que Getúlio Vargas anunciasse um ato adicional à constituição brasileira de 1937 que determinava o prazo de 90 dias para a realização de eleições presidenciais no Brasil. A partir deste fato os partidos se organizaram para poder concorrer à disputa pelo poder. Conforme Neves (s.d, online), dentre estes partidos, podemos destacar os três maiores:

***União Democrática Nacional (UDN)***: partido liberal e conservador organizado em torno de uma pauta moralista que atacava, principalmente, a corrupção, associando-a a seus adversários. O discurso desse partido centrava-se no antigetulismo e, durante a Quarta República, atuou no enfraquecimento da democracia instaurada. Carlos Lacerda foi a maior personalidade desse partido.

***Partido Social Democrático (PSD)***: esse partido surgiu com a atuação dos burocratas nos quadros do Estado Novo e contou com grande participação dos interventores nomeados por Vargas. Esse partido foi o maior desse período e demonstrou grande habilidade em angariar votos dos eleitores. Juscelino Kubitschek foi o nome de destaque.

***Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)***: partido criado pelo próprio Getúlio Vargas como forma de continuar sua política de aproximação das massas. O PTB tinha forte apelo, sobretudo, aos trabalhadores urbanos e, ao longo da Quarta República, alinhou suas pautas com a esquerda política. Os destaques desse partido foram Getúlio Vargas e João Goulart.

A república populista durou 18 anos e teve 9 presidentes. Será retratado abaixo alguns dos principais pontos deste período. (NEVES, S.D, ONLINE).

### **Eurico Gaspar Dutra (1946-1951)**

Eurico que teve apoio do poder de Vargas elegeu-se em 31 de janeiro de 1946 com o anúncio de que seria o “presidente de todos os brasileiros” Em 18 de setembro de 1946, depois de meses de trabalho, se promulga a quarta constituição da república.

A Constituição de 1946 exprimia os valores ideológicos dos políticos eleitos em 1945 e era, portanto, uma Constituição liberal. Em relação às questões democráticas, a Constituição trouxe melhorias consideráveis, pois retomou valores que haviam sido suprimidos no Estado Novo e aumentou significativamente o número de eleitores no Brasil, já que definiu que homens e mulheres maiores de 18 anos tinham direito ao voto. Neves (s.d, online)

### **Getúlio Vargas (1951-1954)**

Já em 1951, Getúlio Vargas retornou ao poder após vencer as eleições de 1950. Entretanto, este mandato ficou marcado por uma forte crise política e inúmeras polêmicas devido à economia adotada. Getúlio se alinhou de uma postura nacionalista de exploração de recursos naturais, criando em 1953 a estatal brasileira Petrobras. O “Antigetulismo” como era chamado se fortalecia através de polêmicas como esta, onde o estado intervinha na economia do país. O governo que possuía uma instabilidade econômica muito grande com alta da inflação começou a gerar uma enorme insatisfação popular, por isso, Vargas nomeou João Goulart para o Ministério do Trabalho, visto seu potencial de negociação. O resultado foi o aumento de 100% do salário mínimo para combater a inflação, o que gerou uma profunda insatisfação dos militares que criticaram fortemente Vargas. Um dos maiores nomes era o de Carlos Lacerda, jornalista e dono do Tribuna da Imprensa que não poupou ataques ao então presidente. Muitos estudiosos relatam que Lacerda foi o Pivô da crise do governo de Vargas.

Em 5 de agosto de 1954, Carlos Lacerda foi atacado na porta de sua casa, na Rua Tonelero, em Copacabana, Rio de Janeiro. As investigações descobriram que Gregório Fortunato, chefe de segurança do palácio presidencial, havia sido o mandante do crime. Vargas passou a ser bombardeado por pedidos de renúncia até que, em 24 de agosto de 1954, cometeu suicídio no Palácio do Catete. Neves (s.d, online).

E desta forma termina a participação de Getúlio Vargas ao poder.

### **Juscelino Kubitschek (1956-1961)**

Após o suicídio de Vargas os ânimos estavam conturbados, durante um ano, três presidentes interinos assumiram o poder do Brasil: **Café Filho (1954-1955)**, **Carlos Luz (1955 - interino)**, **Nereu Ramos (1955-1956 - interino)**. Este ano de presidentes interinos foi um período tumultuado para a república brasileira. Juscelino chega ao poder em 1956 após derrotar seus adversários nas urnas com seu plano de desenvolvimento para o Brasil. O slogan do candidato representava estas ações e dizia: “50 anos em 5”, pois o então presidente queria modernizar e industrializar o Brasil que estava atrasado em relação a outros países. Para concretizar este plano, o governo criou metas que previam investimentos em diversas áreas do país. O

resultado dos cinco anos de governo de JK na economia foi um crescimento anual médio do PIB de 7% e um crescimento industrial de 80%. Outro destaque desse governo foi a construção da nova capital, Brasília. “O resultado, além de positivo, acabou aumentando a desigualdade social, por problemas como falta de investimento na educação e alimentação.” (Neves, s.d, online)

### **Jânio Quadros (1961-1964)**

Jânio Quadros foi eleito em 1960 apoiado pelo conservador Carlos Lacerda, porém seu tempo de governo foi curto, durando apenas 7 meses no poder. Com um governo conturbado e polêmico, Jânio aumentou o preço do combustível e do pão, assim como realizou a proibição do uso do biquíni nas praias e condecorou o líder da luta revolucionária socialista cubana Che Guevara. Este fato enfureceu seu partido conservador e sua renúncia foi feita em 25 de agosto de 1961, deixando o país em uma profunda crise política. Este episódio também é interpretado como uma tentativa fracassada de autogolpe, algo parecido com o que Getúlio fez em 1934.

### **João Goulart (1961-1964)**

Em 1961 após todas as polêmicas causadas por seu presidenciável de chapa, João Goulart recebe o poder entregue por Ranieri Mazzilli que precisou assumir o governo Brasileiro com a queda de Jânio por alguns dias até o retorno e posse de Jango. O então presidente teve um governo apagado e de maneira geral, implantou medidas para combater a inflação e atender as demandas sociais da educação. Porém em 1964 deixou o Brasil se refugiando em direção ao Uruguai

## **5.6 Ditadura Militar (1964-1985)**

Após quase 20 anos de democracia e práticas de liberdade no Brasil, é novamente instituído no país uma nova ditadura militar, que ficou reconhecida em muitos artigos e livros como o “Golpe de 64”.

No dia 31 de março de 1964, um levante militar, amplamente apoiado por forças civis, pôs fim não apenas ao governo reformista do Presidente João Goulart, mas também ao regime político conhecido como IV República ou República de 1946.<sup>2</sup> O regime democrático e constitucional que, por sua vez, nascera de um golpe militar contra o Estado Novo de Getúlio Vargas, caía diante de outro golpe contra um dos herdeiros do getulismo em sua fase dita “populista-democrática”.

O esboço de uma política reformista, calcada em três estratégias –a nacionalização da economia, a ampliação do corpo político da nação<sup>4</sup> e a reforma agrária– seria substituída por um regime militar anticomunista e anti-reformista, pautado por uma política desenvolvimentista sem a contrapartida distributivista. (NAPOLITANO, 2011, p. 210)

É desta forma que se tem início a ditadura militar no Brasil. Para Marcos Napolitano um dos estudiosos sobre o Regime Militar Brasileiro de 1964, quando se fala em golpe militar, o imaginário constrói uma imagem de tropas em movimentação, militares hostis e civis resistindo às tropas. No Brasil além de ter tudo isso, teve um pouco mais, o que transformou o golpe de 1964 em uma complexa trama de engenharia política. É claro que se ascendeu a conspiração que já vinha sendo tramada com o governo de Jango, que gerou uma grande crise política e econômica no país.

Do impasse à rebelião militar foi um passo. Mas o levante dos quartéis ainda não era, propriamente, o golpe de Estado. Quando muito foi sua senha. Fato esquecido pela memória histórica, o golpe foi muito mais do que uma mera rebelião militar. Envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia. Todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do anti reformismo dos conservadores. (NAPOLITANO, 2014, p. 43)

A imprensa ficou dividida quanto ao governo de Goulart que vinha sendo pressionado tanto pela esquerda quanto pela direita. Mas em 1963, a imprensa se articula e monta o que é chamado de “rede da democracia”. Com este efeito os jornais foram peças chaves na conspiração contra o governo. A Imprensa era ligada à linha liberal-conservadora e consolidou a leitura de que o país caminhava para o comunismo. O então presidente do Brasil se tornou refém e manipulado pelo partido comunista de seu cunhado Leonel Brizola. Segundo Napolitano (2014), a imprensa preparou um crime para que os golpistas estivessem amparados pela opinião pública ou como pode-se dizer, pela opinião “publicada”. A opinião publicada não era exatamente majoritária e isso sempre aconteceu nas imprensas brasileiras. Os dados do ibope apontavam que João Goulart possuía boa aprovação pública. com 45% de “ótimo” e 'bom” na avaliação de governo e 49% das intenções de voto para 1965. Apenas para 16% dos entrevistados o governo era “ruim ou péssimo” e 59% eram a

favor das reformas anunciadas no Comício de 13 de março.” (NAPOLITANO, 2014, p. 46). Se analisarmos estes dados, João Goulart ainda era um candidato que poderia ser reeleito. Como fez com Getúlio em 1937, a imprensa alardeou o que poderia ser um autogolpe, sendo Jango, um revolucionário esquerdista.

Estes discursos da imprensa serviram para encobrir velhos interesses principalmente dos grandes proprietários de terras que se sentiam ameaçados pelas reformas agrárias ou pelos interesses das multinacionais que também se sentiam ameaçadas, só que estas, pelas esquerdas trabalhistas e comunistas. A força destes grupos cresceu como uma propaganda que caminhava na direção do golpe. Conforme Napolitano (2014) até 64 as forças armadas estavam divididas. Em 1961 os oficiais golpistas erraram ao apostar em um golpe sem construir uma hegemonia dentro das forças armadas, a maioria era conservadora, porém, nem todos eram adendos ao golpe que derrubou o presidente, outros, eram ligados ao nacionalismo de esquerda o que os aproximava do trabalhismo. Também havia alguns oficiais que eram comunistas e que ocupavam cargos no poder do governo de Goulart.

Se não tinham o controle das Forças Armadas, os reformistas apostaram no seu legalismo e no “dispositivo militar” do governo. A expressão sintetizava a crença que, em caso de golpe dos setores da direita civil e de uma rebelião militar localizada, às Forças Armadas seguiram as ordens do seu comandante em chefe, o presidente, e dos ministros militares a ele subordinados e identificados como legalistas e reformistas. (NAPOLITANO, 2014, p.50)

Em 1964 a politização tomou as ruas e se somou a grupos de pressão e de movimentos de politização dos quartéis. O presidente tentou se aproximar destes grupos e movimentos de organizações radicais de esquerda, o que inclusive foi visto com muito entusiasmo, parecia que o presidente realmente estava se tornando líder da nação, pelo menos para estes grupos.

O começo do ano parlamentar foi decisivo para o governo, ou ele se fortalecia com o apoio dos movimentos sociais e a esquerda, ou os conservadores acabariam com o poder. Jango se apropriou de uma perigosa manobra utilizando o poder das ruas para abrir caminho para a sua reeleição. A batalha das ruas se acirrou desde 1963, a esquerda apostou nos comícios como estratégia de campanha que ganhava força e apoio do governo atual. Para a direita estes atos eram como sintomas de um golpe da esquerda. Sua manobra foi enfatizar através da publicidade (panfletos) a

necessidade de defender a reforma agrária, as liberdades democráticas e além disso, assim como a esquerda, começaram a ocupar as ruas. Conforme Napolitano (2014), a mobilização popular que era liderada por Brizola que pressionava o presidente para que saísse do poder, aderiu aos comícios, o que foi interpretado como um apoio ao presidente que então era criticado. No comício central do Brasil em primeiro de maio mais de 200 mil pessoas estavam nas ruas e 15 líderes discursando antes de João Goulart. Segundo Napolitano (2014) no começo da noite, João Goulart sobe ao palanque ao lado da primeira dama com um discurso que atacava os falsos democratas “antipovo”, defendeu os interesses da nação e prometeu reformas. Solicitou ao congresso ouvir o clamor das ruas pela revisão da constituição como amplo direito a e reforma agrária, além de, afastar qualquer boato sobre um golpe de estado prometendo defender seu governo.

Segundo o livro “1964, História do Regime militar Brasileiro” de Marcos Napolitano, a direita não ficou amedrontada com este comício e decidiu responder a manifestação com uma mobilização ainda maior. No dia 19 de março, dia do São José, o padroeiro da família (dia este escolhido estrategicamente), as ruas do centro de São Paulo se tornaram uma multidão de mais de 500 mil pessoas que continha nos seus cartazes frases anticomunistas e contra o governo reformista. A estratégia além de escolher uma cidade operaria, no dia do padroeiro católico dos operários, abordou uma ideologia que se lia nos cartazes da marcha: **32+32=64**, fazendo uma comparação com que aconteceu em 1933. Esta estratégia retrógrada, conservadora e do catolicismo que mirava acabar com o “comunismo” foi bem sucedida.

A experiência do Estado Novo, em 1937, era a chave para compreender 1964, na estranha lógica dos conspiradores. Já os liberais que aderiram ao golpismo tinham como referência outra data, 1945, quando o Exército derrubou Getúlio e convocou eleições. (NAPOLITANO, 2014, p. 55)

O escalão mais baixo dos quartéis começou a se animar com a politização de 1964. Soldados e marinheiros revolucionários se reuniram e cerca de 2 mil marinheiros se rebelaram pelas reformas de base, apavorando os membros de alta patente do exército e gerando a dúvida se deveriam ou não derrubar o governo. O então presidente tentou em uma reunião com sargentos e suboficiais apaziguar os ânimos apelando para sentimento de ordem e princípio cristãos, pilares fundamentais para os conservadores. Porém esta reunião foi interpretada por alguns chefes de



estados como um abuso, pois passou diretamente por cima de toda cadeia do poder, fazendo assim com que o ambiente político interno entrasse em uma crise ainda maior. Além de tudo que vinha acontecendo no Brasil, o governo norte americano o qual sempre foi muito influente nas decisões políticas de vários países por ser a maior força econômica e bélica do mundo, começa a se interessar pela situação do Brasil.

Após 1963 o governo norte americano começa a apoiar diretamente os opositores da direita, dando dinheiro para governadores como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros. Tudo indica que Washington trabalhava contra Jango, mas não havia se decidido pelo apoio ao golpe militar. Após o assassinato de Kennedy, Lyndon Johnson que possuía um estilo mais direto e duro, estava disposto juntamente com os falcões da CIA e Pentágono a acabar com qualquer tom “vermelho” na política internacional. Assim começam a agir de maneira mais direta no Brasil. Ainda segundo Napolitano (2014), em 1964, Washington não apenas acompanhava as conspirações ou apoiava os conspiradores, mas também começou a ser um ator em meio a este grande plano enviando o coronel Vernon Walters para se aproximar do então general Humberto de Alencar Castelo Branco. Vernon atuava sob os comandos de Lincoln Gordon, embaixador americano no Brasil que acompanhava os movimentos e informava a embaixada sobre os acontecimentos no país. Uma das interpretações de Gordon era de que Jango preparava um golpe apoiado pelas esquerdas para fechar o congresso.

Reconhecendo a complexidade da situação, os EUA deveriam criticar publicamente o governo brasileiro, ao mesmo tempo que deveriam apoiar, secretamente, na forma de “ações de cobertura”, envio de armas e apoio logístico, a “resistência democrática”, ou seja, os golpistas. Entre as lideranças democratas, sugere-se o nome do general Castelo Branco “altamente competente, discreto e honesto” (NAPOLITANO, 2014, p. 58)

O plano foi definido e os EUA dariam apoio diplomático à operação denominada “Brother Sam”. Segundo Napolitano (2014), devido a fobia e a desorganização dos grupos, o plano secreto para tomar o poder quase foi por água abaixo. Naquele comício após o depoimento de Goulart, o general Olímpio Mourão ao ouvir o discurso coloca sua farda e organiza um grupo de recrutas sem experiência que deveria então cumprir o objetivo de salvar o Brasil. A conspiração de Mourão criou uma grande confusão entre os conspiradores. A reação do grande líder dos militares Castelo

Branco, naquela altura, foi sintomática. Napolitano (2014) diz que das articulações palacianas com os partidos políticos que apoiavam o golpe de estado, surge o nome de Humberto Castelo Branco para a presidência do Brasil. Com o objetivo de legalizar o golpe para que este ganhasse honra de salvação nacional.

Assim, em 11 de abril, o Congresso Nacional do Brasil, expurgado de 40 parlamentares cassados, elegeu o líder da conspiração que derrubou um presidente eleito pelo voto popular direto. Castelo Branco foi eleito com 361 votos a favor e 72 abstenções.” (NAPOLITANO, 2014, p. 62).

E desta forma se impôs em 11 de abril o início de um período de ditadura militar no Brasil que durou por mais de 20 anos.

### **Humberto Castelo Branco (1964-1967)**

O primeiro presidente do período ditatorial foi Humberto Castelo Branco que governou o país durante 3 anos. O seu governo ficou marcado principalmente por fechar o congresso, acabar com o voto popular e com todos os partidos contrários aos militares e ao regime de ditadura. Além disso, no campo econômico, retirou alguns direitos trabalhistas e não permitiu aumento de salário compatível com a inflação, além de impedir a imprensa de publicar livremente.

### **Artur da Costa e Silva (1967-1969)**

Arthur Costa e Silva foi o segundo presidente deste período que consolidou o fim da democracia no país. Escolhido indiretamente, ou seja, sem ser escolhido pelo povo, ele ficou conhecido pelo caráter autoritário e por isso, seu governo foi chamado de “anos de chumbo”. Suas ações se voltaram particularmente para interesses empresariais, congelamento de salários e poucas ações em benefício social, o que claramente aumentou a insatisfação com o governo que já vinha desde Castelo Branco, gerando inclusive protestos e a famosa *passeata dos cem mil*. Para controlar estes protestos e ações, Costa e Silva criou o *AI5 (Ato inconstitucional de nº5)* que aumentou significativamente a repressão sobre o povo. O AI5 representou o início das torturas, desaparecimentos e mortes a todos que se opuseram ao governo militar, sendo o início de um período sombrio para o país. Além disso, ele concentrou todo o poder no executivo, tirando a força do legislativo e judiciário.

AI-5 concluiu os interesses das Forças Armadas de promover o endurecimento da ditadura e a fase de aparente democracia (1964-68) foi finalizada. Essa fase de democracia aparente é a fase onde os militares estavam pouco a pouco organizando o aparato repressor e acostumando a população à nova realidade. Neves (s.d, online)

O AI-5 e as condições para sua instituição foram elaboradas pela ditadura de maneira metódica e novos estudos sugerem que uma série de atentados à bomba foram realizados por agentes da ditadura, que acusavam os comunistas de terem sido os responsáveis pelos atentados. A ação dos militares, nesse sentido, iniciou-se em dezembro de 1967.

### **Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)**

Após o governo de Costa e Silva, assume o poder em 1969 Emílio Médici, eleito indiretamente. Médici eleva ainda mais o nível de repressão no país, o que veio de encontro ao lema criado em seu governo “Brasil: Ame-o ou deixe-o” que significava que quem criticasse o governo ou estivesse insatisfeito, deveria sair do país ou seria preso, torturado ou morto. Neste período o Brasil se estabilizou economicamente e conseguiu uma melhora significativa à custa de empréstimos, o que aumentou a dívida externa. Médici estimulou a exploração da Amazônia, com a Transamazônica e o Projeto Rondon.

O Projeto Rondon é um programa social, interministerial de relevância nacional, coordenado pelo Ministério da Defesa, que por intermédio do Comitê de Orientação e Supervisão (CÓS), conta com a participação dos Ministérios da Educação, da Saúde, da Cidadania, do Desenvolvimento Regional, da Agricultura Pecuária e Abastecimento, do Meio Ambiente e da Secretaria de Governo da Presidência da República. A ação possui a missão precípua de realizar atividades, com caráter de extensão, que contribuam para o desenvolvimento sustentável das comunidades contempladas, o bem-estar social e a melhoria da qualidade de vida, ao mesmo tempo, fortalecer a cidadania, a liderança e os valores humanitários dos estudantes universitários para promover ações transformadoras a todos os envolvidos na operação, contribuindo efetivamente para o fortalecimento da Soberania Nacional. (MINISTÉRIO DA DEFESA 2021)

### **Ernesto Geisel (1974-1979)**

Geisel foi mais um militar eleito indiretamente e assumiu o poder em 1974. Seu governo é marcado pela abertura política e a retirada do AI5, porém, as mortes,

violações e torturas continuam acontecendo. Um dos movimentos que acontecem no governo de Ernest, é o Movimento Sem Terra (MST) que consolida um dos maiores trabalhos de reforma agrária e mais organizados da América Latina. Neste período o país também teve uma grande crise, e o que antes foi chamado de milagre econômico não acontecia mais, com inflação do país chegando a 40%. Um dos mais famosos casos de violação acontece neste período. O jornalista <sup>7</sup>Wladimir Herzog é morto nas dependências militares gerando grande repercussão.

Em 24 de outubro de 1975, foi chamado para prestar esclarecimentos na sede do DOI-Codi sobre suas ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sofreu torturas e, no dia seguinte, foi morto. A versão oficial da época, apresentada pelos militares, foi a de que Vladimir Herzog teria se enforcado com um cinto, e divulgaram a foto do suposto enforcamento. Testemunhos de jornalistas presos no local apontaram que ele foi assassinado sob tortura. Além disso, em 1978, o legista Harry Shibata confirmou ter assinado o laudo necroscópico sem examinar ou sequer ver o corpo. (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2021)

### **João Figueiredo (1979-1985)**

O general Figueiredo foi o último presidente do período de ditadura no Brasil. O seu papel ficou restrito ao de preparar o país para a abertura política de forma gradual, instaurando assim a lei da Anistia que permitia os cidadãos exilados a voltarem ao país, mas em troca, os crimes da ditadura não poderiam ser julgados e punidos. Figueiredo também aprovou a criação de novos partidos políticos indo contra a força militar que não queria que isso acontecesse. Com isso surgiram cinco novos partidos:

***Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) — conversão do MDB;***

***Partido Democrático Social (PDS) — conversão do Arena;***

***Partido dos Trabalhadores (PT);***

***Partido Democrático Trabalhista (PDT);***

***Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).***

considerado um ato de terrorismo, militares contrários à abertura explodiram uma bomba num centro de convenções no Rio de Janeiro

---

<sup>7</sup> Vladimir Herzog, o Vlado, foi jornalista, professor e cineasta brasileiro. Nasceu em 27 de junho de 1937 na cidade de Osijek, na Croácia (na época, parte da Iugoslávia), morou na Itália e emigrou para o Brasil com os pais em 1942. Foi criado em São Paulo e naturalizou-se brasileiro.

durante uma comemoração ao dia do trabalho, em 1981. Neste caso também não houve investigações ou punições. (Carvalho, 2021, ONLINE)

O objetivo dos militares era que a reabertura democrática acontecesse de maneira gradual e principalmente controlada, porém Figueiredo falha nesta “missão” e a mobilização política e popular fez com que a ditadura chegasse ao fim. A transição para democracia ficou marcada pela forma conservadora, já que foi realizada por eleição indireta. O Colégio Eleitoral teve que decidir entre Tancredo Neves e Paulo Maluf. A votação dos deputados federais e das Assembleias Legislativas dos Estados deu a vitória a Tancredo, que prometeu ao povo que essa seria a última eleição indireta do Brasil. Contudo, antes da posse, Tancredo Neves adoeceu e precisou ser internado em estado grave. Ele acabou morrendo em 21 de abril de 1985. Com isso, o vice-presidente José Sarney assumiu a presidência. Depois do fim da ditadura, o Brasil voltou a praticar o pluripartidarismo e a democracia. A ditadura acabou após 21 anos no poder do país com uma eleição indireta.

Segundo Daniel Neves (s.d, online), podemos destacar como principais consequências deste regime:

- 434 mortos por conta do autoritarismo do regime, além de mais de 8 mil indígenas mortos pela política de ocupação da Amazônia;
- 20 mil torturados;
- Quase cinco mil pessoas com direitos políticos cassados;
- Aumento da corrupção, pois não havia liberdade para investigar os crimes dos militares;
- Redução nos direitos dos trabalhadores;
- Aumento da desigualdade social;
- Aumento do endividamento do Brasil;
- Inflação alta e crise econômica etc. (NEVES, S.D, ONLINE)

### **5.7 Nova República (1985 – atualmente)**

Já em 1982 ainda durante o regime militar, com alguns partidos criados foi possível que candidatos concorressem a cargos eletivos. No mesmo ano o deputado do PMDB Dante de Oliveira foi responsável pela emenda que determinava eleições diretas para a presidência do Brasil. Este movimento ficou socialmente conhecido como as “diretas já”, porém como forma de controle as diretas foram reprovadas. Em 15 de janeiro de 85 através de uma eleição indireta o colégio eleitoral elege Tancredo Neves e seu vice José Sarney para assumir o poder do Brasil, derrotando o candidato Paulo Maluf que era apoiado pelos militares que queriam continuar no poder. O

principal objetivo de Tancredo Neves era fazer com que o país criasse uma nova constituinte que instaurasse a democracia no país. Antes mesmo de tomar a posse, Tancredo Neves faleceu devido a uma doença no intestino denominada diverticulite.

### **José Sarney (1985 - 1990)**

Após mais de 20 de militares no poder do país, assume o comando da república o civil José Sarney que até então era vice de Tancredo Neves que veio a óbito antes da posse. José Sarney assume o poder do Brasil com o compromisso de prosseguir com as ideias de seu companheiro de chapa eleitoral de implantar uma nova assembleia constituinte no Brasil para que se tivesse um governo mais justo e democrático. Sarney buscou em seu governo estabilizar a economia que vinha sofrendo com a ditadura militar, porém não obteve sucesso e a inflação e os juros dispararam. O feito mais importante deste governo foi a implantação da constituição que permanece ativa até hoje. A constituição de 1988 também conhecida como a constituição cidadã é a sexta no país no período de república. Durante o governo de Sarney houve eleições para o congresso nacional de deputados e senadores, foram 559 eleitos que formaram a assembleia constituinte que durou 19 meses entre 1987 e 1988 e resultou em uma das constituições mais extensas já escritas com 245 artigos e mais de 1,6 mil dispositivos. A Constituição de 1988 é amplamente liberal e democrática, por garantir os direitos aos cidadãos e ser peça fundamental para a consolidação do estado democrático no país. A promulgação da constituição ficou marcada pelo discurso do deputado Ulysses Guimarães que foi uma das principais frentes em sua implantação.

No seu discurso, Ulysses Guimarães reflete sobre o trabalho grandioso a favor da democracia realizado durante meses de trabalho.

Ela própria o confessa ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito. Rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério.”  
(GUIMARÃES, 1988.)

Ressaltando inclusive que a corrupção é um gatilho que vive dentro da República. “A corrupção é o cupim da República. República suja pela corrupção impune toma nas mãos de demagogos que a pretexto de salvá-la a tiranizam.”

(GUIMARÃES, 1988). Mesmo assim, a frase que ressaltava no discurso era o dever da constituição com a democracia. “A Constituição ter alargado o exercício da democracia. É o clarim da soberania popular e direta tocando no umbral da Constituição para ordenar o avanço no campo das necessidades sociais.” (GUIMARÃES, 1988).

### **Fernando Collor de Mello (1990-1992)**

O mandato de Fernando Collor de Mello representou muito bem o direito à democracia no país. Fernando foi o primeiro a ser eleito diretamente pelo povo e também o primeiro a ter seu cargo cassado e sofrer impeachment. Assumindo o poder em 1990, sua campanha foi focada no combate à inflação e à corrupção, ficando conhecido como o “caçador de marajás”. Seus primeiros movimentos no poder foram uma tentativa de conter a inflação com imposição do “Plano Collor” que congelou os salários e aumentou as tarifas públicas, o que obviamente causou insatisfação popular. Após mais de um ano no poder foram revelados esquemas de corrupção em seu governo e desta forma inicia-se o processo de impeachment. Collor percebendo que seria retirado do cargo renúncia no final de 1992.

### **Itamar Franco (1992 - 1995)**

Após a renúncia de Collor, assume o poder do país o seu vice de chapa Itamar Franco. Assumindo um governo com grandes problemas econômicos, inflação e desemprego, uma das principais ações de Itamar e que poderia ter mudado o rumo do sistema político brasileiro mais uma vez foi o plebiscito popular. Por determinação constitucional os brasileiros se direcionaram as urnas em 21 de abril de 1993 para votar no que foi chamado plebiscito popular que determinava a forma de governo que o país iria possuir, sendo monarquia ou presidencialismo.

“de um universo de 90.256.461 eleitores na época, compareceram às urnas 66.209.385 (73,36%), sendo que 551.043 votaram em trânsito na ocasião. A República foi escolhida por 43.881.747 (66,28%) eleitores, sendo que a Monarquia recebeu 6.790.751 (10,26%) votos. Votaram em branco neste item 6.813.179 (10,29%) eleitores, e 8.741.289 (13,20%) anularam o voto.” Desta forma, a república e o sistema presidencialista de governo foram mantidos. Outra ação que devemos destacar aqui é que em seu governo houve a estabilização da economia com a implantação do Plano Real comandada pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso que criou o real (moeda atual brasileira). (TSE, 2021)

### **Fernando Henrique Cardoso (1995-2003)**

Fernando Henrique assumiu o poder após o sucesso do plano Real se elegendo em 1995 e sendo o primeiro presidente a se reeleger ficando no poder por 8 anos. No seu governo se obteve um considerável número de privatizações como a Vale do Rio Doce, a Light e outros sistemas lucrativos.

### **Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011)**

A figura de Lula, como vamos chamar, ficou muito conhecida já na década de 80 sendo um dos principais representantes do movimento trabalhista.

Os objetivos de seu governo eram manter a estabilidade econômica, mas também governar para a classe trabalhadora, combatendo a fome e o desemprego. Para vencer a extrema pobreza o seu governo implantou o programa Bolsa Família que permanece ativo até hoje. O objetivo do programa é ajudar financeiramente famílias carentes em troca de que as crianças destas famílias frequentem a escola e visitem os médicos. Com esta ação foi que o Brasil conseguiu sair da lista de países que integram o mapa da fome organizado pela ONU (União das nações unidas).

Lula é reeleito permanecendo por 8 anos no poder do país. Seu mandato termina com a maior taxa de aprovação popular com 87% de aprovação. Além disso, seu governo ficou marcado pela maior democratização do acesso ao ensino, assim como na implementação de cotas raciais para ingresso no ensino superior. Outro ponto que marca o mandato de Lula são as investigações de corrupção do esquema conhecido como mensalão.

### **Dilma Rousseff (2011-2016)**

Dilma Rousseff foi a primeira mulher a assumir o governo brasileiro. A “pupila” de Lula e também candidata do partido dos trabalhadores se compromete em sua campanha a dar continuidade principalmente aos programas sociais criados pelo seu antecessor. Suas principais ações foram voltadas para infraestrutura e também para o ensino. Reeleita democraticamente em 2014, Dilma foi acusada de cometer crimes de responsabilidade fiscal e sofre um processo de impeachment que a obriga a deixar o poder em 2016.

O impeachment de Dilma Rousseff estará marcado na história como qualquer outro, visto que representa a queda do líder máximo do país, porém este em específico



marcou um momento delicado, o que definitivamente foi cunho de campanha da eleição do candidato vencedor o qual estamos abordando nos objetivos deste estudo. Em 17 de março de 2014 em meio às campanhas para o segundo turno, é deflagrada a operação Lava Jato que investigava doleiros que praticavam crimes financeiros. Dentro destes acontecimentos a operação prendeu o doleiro Alberto Youssef por desvio de recursos da petrolífera brasileira Petrobras. Três dias antes das eleições do segundo turno, Youssef declarou que tanto Dilma, quanto seu antecessor Luís Inácio Lula da Silva tinham consciência dos acontecimentos de corrupção dentro da Petrobrás. A denúncia foi capa inclusive de um dos veículos o qual vamos analisar, e que continha a seguinte frase “*Eles sabiam de tudo*”. Desde a denúncia os meios de imprensa começaram a mirar o partido dos trabalhadores que já estavam a quase 12 anos completos à frente do poder. Mesmo com todos estes escândalos, Dilma foi reeleita com uma diferença de 3% dos votos válidos. Rousseff começa seu novo mandato sob pressão com um cenário de crise política e econômica. Contrariando as suas promessas de campanhas, Dilma anunciou um mês após se eleger um programa de ajustes fiscais, o que acabou não surtindo os efeitos esperados e inclusive agravando as relações e a insatisfação pública. Exatamente um ano depois após a prisão de Youssef, aconteceram grandes mobilizações sociais pelo impeachment da então presidente do Brasil.

O êxito das mobilizações realizadas no primeiro semestre em 2015, impulsionou novas investidas no plano institucional visando a interrupção do mandato da Presidenta: no dia 6 de novembro o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reabriu ação para impugnar a chapa Dilma/Temer; no dia seguinte, o Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou a reprovação das contas do governo por “pedaladas fiscais, e cerca de duas semanas depois juristas consagrados entregaram pedido de impeachment ao presidente da Câmara dos Deputados.” (TATAGIBA, 2021, p.116)

O ano de 2016 ainda começa sob pressão e com protestos e painéis contra o governo e também com a prisão do publicitário de campanha de Dilma e do ex-presidente Lula por ter sido pago com recursos que foram desviados da Petrobrás. Esta prisão automaticamente voltou todos os olhares a Dilma e ampliou toda a crise que estava sobre o governo.

Essa direção fica mais clara na 24ª fase da Operação Lava Jato que passou a investigar a relação de Lula e seus familiares com

empreiteiras denunciadas pela Lava Jato. Como parte da operação, Lula foi conduzido coercitivamente para prestar esclarecimentos ao juiz Sérgio Moro, na sede da Polícia Federal, em Curitiba, no dia 04 de março. A ação contra o ex-presidente elevou em muito a temperatura do conflito, com a realização de grandes protestos contra e a favor do impeachment. Cerca de uma semana depois da condução coercitiva de Lula, houve o quinto e maior protesto antigoverno. Segundo o Instituto Datafolha, esse foi o maior evento de protesto na cidade de São Paulo que se tem registro (Folha de São Paulo 2016).

Para tentar bloquear as tentativas de investigação e possível prisão de Lula, três dias depois Dilma o renomeia como ministro Chefe da Casa Civil, tentando rearticular sua base no Congresso. Porém o Juiz Sérgio Moro, principal Juiz do caso da Lava jato retira o sigilo de interceptações telefônicas de Lula, divulgando as conversas gravadas entre Lula e Dilma em que segundo Luciana a Presidenta informa que está enviando para Lula o termo de posse como ministro e que ele só deveria usar o documento “em caso de necessidade. (TATAGIBA, 2021, p.130)

Segundo a interpretação da oposição, o documento teria como objetivo livrar Lula de uma possível ação judicial. À noite, as âncoras do telejornal da Rede Globo produziram sob a forma de uma encenação o diálogo entre Lula e Rousseff. Foi como um rastilho de pólvora que se espalhou sob a forma de protestos em várias cidades brasileiras terminando com o <sup>8</sup>“*Occupy paulista*” – uma ocupação dos militantes pelo impeachment, em frente ao prédio da FIESP, na Avenida Paulista, principal cenário político e econômico do país – para exigir a prisão de Lula. No dia 18 de março, o Supremo Tribunal Federal suspendeu a nomeação do ex-presidente acatando a ação apresentada pelo PSDB e PPS abortando uma possível solução à crise de governabilidade. “A partir daquele momento não existe mais neutralidade política da Lava Jato. Aquele ato mudou a história do país de uma tal maneira que a Lava Jato vai progressivamente se identificando como uma força anti PT” (NOBRE, 2018). Em 17 de abril a câmara dos deputados aprovou o impeachment de Dilma por 367 votos favoráveis, 137 contrários e 7 abstenções. O senado também aprovou a decisão por 55 votos a favor e 22 contrários e a então presidente teve seu afastamento por 180 dias. Em 31 de agosto o plenário do senado aprovou o impedimento do mandato de Dilma com 61 votos favoráveis e 20 contrários. Dilma perde o seu mandato sob a acusação de responsabilidades fiscais, as “pedaladas”.

---

<sup>8</sup> Ocupação instalada na calçada da avenida, em frente ao prédio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

**Michel Temer (2016-2019)**

Após o Impeachment de Dilma Rousseff assume o poder o seu vice, Michel Temer que fica como presidente interino por dois anos, inclusive tendo protestos contra o seu governo devido à crise econômica e política que o país já vinha passando. Neste período o seu governo foi voltado para os interesses da elite e o seu mandato terminou com o menor apoio popular e também com uma altíssima taxa de desemprego chegando a 13%.

Para o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, será dedicado um pequeno e exclusivo capítulo para que possa explicar um pouco também sobre sua vida política, a fim de entender os fragmentos que o levaram ao poder e construir de maneira explicativa os objetivos deste trabalho.

## 6 JAIR BOLSONARO

Para falar um pouco mais sobre o atual presidente da república e um dos principais personagens deste trabalho científico, será utilizada uma cobertura realizada no mesmo ano do impeachment de Dilma, coincidentemente, menos de um mês após ser afastada da república escrita pela revista Piauí por Consuelo Dieguez.

A cobertura jornalística com o título “Direita Volver” começa com uma foto do nosso personagem realizando o símbolo que se tornou ícone e que o consagrou na sua campanha sendo feito repetitivamente pelos seus eleitores/apoiadores, fazendo com que este sinal fosse ligado a uma espécie de solução aos problemas do país. A legenda da foto é bem sugestiva ao que podia se esperar da campanha de Bolsonaro para 2018, com a seguinte frase: “Bolsonaro diz que irá varrer a esquerda do mapa e prega que cada “cidadão de bem” tenha uma arma em casa para se defender: “Cartão de visita para marginal do MST é cartucho 762” (DIEGUEZ, 2016)

A cobertura feita por Dieguez é uma entrevista que busca de maneira clara explicar um pouco mais sobre o futuro candidato a república do país, descrevendo algumas respostas de Jair, assim como seu gabinete, local onde aconteceu a entrevista. Segundo Dieguez (2016) o gabinete de Bolsonaro tinha alguns quadros nas paredes de Presidentes da República, todos da época da ditadura militar no Brasil como Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Médici, Geisel e Figueiredo. Claramente, os quadros emoldurados representavam uma forma de homenagem e exaltação aos ideais daqueles que um dia governaram o país sob pressão, intimidação e medo, conforme abordado em capítulo anterior.

Segundo apuração de Dieguez (2016) Bolsonaro se aproximou do exército ainda na adolescência, quando era menino, ajudava o pai dentista a fazer próteses e dentaduras. Segundo o próprio Jair na entrevista se tornou independente aos 12 anos ganhando dinheiro com pesca e extração de palmito. Bolsonaro conheceu um pouco mais sobre o regime militar durante o ano de 1970 no local onde ele morava chamado de Vale da Ribeira. Neste local *Carlos Lamarca* montou uma base de treinamento que combateria o regime militar. Lamarca era um militar exceção da época sendo um dos principais lutadores contra o regime militar. Conforme declaração de Bolsonaro a Dieguez “Ele passou por lá, feriu seis soldados, fez o tenente Alberto Mendes Júnior de refém e depois o matou a coronhadas, covardemente”. A partir deste momento o

jovem Jair e outros colegas conhecedores do local começaram a ajudar o exército passando informações para os militares sobre a mata e as características do local.

Em 1972 Bolsonaro fez um curso por cartas para ser capacitado como técnico eletricitista e após foi aprovado para Academia Militar de Agulhas Negras sendo promovido a capitão no ano de 1983. Casou, teve os três filhos mais velhos de seus cinco os quais ele se refere como números, assim como no exército, sendo o primeiro o número ZERO UM, o segundo ZERO DOIS e assim consecutivamente.

Logo depois destes fatos o então capitão que já estava na reserva decidiu se candidatar a vereador do estado do Rio de Janeiro, tendo como principal proposta a melhora dos salários militares. Mesmo com poucos recursos conseguiu se eleger. Após dois anos na Câmara Jair Bolsonaro se elegeu para deputado federal. Em 2014 foi o deputado mais votado do Rio Janeiro com 464 mil votos, o seu sétimo mandato no legislativo. Em 26 anos de carreira parlamentar, que inclusive é mais tempo do que ele realmente passou no exército, Bolsonaro propôs e aprovou poucos projetos e a maioria sem nenhuma relevância. O de maior repercussão certamente foi o que determinou a impressão de papel do voto da urna eletrônica, além disso, Bolsonaro não aceita que se chame de golpe o que ocorreu em 1964 e ainda declara: “Na verdade, tratava-se de eleição indireta”. (DIEGUEZ, 2016). Conforme Bolsonaro relatou para Dieguez, o que se passou no Brasil naquele período não é o que a esquerda prega e a mídia reverbera. “Tínhamos democracia, só não tínhamos eleição para presidente da República e para as capitais” disse Bolsonaro, o que obviamente é uma distorção do que foi visto no capítulo anterior.

Conforme a entrevista escrita por Dieguez, Bolsonaro é amado pela parcela da população que gosta da sua ira, seus modos e a apologia à ditadura ou regime militar, além é claro, de realizar a desmoralização de políticos, principalmente de esquerda e levantar uma bandeira que o ajudou a chegar ao poder, a do antipetismo. Já para os que o odeiam na sua maioria são pertencentes a ideais da esquerda, comunidade LGBT e outros movimentos sociais. Inclusive Bolsonaro ficou marcado após levar uma cusparada do Deputado homossexual Jean Willys do partido esquerdista PSOL, durante o processo de abertura de impeachment da presidente *Dilma*, logo após dedicar o seu voto a favor do impeachment em memória a *Carlos Alberto Brilhante Ustra*, conhecido como o militar que chefiou durante a ditadura o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-Codi, no II Exército, em São Paulo que se tornou um dos principais

templos de torturas do país que utilizava-se de práticas como choque elétrico, pau de arara, afogamento, surras e tortura psicológica.

Em meio às crises políticas do governo petista, Bolsonaro começou a ganhar notoriedade entre a sociedade dentro das redes sociais. Em 2016 apenas no *Facebook* o deputado já tinha mais de 3 milhões de seguidores o que o convenceu de que foi a plataforma uma das grandes responsáveis por sua eleição e a de seu filho Eduardo. Conforme escreveu Dieguez (2016) a pesquisa do Datafolha ratifica a percepção do deputado sobre a importância das redes sociais, haja vista a atração que ele exerce sobre o eleitorado mais jovem.

Os jovens, de um modo geral, desacreditam mais dos canais tradicionais de participação política”, disse-me Alessandro Janoni, diretor do instituto. Ao mesmo tempo, explicou, eles são mais vulneráveis a temas como direito à posse de arma e ações intempestivas contra a criminalidade, a ladainha de Bolsonaro. “Eles acabam se agregando por meio de afinidades temáticas e as redes sociais potencializam isso.” Apesar desses números, o diretor do Datafolha avalia que Bolsonaro é ainda um candidato de nicho. “Ele teria que mudar muito o seu discurso para atingir a maior parcela da população, que são os eleitores de menor renda”, disse. (DIEGUEZ,2016)

Alguns dos principais momentos que impulsionaram Jair Bolsonaro dentro das redes certamente foram os em que o candidato desmoralizou outros candidatos, assim como exaltava a ideia ultraconservadora da direita.

O jeito próprio de Bolsonaro pensar e se expressar lhe renderam muitos atritos dentro do congresso. Conforme relata Dieguez (2016) a esquerda passou a acusar Bolsonaro por seu posicionamento contra o que ficou conhecido como “Kit gay” nas escolas, o material nada mais era do que um caderno e uma série de seis boletins com apresentação aos educadores. O material foi preparado com apoio de ONGs ligados a causa LGBT.

Conforme o próprio deputado em 2016, seus eleitores são na sua maioria homens em torno de três a cada quatro com idades entre 16 e 34 anos. Dieguez descreve que ciente disso, o deputado faz uso ostensivo das redes sociais.

Grava diariamente um ou dois vídeos de poucos minutos e coloca para circular na internet. Embora conte com a ajuda de um auxiliar na parte técnica da produção, é ele quem controla tudo. “Imagina se vou deixar de fazer qualquer coisa sem a minha aprovação. Uma coisa errada

pode me arrebear”, comentou, com a ênfase costumeira. Os números que ele alcança, de fato, arrebebam. Alguns vídeos chegam a superar 1 milhão de visualizações. (DIEGUEZ, 2016)

Dieguez (2016) declara que a forma de Bolsonaro responder e prestar entrevistas podem claramente ser confundidas com ataques pessoais ao interlocutor, desta maneira, já foi acusado de ser racista, misógino, xenófobo, homofóbico e fascista. “Se bobear, sou até gordo fóbico” disse em sua entrevista. Para isso ele atribui estes ataques à imprensa, inclusive citando e a acusando como “imbecil” por distorcer e interpretar mal suas palavras. O caso de Bolsonaro com a imprensa pode ser descrito de várias formas, inclusive ficando marcado por uma declaração racista ao programa CQC da rede Bandeirantes, onde recebeu uma pergunta da cantora Preta Gil, filha de Gilberto Gil, que lhe questionava se ele se importaria que um de seus filhos se casassem com uma negra. A resposta de Bolsonaro foi: “Preta, meus filhos foram muito bem educados e não fariam essa promiscuidade. Não foram criados num ambiente como o “seu”. O caso virou manchete nacional mas Bolsonaro nega até hoje esta resposta dizendo que foi manipulada pelo programa.

Outro caso que é possível reportar aqui, Bolsonaro ainda era deputado federal quando proferiu uma palestra no Clube Hebraica, em Laranjeiras, zona sul do Rio de Janeiro, em abril de 2017. Na ocasião, ele falou: “Fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gastado com eles”. Uma plateia composta por judeus, povo perseguido no repugnante holocausto da Segunda Guerra Mundial, em sua maioria caiu na risada com a “piada”. (SILVA, 2020)

Mesmo tendo aprovado poucos projetos, devido a sua grande força dentro das redes sociais Bolsonaro andava pelo congresso com status de um deputado *PopStar* onde é interrompido pelos visitantes que querem tirar fotos ou fazer vídeos.

Em 2016 já havia possibilidade de Bolsonaro ser candidato a presidente da república, porém como o presidente do Datafolha refletiu no trecho descrito acima, seu nicho de público era muito específico para uma eleição desta grandiosidade. Em sua entrevista para Consuelo, Bolsonaro reflete sobre essa possibilidade: O Lula vai ser preso, o Aécio está levando tiro político. Não que eu queira denunciar alguém. Já basta ter que votar pela cassação de Eduardo Cunha. Mas, com esse quadro, minhas chances aumentam.” Explicou por que se sentia preparado para governar o país.

“Bota eu, o Lula e a Dilma numa sala e aplica a prova do Enem. Se eu não tiver uma nota mais alta que os dois juntos, não estou preparado.”

Bolsonaro dentro deste tempo criou um forte grupo de seguidores que ataca com veemência a esquerda e apoiam sem questionar a ultradireita. O conservadorismo “liberal” como podemos chamar é um rótulo que atraiu seguidores ao deputado que se apropria do fracasso de algumas políticas de esquerda que não conseguiram implementar grandes mudanças nos últimos anos de governo e sendo repetitivamente acusadas por Bolsonaro como a causa principal das crises no país.

Desta form, com uma ideia retrógrada de política se lança um candidato a presidente da república pertencente às ideias da extrema direita, algo que não conseguia grande expressão desde 1994 que teve o ultranacionalista, o cardiologista *Enéas Carneiro* como grande representante e que mesmo assim, conseguiu 4,6 milhões de votos, o que representava apenas 7% da população daquele ano.

## 6.1 As falas de Bolsonaro

Durante sua carreira política Bolsonaro colecionou frases, falas e atitudes polemicas que reverberaram na mídia.

Será elencado abaixo algumas conforme levantamento do veículo Carta Capital.

Eleito presidente da República, o capitão Jair Bolsonaro do PSL, colecionou dezenas de declarações polêmicas ao longo de décadas de carreira política.

### **Ditadura e Tortura**

#### ***“O erro da ditadura foi torturar e não matar” (2008 e 2016)***

Conforme a Carta Capital (2020) em julho de 2016, Bolsonaro reiterou seu posicionamento sobre a ditadura no programa pânico, da Rádio Jovem Pan. Em agosto de 2008 o então candidato já havia usado a mesma declaração contra militares que se opunham a uma revisão que levava a justiça oficiais acusados de terem cometido crimes no período de ditadura.

***“Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...] o meu voto é sim” (2016)***



Em votação na Câmara em abril de 2016, Bolsonaro se posicionou a favor do impeachment da então presidente Dilma Rousseff com uma homenagem ao coronel Brilhante Ustra, reconhecido pela Justiça como torturador durante a ditadura militar. (CARTA CAPITAL, 2020)

***“Ele merecia isso: pau-de-arara. Funciona. Eu sou favorável à tortura. Tu sabe disso. E o povo é favorável a isso também” (1999)***

Segundo a Carta Capital (2020) Bolsonaro se referia nesta fala a Chico Lopes, ex-presidente do Banco Central que estava envolvido na CPI dos Bancos do Senado.

***“Através do voto você não vai mudar nada nesse país, nada, absolutamente nada! Só vai mudar, infelizmente, se um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro, e fazendo o trabalho que o regime militar não fez: matando uns 30 mil, começando com o FHC, não deixar para fora não, matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente.” (1999)***

Conforme a Carta Capital (2020) a declaração foi realizada ao programa câmara aberta onde Bolsonaro sugere o “fuzilamento” do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

**Fechar o congresso.**

***“A atual Constituição garante a intervenção das Forças Armadas para a manutenção da lei e da ordem. Sou a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que este Congresso dê mais um passo rumo ao abismo, que no meu entender está muito próximo” (1999)***

Discurso na tribuna da Câmara em junho de 1999. No mesmo ano, questionado no programa Câmara Aberta, da Band, se fecharia o Congresso caso fosse presidente da República, Bolsonaro respondeu: “Não há a menor dúvida. Daria golpe no mesmo dia. No mesmo dia! [...] O Congresso hoje em dia não serve para nada.” (CARTA CAPITAL, 2020)

A declaração teve impacto e Bolsonaro foi alvo de um pedido de processo por falta de decoro e crime contra a Lei de Segurança Nacional. A ação não foi para frente.

## Oposição

***“Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Vou botar esses picaretas para correr do Acre. Já que gosta tanto da Venezuela, essa turma tem que ir para lá” (2018).***

Segundo a Carta Capital (2020) a fala surgiu durante um ato de campanha em setembro, inclusive o então candidato a presidência do Brasil simulou com um tripe de câmera de vídeo segurar um fuzil e disparar tiros.

***“Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria” (2018)***

Segundo a Carta Capital (2020) Bolsonaro se referia aos candidatos do PT. O vídeo com o discurso foi transmitido ao vivo durante manifestação de seus apoiadores uma semana antes da votação de 2018.

## Segurança pública

***“[O policial] entra, resolve o problema e, se matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros cada um, ele tem que ser condecorado, e não processado” (2018)***

Durante uma entrevista ao Jornal Nacional da TV Globo o candidato ainda declara que “violência se combate com mais violência”, justificando que criminoso “não é ser humano normal”. Em declarações anteriores ele já havia dito que “policial que não mata não é policial” e que a “polícia brasileira tinha que matar é mais”.

***“Morreram poucos. A PM tinha que ter matado mil” (1992)***

Sobre o Massacre do Carandiru, em 2 de outubro de 1992, em que agentes da Polícia Militar mataram 111 detentos durante repressão a uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo. A frase, uma das primeiras declarações públicas polêmicas de Bolsonaro, veio durante seu primeiro mandato como deputado federal pelo Rio de Janeiro, em resposta à comoção da sociedade diante do massacre e aos protestos indignados de organizações como a Anistia Internacional. (CARTA CAPITAL, 2020)

## Religião

***“Somos um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que***

***se curvar às maiorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem” (2017)***

Conforme a Carta Capital (2020) o discurso foi publicado no Youtube após ter sido realizado em um evento para seus apoiadores na paraíba.

**Mulheres**

***“Eu jamais ia estuprar você porque você não merece” (2003 e 2014)***

A frase foi dirigida à deputada Maria do Rosário (PT-RS), primeiro durante uma discussão nos corredores da Câmara em 2003, diante de vários jornalistas, depois repetida em 2014, dessa vez na tribuna da Casa. Em esclarecimento ao jornal Zero Hora na época, Bolsonaro disse que a colega “não merece (ser estuprada) porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria”. (CARTA CAPITAL, 2020)

***“Por isso o cara paga menos para a mulher (porque ela engravida)” (2014)***

Em entrevista ao jornal Zero Hora Bolsonaro diz que o Brasil possui muitos direitos trabalhistas.

“Quando [a mulher] voltar [da licença-maternidade], vai ter mais um mês de férias. Então, no ano, ela vai trabalhar cinco meses”, afirmou. “Quem vai pagar a conta? É o empregador.” (CARTA CAPITAL, 2020)

***“Foram quatro homens. A quinta eu dei uma fraquejada, e veio uma mulher” (2017)***

A Carta Capital (2020) diz que a declaração se referência aos seus cinco filhos e foi proferida no Clube Hebraica do Rio de Janeiro em 2017 quando o deputado já havia se lançado como possível candidato.

**Gays**

***“Para mim é a morte. Digo mais: prefiro que morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo” (2011)***

A Carta Capital (2020), afirma a fala de Bolsonaro para revista *PlayBoy* e ainda acrescenta outras frases concedidas pelo deputado em entrevista.

***“O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um couro, ele muda o comportamento dele. Tá certo?” (2010)***

Conforme a Carta Capital (2020), o candidato nesta época fazia parte da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM). A declaração foi realizada a TV Câmara.

***“Não existe homofobia no Brasil. A maioria dos que morrem, 90% dos homossexuais que morrem, morre em locais de consumo de drogas, em local de prostituição, ou executado pelo próprio parceiro” (2013)***

Em entrevista à minissérie documentário Out there, exibida pela emissora britânica BBC, Bolsonaro disse ao apresentar Stephen Fry que “a sociedade brasileira não gosta de homossexual”. “Nós não perseguimos. [...] Não gostar não é a mesma coisa que odiar. Você não gosta dos talibãs.” Gay assumido, Fry descreveu o encontro como “um dos mais estranhos e sinistros” de sua vida. (CARTA CAPITAL, 2020)

## **Negros**

***“Fui num quilombola em Eldorado Paulista. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Acho que nem para procriadores servem mais” (2017)***

A afirmação realizada também no Clube Hebraica, rendeu uma denúncia da Procuradoria-Geral da República por crime de racismo e discriminação.

## **Direitos Humanos**

***“Se eu chegar lá, não vai ter dinheiro para ONG. Esses inúteis vão ter que trabalhar” (2017)***

A declaração foi outra que gerou polêmica durante sua palestra no Clube Hebraica, no Rio. Antes, em 2015, ele já afirmara que, se um dia fosse eleito presidente, “o pessoal da Anistia Internacional não mais interferiria na vida interna do país”. Em 7 de outubro, em discurso de agradecimento pela votação no primeiro turno, prometeu “botar um ponto final em todos os ativismos no Brasil” (CARTA CAPITAL, 2020)

## 7 ELEIÇÕES 2018

Para descrever um pouco do que foram as eleições presidenciais de 2018, será utilizado o auxílio do artigo Eleições 2018. A radicalização da polarização no Brasil, escrito por Patrícia Fachin e Ricardo Machado para o Instituto Humanitas da Unisinos.

Segundo Fachin e Machado (2018) desde 1989, ou seja, desde a redemocratização no Brasil, sempre que a eleição foi para o segundo turno o candidato que ganhou no primeiro turno nunca perdeu. Em 2018 não foi diferente e Jair Messias Bolsonaro foi eleito o presidente da república ganhando do candidato petista Fernando Haddad. O que realmente pode-se perceber de diferente em 2018 e que de fato ainda permanece nos meios políticos e sociais é a polarização existente entre esquerda e direita. Nas eleições presidenciais de 2018 certos fatos inusitados aconteceram, resultado de uma polarização acentuada.

O Brasil em 2018 conforme dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) contava com 147.306.275 eleitores para decidir o futuro do país, depois de um período conturbado para o cenário político brasileiro, devido aos esquemas de corrupção e o processo de impeachment da presidente Dilma. Para a Presidência da República, 14 candidatos se dispuseram com a missão e a promessa de mais uma vez “reformular” a política brasileira. Dentre os 14 candidatos estavam: *Jair Bolsonaro do partido PSL, Fernando Haddad do partido PT, Alvaro Dias do partido PODEMOS, Cabo Daciolo do partido PATRIOTA, Ciro Gomes do partido PDT, Eymel do partido DEMOCRATAS, Geraldo Alckmin do partido PSDB, Guilherme Boulos do partido PSOL, Henrique Meirelles do partido MDB, João Amoêdo do partido NOVO, João Goulart Filho do partido PPL, Marina Silva do partido REDE e Vera do PSTU.*

Neste contexto, a grande maioria deles possuía uma bagagem política em campanhas, disputas, ministérios ou no congresso nacional. Alguns pontos podem ser ressaltados dentro das eleições de 2018. O primeiro ponto é que poucos dos debates políticos obtiveram a participação de todos os candidatos à presidência. Isto se deve às recusas de participação do presidente eleito, que não se dispunha a participar dos debates. Foi a primeira eleição em que não se obteve debate no segundo turno. Como justificativa para estas e outras não participações, foi o seu estado de saúde que por sinal é o segundo fato curioso desta eleição. No dia 6 de setembro o então presidenciável recebeu um atentado em meio a uma de suas manifestações políticas públicas onde levou uma facada na região do abdômen enquanto era carregado nos

ombros de seus apoiadores. O acontecido um tanto inusitado gera discussões sobre sua legitimidade até hoje, porém o agressor foi preso em flagrante e em seu discurso disse que agiu por motivações religiosas de cunho político. Fora das ruas o candidato Bolsonaro intensificou sua campanha nas redes sociais. Foi a primeira eleição com campanhas atenuantes e verbas para propagação de informação por meio das redes sociais. Este fato culminou num acúmulo de mensagens e notícias falsas propagadas de maneira massiva, seja paga ou orgânica.

Alguns veículos jornalísticos como o g1 da rede Globo realizaram serviços para esclarecer aos eleitores sobre o que era verdade ou mentira das informações publicadas nas redes sociais. O serviço do G1 apenas durante o tempo de campanha apurou mais de 170 boatos. A polarização foi tanta dentro da sociedade que a política gerou um grande desgaste dentro das famílias, ocasionando brigas principalmente através do WhatsApp. Estas discórdias devido a política podem ser analisadas através da rede social Twitter, onde as postagens com a frase “briga no grupo de família” saíram de um 100 tweets mês em julho para 700 em setembro. Outros dois pontos marcantes das eleições de 2018 foram os números de protestos a favor e contra Jair Bolsonaro.

O presidencialismo conforme já relatado no capítulo anterior despertou o amor e o ódio da sociedade. Alguns movimentos ficaram mais marcados, exemplo disso foi o movimento das redes sociais #Elenão que realizou atos em 114 cidades. No mesmo dia ocorreram atos a favor em 40 cidades e até mesmo artistas nacionais e internacionais se envolveram nas questões políticas do Brasil, como exemplo, o músico *Roger Waters ex Pink Floyd* que em meio a sua turnê *US+Them* foi aplaudido e vaiado por se posicionar contra o candidato em shows em São Paulo e no Rio de Janeiro. A eleição de 2018 foi a primeira em que o STF proibiu doações de empresas aos partidos para campanha. Os candidatos tiveram que contar com o Fundo Partidário, com o Fundo Eleitoral e doações de pessoas físicas através de <sup>9</sup>*vaquinhas virtuais*.

Para entender um pouco mais sobre este momento, o artigo mencionado anteriormente faz entrevistas com alguns especialistas que com base nos contextos históricos buscaram expor o que poderia vir a acontecer se Jair Bolsonaro fosse eleito

---

<sup>9</sup> A vaquinha virtual ou vaquinha online tem como objetivo arrecadar dinheiro para uma determinada finalidade.

presidente do Brasil. Para Roberto Romano em entrevista, a escolha por Bolsonaro no primeiro turno fala muito sobre a sociedade brasileira.

[...] no mesmo passo em que o Estado nacional não se democratiza, os dirigentes políticos aumentam seus privilégios e legislam em causa própria, a massa sem condições de partilhar do cotidiano administrativo, não ouvida e escorchada com impostos sem retorno, busca um salvador encarnado em indivíduo autoritário que promete tudo mudar. Foi assim com Jânio Quadros, com a ditadura de 1964, Fernando Collor e, em boa parte, com Luis Inácio da Silva. ROMANO (2018, FACHIN e MACHADO,2018, ONLINE).

Já para Ivo Lesbaupin,

[...] resultado do primeiro turno foi marcado por um “antipetismo” que tem sido “difundido a nível nacional no correr dos últimos anos” e pela candidatura de um político que se apresenta como um candidato antissistema, diferente de ‘tudo o que está aí’, que afirma que vai acabar com a corrupção e com a violência. Com medidas simples: armas para toda a população, facilitação do uso da violência pela polícia. LEUSBAUPIN (2018, FACHIN e MACHADO,2018, ONLINE).

A opinião de Rudá Ricci para Fachin e Machado mostra que as eleições revelaram um país radicalmente dividido.

Bruno Cava diz

[...] desafio de uma mobilização como o #EleNão é mostrar como as preocupações das minorias não se restringem à suposta ‘elite de esquerda’ que organiza os protestos, mas são preocupações de todos, preocupações transversais. Porque, no Brasil, todo mundo é minoria em alguma medida. Nem tanto a luta da minoria, mas a minoria enquanto luta, minoria que devemos, que nos constitui. CAVA (2018, FACHIN e MACHADO,2018, ONLINE).

E terminando as entrevistas do artigo selecionadas para este trabalho Acauam Oliveira

[...] o resultado das eleições apresentou o cenário ideal tanto para petistas quanto bolsonaristas. Grande parte da força de Bolsonaro alimenta-se de um antipetismo radical aliado a um sentimento geral de negação da política tradicional, considerada como espaço da corrupção e da bandalheira. Sua candidatura claramente depende do avanço do PT para se sustentar. O mesmo se passa com o PT, cujas maiores chances de vitória se dão obviamente contra uma candidatura cujo índice de rejeição seja superior ao do próprio partido, sendo Jair Bolsonaro o único que preenche esse requisito”. O cálculo, adverte, “arremessa o país para um clima de assustadora instabilidade, mas é praticamente a única esperança petista, que pode contar novamente com a lógica do ‘nós contra eles e arregimentar grupos de eleitores

que já haviam desistido de apoiar o partido. OLIVEIRA (2018, FACHIN e MACHADO,2018, ONLINE).

O presidente Jair Bolsonaro foi eleito em 29 de outubro de 2018 com 57,8 milhões de votos no segundo turno, contra 47,4 milhões de votos para seu adversário Fernando Haddad. Já os votos nulos, brancos e abstenções somaram um total de 42,4 milhões de votos.



## 8 JORNALISMO POLITICO

Como parte principal deste estudo é necessário que sejam abordadas as dinâmicas do jornalismo político e sua relevância na formação da opinião pública, possíveis decisões que possam ser tomadas pela sociedade e defesa da democracia.

Conforme a construção de estudo de Jornalismo Político de Jamil, Urizzi e Goulart (2018) o jornalismo ocidental desenvolveu-se e ganhou projeções opondo-se aos modelos de comunicação oficiais do estado, representando de forma predominantemente comercial ser uma opção das elites econômicas e sociais quanto às informações transmitidas pelas estatais com o objetivo de alcançar o maior público possível e produzir uma visão de mundo da elite econômica diferente, contrária e intelectual do sistema político.

Durante a segunda guerra mundial duas mudanças modificaram a forma de fazer jornalismo. A primeira mudança é a evolução tecnológica no campo da impressão e imagem fotográficas deixando os jornais menos comerciais, sendo inclusive criado materiais para a parte proletária da sociedade. A segunda mudança é a tecnológica e social. O novo modelo de fazer jornalismo representava as visões e dificuldades do mundo segundo a maior parte da população e não apenas os interesses de alguns, desta forma, os jornais eram financiados pelo público, (comprando exemplares), pelas empresas (espaços publicitários) e estes podiam ser definidos como imparciais e independentes ideologicamente que buscavam tornar as informações cada vez mais compreensíveis, acentuando o papel do jornalismo de ser o responsável por expor a opinião pública para as esferas públicas.

O Jornalismo atua como agente interessado no jogo político, acompanhado da reivindicação de que a atividade se mostre responsável, ou seja, ao atribuir a si mesmo o papel de defensor do interesse público (sentindo-se autorizado, inclusive, a pressionar agentes representativos que foram chancelados pelo voto), a atividade jornalística atraiu um conjunto de críticos pelo fato de que, o exercício de controle da esfera de visibilidade pública resistia a adotar critérios de qualidade ou se mostrarem abertos à crítica social. ETTEMA (2007,p. 145, apud JAMIL, URIZZI e GOULART, 2018).

O direito de informar e de receber informação é um dos elementos que constituem a cidadania, transformando o jornalismo e a democracia em irmãos. O jornalismo político é um território demarcado pelo fenômeno que o faz criar rotinas

para que possam ser contemplados os temas da democracia representativa. “Na medida em que a sociedade adquire maior complexidade, o jornalismo deixa de gravitar exclusivamente em torno da órbita política, correspondendo a outras demandas sociais.” (MELO, 2008, p.90). Melo (2008) ainda propõe a seguinte questão: A reportagem política está diretamente ligada a ação administrativa do poder público, delimitando-se em quatro campos específicos de atuação:

- a. organismos oficiais – compreende as três esferas da gestão estatal: da Presidência da República aos Governos Estaduais e Municipais, incluindo os respectivos ministérios, secretarias e departamentos.
- b. organismos eleitorais – complexo formado pela Justiça Eleitoral, que assegura a participação popular na escolha dos mandatários constitucionais.
- c. organismos partidários – conjunto dos partidos políticos e outras agremiações que dão sentido à representação democrática.
- d. organismos administrativos – serviço público em geral, desde os órgãos da administração direta, às autarquias, empresas estatais, das forças armadas ao funcionalismo civil. (MELO, 2008, p. 91)

Através da análise de Timothy E.cook (2011) o jornalismo não é apenas uma instituição, mas sim uma instituição política que deve nutrir e orientar seus repórteres e jornalistas com a consciência partidária e ideológica própria, particulares, porém deixando os cientes que qualquer uma de suas ações dentro da informação de influência política.

[...] o jornalismo é pelo menos parcialmente independente de suas fontes na produção de conteúdo das notícias. Em consequência, ela pode ser capaz de influenciar quem tem autoridade, quais são os valores da política e quais alocações são feitas. O jornalismo compartilha um destino semelhante com os três poderes constitucionais, sendo parcialmente independente e parcialmente dependente de outras instituições para cumprir sua própria tarefa. (E. COOK, 2011, p.205)

Ainda baseando-se em E.cook (2011) o jornalismo precisa gerar impacto e infelizmente acaba sendo seletivo, afinal o jornalismo político deve então ter a capacidade de levar todo e qualquer viés a um impacto significativo. Para o autor o noticiário pode não ser uma amostra representativa das ocorrências, porém os jornalistas podem e fazem seu trabalho com credibilidade, são eles que criam a importância e seletividade que acaba não favorecendo de maneira igual os atos e atores políticos, desta forma os políticos ditam as condições e regras para acesso a

locais e eventos indicando as questões importantes. Cabe aos repórteres decidir se isso é suficientemente interessante para cobrir. “Os jornalistas contribuem com suas concepções específicas do que é digno de ser noticiado quando abordam seu trabalho.” (E. COOK, 2011, p.209). Portanto, é de extrema importância que seja possível medir o impacto dos meios de comunicação na formação da opinião pública.

### **8.1 Jornalismo político no Brasil**

Antes da república, o Brasil passou por tensos momentos onde a centralização do poder, a falta de organização política e social e a intolerância eram as ordens do império monárquico. Desta forma a sociedade brasileira se consolidou em uma população inferiorizada e não instruída politicamente, criando um contexto impróprio e desfavorável ao jornalismo, no qual obviamente ele não era valorizado. Nesta época não se conhecia a prerrogativa de liberdade de expressão do jornalismo, o que fez com que mais tarde isso compromettesse os leitores e a formação de indivíduos questionadores.

Como na política, o jornalismo evoluiu muito desde a instauração da república no Brasil, estando presente em todos os momentos. A grande influência do jornalismo político foi a imprensa norte-americana que ainda na primeira metade do século XIX começou a ser o modelo para as imprensas no mundo.

A solidez das instituições políticas, a garantia da liberdade de expressão sustentada pela primeira emenda constitucional e as condições econômicas favoráveis, com o surgimento de uma classe média interessada em notícias e novidades, abriram caminho para uma imprensa comercial nos Estados Unidos. Esse tipo de empresa está nitidamente preocupado com o lucro, equidistante das correntes ideológicas e pronta a incorporar toda e qualquer novidade tecnológica que lhe garantisse tiragens maiores com melhor qualidade de impressão. (MOREIRA, 2013, p.3)

Já no Brasil ainda não se tinha uma classe média letrada que fosse capaz de consumir notícias e informações, além é claro da falta de estabilidade política do país. Moreira escreve que meio século separa os momentos de estabilidade econômica do jornalismo americano para o brasileiro. Apesar de todas estas dificuldades o jornalismo brasileiro começa a avançar no século XX. Os veículos surgem com mudanças estruturais que aproximavam a realidade do leitor em suas matérias e

reportagens. Com mudanças significativas na tecnologia, grafia e maneira de escrita, foi possível atrair um crescente número de leitores para os jornais brasileiros. Desta forma começa a se consolidar os grandes conglomerados midiáticos no Brasil.

Com a atividade da democracia no Brasil, o jornalismo político começou a ressaltar a esfera política para sociedade, dando visibilidade ao poder mesmo que os meios formem dois campos diferentes de formação por eles manterem interesses diversos, afastando qualquer hipótese de que o jornalismo político privilegie personagens ou temas ideológicos políticos específicos.

A exploração de escândalos envolvendo agentes políticos, por exemplo, traz a possibilidade de reconhecer os envolvidos em maus feitos, oferecendo aos cidadãos informações para que sejam rechaçados nas eleições seguintes. Porém, geram também desconfiança em relação a outros agentes do campo político, não necessariamente envolvidos em escândalos. Se os cidadãos não reconhecem a legitimidade dos representantes e das instituições, abre-se espaço para resoluções autoritárias, embora reconheça-se que nem toda desconfiança em relação às instituições democráticas seja reflexo de desprezo pela democracia. MIGUEL (2014, apud MONT'ALVERNE, S.D)

No Brasil, a exploração de escândalos se tornou muito comum no jornalismo contemporâneo, decresce a legitimidade dos agentes políticos e teoricamente cresce a legitimação do jornalismo.

Embora não crie os escândalos, ao trazê-los à tona e explorá-los cotidianamente, o campo jornalístico sinaliza para sociedade que tais atos são inaceitáveis e que os responsáveis devem ser responsabilizados. Neste ponto, é preciso cautela para não condenar previamente os envolvidos, pois os jornalistas não são juízes e, a depender da forma pela qual a cobertura se desenvolve, podem comprometer permanentemente a imagem pública dos indivíduos. (MONT'ALVERNE, s.d, p.73)

Com a polarização que existe hoje entre os poderes de direita esquerda e o surgimento de novos meios eletrônicos, o jornalismo político passa por mais transformação. Desta forma os blogs e sites de notícias fomentam o debate político e criam um novo modelo de se fazer jornalismo. Para Melo (2008) este modelo tem uma consequência evidente de enfraquecer a democracia, com descrença, pessimismo e ceticismo. Com a chamada "blogesfera", todo conteúdo checado, editado, produzido e veiculado não passa pela opinião privada, que inclusive pode distorcer os fatos.

A estridência dos blogs ganha força sobretudo em momentos de grande dramaticidade, política ou não. Podem afetar a opinião pública quando ela está com os nervos sensíveis, mas, pode vir a representar também uma ameaça ao direito coletivo à boa informação. (CRUVINEL, 2006, P. 232-233, apud MELO, 2008).

Ainda Para MELO (2008) a opinião de imprensa vive um grande paradoxo, onde a sociedade está cada vez mais vigiada pelos órgãos do estado, mídia e internet e é cada vez menos capaz de distinguir condutas e punir crimes. “O que fazer? Resistir? Desistir? Prosseguir? Prefiro a exortação do poeta: “Debate é preciso!” (MELO, 2008, p.93). Conforme Mont’Alverne (s.d) o jornalismo participa da construção da realidade, sendo capaz de influenciar julgamentos, portanto, é necessário que tenha cautela para não condenar precipitadamente algum condenado.

Quando ferem os direitos básicos dos cidadãos ou oferecem informações equivocadas, as publicações devem ser responsabilizadas. Ao mesmo tempo, deve também ser reconhecido o papel desempenhado pelo Jornalismo político para o aprimoramento da democracia – com as limitações que já foram discutidas. A cobrança da sociedade por um Jornalismo mais responsável é saudável, assim como a fiscalização dos agentes políticos pode contribuir para o fortalecimento da democracia. Não negligenciar os vícios ou as virtudes do campo jornalístico e do campo político é essencial para aproveitar o que ambos têm a oferecer para a sociedade, assim como os resultados de suas imbricadas relações. (MONT’ALVERNE, s.d, p.76)

## 9 VEÍCULOS DE ANÁLISE

Para a análise deste trabalho científico foram escolhidos dois veículos de comunicação que historicamente possuem posicionamentos políticos diferentes, mas que possuem grande importância e impacto na cobertura do sistema político e social brasileiro.

### 9.1 Revista Veja

Fundada em 11 de setembro de 1968, hoje com 53 anos, a revista *Veja* é considerada o projeto mais ambicioso da editora Abril, sendo constituída em pleno regime militar Brasileiro durante o AI. A revista passou pela censura e teve até mesmo edições apreendidas.

Denominado internamente “Projeto Falcão”, o plano de uma “revista semanal de informação” elaborado por Raymond Cohen, com 25 páginas de publicidade e tiragem entre 150 mil e trezentos mil exemplares, foi aprovado pela diretoria da Abril, que já mantinha outras publicações em circulação. Foi preciso então formar a equipe de cerca de 150 profissionais que daria corpo à nova revista. (CHAVES, KUSHNIR, s.d)

Nos primeiros meses a revista foi rejeitada pelos leitores e anunciantes e também pelos funcionários da editora Abril, devido ao seu alto custo de produção. Durante o AI5 a revista passou por uma fase de censura branca, onde recebiam bilhetes e telefonemas sobre os temas que podiam ou não serem falados. A proibição dos temas continuou até o final da ditadura militar, tendo revistas inteiras recolhidas e cortes sistemáticos em suas páginas. A *Veja* neste período buscou driblar a censura, utilizando subnomes, realizando metáforas como em matérias sobre Anjos e Demônios nos espaços abertos pelos cortes. Conforme Chaves e Kushnir (s.d) durante os anos 70 a revista se tornou um semanário nacional mais importante, chegando a trezentos mil exemplares no fim da década e mantendo-se sempre como um dos principais veículos de pauta política. Mesmo com as restrições do autoritarismo da época, a revista continuou com uma postura crítica resguardando espaços esporádicos para conteúdos e comentários contrários dos interesses do governo.

Ao fim do AI5, onde a revista completou sua primeira década resistindo a todo período declarado de censura, o editorial da revista comemorava os seus dez anos com uma escrita assinada por Vitor Civita que expunha alguns princípios básicos da revista.

O primeiro deles era o princípio liberal: "É ser liberal, para nós, é querer o progresso com ordem, a mudança pela evolução, e a manutenção da liberdade e da iniciativa individuais como pedra angular do funcionamento da sociedade." O editor insistia assim na crença de Veja no capitalismo democrático e na livre iniciativa, condenado tanto o "capitalismo estático, excludente, onde o bem-estar de uns poucos é obtido à custa da privação dos outros", quanto "a entrada do Estado em setores onde a livre iniciativa pode desincumbir-se sozinha". (CHAVES, KUSHNIR, s.d)

Nos anos 80 a redemocratização se tornou a pauta nacional e a Veja ampliou seu mercado realizando coberturas políticas e econômicas com edições especiais explicando a opinião e insegurança pública. A Veja estampou matérias de capa sobre as "Diretas já" direcionando uma carta ao leitor que abordava o desejo de eleições diretas para a presidência como a maior unanimidade popular já registrada. Antes da eleição do colégio eleitoral em janeiro de 1985, a revista foi às bancas em uma edição especial noticiando a vitória de Tancredo Neves com uma reportagem de 33 páginas da cobertura do evento com a seguinte chamada: "'Um civil no Planalto'. Com a eleição de Tancredo Neves, o país vê com tranquilidade o fim de 21 anos de regime militar e o nascimento da 'Nova República'". Apenas nesta edição a Veja vendeu mais de 545 mil exemplares, sendo superior a qualquer outra revista.

Durante a primeira corrida presidencial democrática, a Veja acompanhou todas as campanhas dos candidatos buscando dar um tratamento equânime nos espaços editoriais, porém deixando bem claro sua preferência por programas de governo neoliberais.

Ao longo da campanha, Veja procurou dar aos candidatos um tratamento equânime em termos de espaço editorial e matérias de capa. A revista deixou clara, contudo, a sua preferência pelos programas de governo dos candidatos identificados com as chamadas idéias neoliberais, que, naquele momento, advogavam o fim da intervenção econômica do Estado na economia brasileira e a moralização da coisa pública. Do mesmo modo, não pôde esconder um certo fascínio ante a surpreendente ascensão nas pesquisas da candidatura do ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo — cujo programa se coaduna perfeitamente com as perspectivas da

revista —, embora num primeiro momento a subida de Collor tenha sido recebida como mera “chuva de verão” (CHAVES, KUSHNIR, s.d).

Na edição especial que foi às bancas com a data do primeiro turno do pleito, a Veja destacou em capa a dianteira de Collor nas pesquisas e a disputa entre Luís Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola pela qualificação para a disputa do segundo turno. Pouco antes da votação para o segundo turno a revista publicou duas capas, cada uma destacava um candidato e contrastava com a chamada e os conteúdos. Na “Carta ao leitor” daquela mesma edição a revista se posicionava partindo dos parâmetros definidos na capa: “Não será com estatização, com cercamentos à livre iniciativa, com incremento de conflitos entre capital e trabalho, com restrições aos investimentos, com o isolamento do mundo desenvolvido e com o nivelamento por baixo que o país irá melhorar.” Em 1992 a Veja deu início a uma série de reportagens de investigação jornalística que acabou culminando na renúncia do então presidente da República Fernando Collor de Mello. A revista começou suas publicações com um dossiê organizado pelo irmão de Fernando, Pedro Collor, que denunciava as atividades ilícitas durante a campanha e governo do presidente. O impacto maior dessa série se deu com a veiculação da edição de 27 de maio de uma entrevista na qual Pedro Collor denunciou o esquema de favorecimento de empresários e de corrupção de funcionários públicos comandado por Pedro Collor, levantando a possibilidade da conivência do irmão presidente.

Na semana em que a entrevista estava para ser publicada, assessores da Presidência tentaram bloquear a publicação, através de telefonemas para Mário Sérgio Conti, diretor de redação, e Roberto Civita, então na direção do grupo Abril. Nos meses seguintes, pressões diretas de ministros de Collor e uma investigação contra Civita e as empresas do grupo no Banco do Brasil foram outras formas de pressão sobre a revista. (CHAVES, KUSHNIR, s.d)

A Veja acompanhou as mobilizações nas ruas dos estudantes, assim como os trabalhos da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) instalada no Congresso para apurar denúncias de corrupção. A CPI revelou o envolvimento do presidente no esquema e a VEJA em sua edição de 1º de julho de 1992 apostava na continuação do presidente no cargo, porém enfraquecido. Após o término da CPI teve-se a necessidade do processo de impeachment, e a revista se posicionou favorável ao afastamento da presidente.



Na maré das denúncias de corrupção que se seguiu ao fim do governo Collor, Veja teve papel de destaque ao cobrir outro escândalo que mobilizou a opinião pública nacional. Em 20 de outubro de 1993, a revista publicou uma entrevista com José Carlos Alves dos Santos, ex-funcionário do Senado e ex-diretor de Orçamento da União. Na entrevista, o funcionário revelou um esquema de corrupção envolvendo deputados, ministérios, empreiteiras e fornecedores do serviço público, em torno das emendas elaboradas pelos parlamentares ao Orçamento da União. As denúncias resultaram na abertura da CPI do Orçamento, que teve como principal consequência a cassação dos mandatos de diversos parlamentares. (CHAVES, KUSHNIR, s.d)

E desta forma, com abordagens e posicionamentos políticos, a revista Veja se consolidou como um dos maiores veículos de formação de opinião pública de credibilidade do país, tendo renome para abordar temas políticos e públicos e se posicionar dentre suas editorias.

## **9.2 Folha de São Paulo**

O jornal Folha de São Paulo teve seu início em 1921, sendo precedido por três jornais: Empresa Folha da Manhã S.A., denominados Folha da Noite, Folha da Tarde e Folha da Manhã e se tornou em 1960 o jornal Folha de São Paulo.

A empresa fundada por Olívio Olavo de Olival juntamente com um pequeno grupo de colegas criou a Folha da Noite, periódico que logo foi censurado e retirado de circulação, sendo substituído pela Folha da Tarde. A Folha da Noite retornou após algum tempo com o mesmo nome. A empresa ainda criou um terceiro jornal, a Folha da Manhã, sendo agora cada jornal destinado a um nicho diferente de público.

A Folha da Noite surgiu como um periódico de formato pequeno, com oito páginas, destinado às camadas médias urbanas: “Honestidade nas informações, além de bom humor nos comentários, constituíam a tônica desse veículo em que as classes médias de São Paulo podiam se mirar e nutrir. [...] Também a partir de 1925, passavam a existir dois jornais, dirigidos, cada um deles, para públicos diferentes: a Folha da Manhã, com uma linguagem mais sóbria, voltava-se para os pequenos comerciantes e os profissionais liberais, enquanto a Folha da Noite, jornal mais popular, voltava-se para a classe trabalhadora, chegando inclusive a conter em suas páginas artigos em várias línguas, dada a origem estrangeira de grande parte do operariado. (Montalvão, s.d)

A Folha não tinha referências oligárquicas nem operárias, mas sim, os acontecimentos como a revolução de 1930 que fez com que o periódico se aliasse à oligarquia paulista sendo contrário aos revolucionários. A Folha continuou em seu projeto editorial, sendo um grande pé no sapato do governo Vargas e transformando o empreendimento em estável e sólido, apresentando em ambos editoriais, posições politicamente definidas se opondo a hostilidade de Vargas. Mesmo que o Jornal a folha da noite viesse perdendo público e audiência, a folha da manhã se consolidava cada vez mais. Em 1933 as Folhas começaram a acompanhar de perto os trabalhos para a elaboração da nova constituição.

No ano de 1945 o jornal buscou a democracia no país pregando pelo fim do estado novo no Brasil juntamente com a derrota do totalitarismo na Europa com a derrocada da Segunda Guerra Mundial. A “humanidade inteira se enche de esperanças no advento de uma era melhor e mais bela de liberdade e civilização” (MONTALVÃO, s.d). Em 1945 a Folha assume outra linha editorial, dando condição ideal para o equilíbrio de forças com um jornal com caráter mais moderno e preservando a liberdade de pensamento. Seu propósito era uma imparcialidade política e não neutralidade. Nessa época a imprensa defendia sua liberdade veementemente da mesma forma como era defendido os trabalhos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de concorrer em uma eleição assim como a constituinte. Porém conforme o autor em 1947 a posição da Folha passou a ser favorável a extinção do PCB e contraria a permanência de parlamentares de cunho comunista no congresso. Já em relação a outros partidos, a Folha os criticava pela sua ausência de programas que possibilitava a desordem e o surgimento de regimes autoritários.

Em 1950 a Folha optou por apoiar a candidatura de Eduardo Gomes contra o ex-presidente Getúlio Vargas. Inclusive após a vitória o jornal estampou:” Eduardo Gomes é o campeão das liberdades democráticas que constituem preocupação apenas das elites e não do povo.” Em 1954 a oposição a Vargas se tornou mais evidente, mas as páginas condenaram aqueles que forçaram a renúncia do presidente, reafirmando uma postura de que deveria ter se esperado o fim do mandato. Para Montalvão (s.d) em todo período da democracia populista, a editoria da Folha defendeu a ideia de prosperidade econômica e paz social, foi então que os jornais começaram a defender a participação dos operários nos lucros das empresas e a implementação de nova políticas sociais para o bem estar da sociedade, porém,

as Folhas eram contrárias a interferência política nos sindicatos por medo de se transformarem em um canal efetivo de mobilização operária.

Em 1960 a Folha sofreu grandes mudanças e teve seu nome alterado, sendo conhecida como a Folha de São Paulo. A editoria do jornal passou por mudanças e o “antigetulismo” de antes, se tornou o “antijanguista” (contra o governo Goulart) e pró-mobilização para os acontecimentos de 1964. A Folha aumentou muito seu público leitor por ter conseguido mudar também seu alcance de distribuição. Com novas tecnologias de impressão e uma frota própria, o jornal se transformou no meio de maior circulação do Brasil.

Ante os acontecimentos de março de 1964, o jornal se auto definiu como “liberal e democrático”, reafirmando a convicção de que o papel da imprensa é fundamentalmente o de formar a opinião pública. Nesse sentido, além do caderno de notícias, passou também a ser dada ênfase a um outro, de natureza mais variada e eclética. (MONTALVÃO, s.d)

Mesmo apoiando o movimento que ocorreu em 1964, a Folha não concordava com todo o governo e não aceitava a censura imposta à imprensa, e mesmo tentando se aproveitar de sua independência financeira não conseguiu preservar sua independência política frente ao estado. Em 1977 o jornal passou por uma grande crise no seu relacionamento com o governo. Em 20 de setembro daquele ano a edição da Folha suspendeu todos os editoriais e artigos devido à prisão do jornalista<sup>10</sup>Lourenço Diaféria.

“O que motivou tal situação foi uma crônica escrita pelo jornalista no dia 1º de setembro, considerada ofensiva à figura do Duque de Caxias. Em seguida, a Folha chegou a ser acusada pelo secretário de Segurança do estado de São Paulo, coronel Antônio Erasmo Dias, de conter em seus quadros “muitos elementos subversivos”, sendo ameaçada de enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Em virtude desses fatos, o proprietário do jornal, Otávio Frias de Oliveira, decidiu pelo afastamento de Cláudio Abramo do posto de editor-chefe e sua substituição por Bóris Casoy, como também pela extinção da coluna “Jornal dos Jornais”, escrita aos domingos pelo jornalista Alberto Dines.” (MONTALVÃO, s.d)

---

<sup>10</sup> Lourenço Carlos Diaféria foi um jornalista e escritor paulista do século XX. É considerado um importante representante da Literatura Pós-Moderna brasileira.

Em 1979 uma greve de jornalistas mobilizou toda a cidade de São Paulo e toda redação da Folha participou com seus editores e subeditores, culminando em uma mudança nos critérios de preenchimento de cargo de confiança do jornal. Naquele momento a Folha declarou que a luta mais importante a ser travada pelos seus jornalistas “contra o preconceito, contra o senso comum, contra a falta de clareza e concisão, contra as informações incompletas e ambíguas”. O impresso viu naquele mesmo ano na posse de João Batista Figueiredo um avanço na democracia, surgindo críticas para a redemocratização brasileira que até aquele momento parecia ser incapaz. A Folha buscou apontar os males da falta de democracia, criticando inclusive a má distribuição de renda no país. Conforme Montalvão (s.d) o multipartidarismo foi interpretado pelo veículo como um recurso militar para dissolve a oposição. Mas para o jornal a ampliação de partidos foi um erro, pois esvaziaria a frente democrática.

Em 1983 o jornal acolheu a ideia das “Diretas já” e todas as manifestações do movimento ganharam destaque dentro das publicações do jornal, inclusive, o veículo se pôs à disposição dos organizadores do movimento para divulgar atualizações através da coluna “Roteiro das Diretas”. O movimento não teve sucesso e durante a votação do colégio eleitoral a Folha foi equidistante dando o mesmo espaço no jornal aos candidatos Paulo Maluf e Tancredo Neves. Como abordado no capítulo anterior, Tancredo Neves venceu a eleição, mas na véspera da posse faleceu devido a uma doença no intestino. A Cobertura da Folha sobre o falecimento da então esperança do Brasil foi pouco emocionada e teve inúmeras críticas, porém, alguns dias depois a Folha se estabelece no tema com um furo de reportagem em que divulgava que Tancredo não faleceu por Diverticulite, mas por um tumor incurável.

Durante o governo Sarney a Folha protagonizou algumas polêmicas, visto que durante este tempo teve-se eleições diretas para as cidades do Brasil.

A Folha de S. Paulo divulgou a fraude que cercou a concorrência da ferrovia Norte-Sul, uma das principais obras do governo José Sarney. Em 8 de maio de 1988, alguns dias antes da abertura dos envelopes que continham as propostas da licitação, o jornalista Jânio de Freitas fez publicar uma relação cifrada das empreiteiras vencedoras na forma de um anúncio de classificados. (MONTALVÃO, s.d)

A antecipação desses resultados comprovou que o contrato de construção da ferrovia, orçado em 2,4 bilhões de dólares, estava viciado de modo a favorecer 18 grandes empreiteiras. O ministro dos Transportes José Reinaldo Tavares chegou a

contestar a reportagem da Folha declarando que o jornal teria acertado por sorte os números da concorrência. Em função do escândalo, a licitação da ferrovia Norte-Sul foi anulada e sua construção adiada”. (MONTALVÃO, s.d)

Promulgada em 5 de outubro de 1988 a carta magna do Brasil que se consiste até hoje, a Folha deu como encerrada a transição democrática. Na cobertura da primeira campanha presidencial após 21 anos de ditadura, a Folha tentou se manter distante dos candidatos a fim de evitar polêmica, mas quando o candidato Collor atingiu grandes índices nas opiniões públicas, o jornal chamou atenção com uma matéria de que havia indícios de práticas irregulares em sua gestão como prefeito de Maceió. O noticiário do dia 27 de julho de 1989 informou aos leitores sobre o uso indevido de verbas públicas para saldar dívidas das empresas de sua propriedade no valor de 124 mil dólares. No mês de agosto surgiram denúncias sobre os gastos excessivos de Collor com a “verba secreta” de seu estado, que, segundo o jornal, ele teria estourado em 5.276%, no pagamento de pesquisas de opinião e compra de presentes. Um mês antes da eleição a Folha traçou alguns possíveis resultados, nele, Collor já estava no segundo turno, mas a aposta da Folha era em uma ascensão de Luís Inácio Lula da Silva o que poderia culminar em uma vitória da esquerda petista. Segundo Montalvão (s.d) após um debate entre Lula e Collor, o jornal concluiu que faltavam declarações claras quanto as suas propostas para a república.

Na edição de 5 de dezembro de 1989, o periódico trouxe, em uma de suas manchetes, um texto que afirmava a disposição de Luís Inácio Lula da Silva em manter os salários sem aumentos reais como estratégia para frear a inflação. A matéria gerou uma ação por parte do PT, que considerou inverídicas as informações reproduzidas no jornal. A resposta da Folha veio através do editorial “Ataque à imprensa”, onde se colocou que não poderia ser conveniente para os coordenadores da campanha petista revelar a posição de economistas influentes no partido, como Paulo Sandroni e Paul Singer, a favor de uma política salarial bem menos generosa que aquela apregoada nos discursos de palanque.” (MONTALVÃO, s.d)

Em 17 de dezembro a Folha muda o seu discurso e informa a inversão na corrida eleitoral com Collor à frente de Lula. No caderno de 18 de dezembro o periódico já anunciava Collor como “virtual presidente eleito” com 51,5% dos votos válidos. Ainda no primeiro mês do governo Collor, o prédio da empresa Folha da Manhã foi invadido por agentes da Polícia Federal que realizaram a operação sob alegação de estarem empreendendo uma devassa fiscal. O repúdio à invasão foi

imediatamente. A Folha de S. Paulo acusou o presidente da República de ter autorizado a ação com o conhecimento prévio do ministro da Justiça, Bernardo Cabral, e da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo.

Na opinião do jornal, o fato demonstrava a incapacidade crônica do presidente recém-empossado em conviver com uma imprensa livre; não sendo mais do que o resultado da política empreendida “por uma camarilha subdesenvolvida e truculenta, que se julga inconteste nos seus propósitos de salvar a pátria, romper a ordem constitucional e dar plena vazão a tudo que signifique abuso de poder e terrorismo de Estado”. Para a Folha de S. Paulo, a ação teria sido uma represália movida contra a liberdade tomada pelo jornal ao investigar os fatos relacionados à vida pública de Fernando Collor nos meses de sua campanha presidencial. (MONTALVÃO, s.d)

Em 1992 com as acusações de tráfico e cobrança de comissões de verbas públicas denunciada pelo irmão mais novo do presidente, a Folha pede renúncia de Collor e considera a atitude como única alternativa capaz de assegurar de imediato a governabilidade do país. E desta forma a Folha de São Paulo se consolidou como um dos veículos de maior importância na opinião política do país e se posicionou desde o surgimento da república até a era do período ditatorial e redemocratização, sendo um dos pilares de informação destes processos.

## 10 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Para realizar a análise do material escolhido e atender os objetivos específicos deste trabalho científico, será seguido o manual de Bardin sobre a análise de conteúdo.

Na primeira etapa foi construída a pré-análise do conteúdo. Nesta etapa foi realizada uma leitura flutuante sobre os conteúdos publicados durante as campanhas presidenciais de 2018 no período de agosto a novembro do referido ano, na revista *Veja* e no jornal *a Folha de São Paulo*. Dessa leitura foi possível explorar mais de 900 arquivos que poderiam ter uma citação em democracia e Bolsonaro. Após a leitura flutuante, seguiu-se a formulação de hipóteses e dos objetivos do trabalho. Desta forma, este trabalho tem como premissa a seguinte questão norteadora: ***Qual foi a abordagem do jornal Folha de São Paulo e da Revista Veja em relação ao risco à democracia em matérias públicas durante a campanha de 2018, referentes ao candidato Bolsonaro?*** Para ajudar a responder à questão norteadora foram elencados um objetivo geral: *Analisar a atuação jornalística na campanha presidencial de 2018*. Também foram definidos objetivos específicos: Identificar se a imprensa foi complacente com as ideias antidemocráticas durante campanha presidencial de 2018; compreender se a imprensa perdeu o protagonismo no debate político; perceber cenários futuros para as próximas eleições, relativos à cobertura jornalística; e identificar se a imprensa foi complacente com as ideias antidemocráticas durante campanha.

Após estas definições foram escolhidos os materiais que compõem esta análise, sendo nove matérias do *Jornal a Folha de São Paulo* e quatro da revista *Veja*. Nesta investigação será tratada a categoria de material de democracia dentro do emissor jornalístico massivo como condutor de uma mensagem que pode ou não ter sido entregue ao seu público receptor de maneira clara e coesa.

### 10.1 Folha de São Paulo

Neste trabalho será analisado o periódico *Folha de São Paulo* de onde foram selecionados conteúdos nas seções dos cadernos: Eleições, Editorial, cotidiano, ilustríssima, entre outros que abordam o tema democracia e Bolsonaro.

O primeiro conteúdo observado do jornal a Folha de São Paulo é uma coluna do caderno especial de “eleições 2018” que realizou a cobertura integral dia após dia das campanhas de 2018, sendo abordado temas, falas, pautas, agendas e propostas de todos os candidatos à presidência, dando ênfase e enfoque aos que possuíam mais força política conforme pesquisas de IBOPE. A partir de agosto as coberturas começaram a se tornar mais completas sobre os temas. A coluna de 31/08/2018 é escrita pelo Professor Steven Levitsky de administração pública na Universidade de Harvard e coautor do livro “Como as democracias morrem”. O conteúdo traz o título de: “Bolsonaro ameaça à democracia”.

**Figura 1 - Bolsonaro Ameaça à democracia**

## Bolsonaro ameaça a democracia

Candidato à Presidência da República do Brasil é inequivocamente um autoritário

Steven Levitsky

Professor de administração pública na Universidade Harvard e coautor de “Como as Democracias Morrem”

Na semana passada, escrevi que as democracias já não são destruídas pelas Forças Armadas, mas sim por presidentes e primeiros ministros eleitos. Da Rússia de Putin à Turquia de Erdogan e à Venezuela de Chávez, líderes eleitos se tornaram os maiores assassinos da democracia.

Por isso, a fim de manter a democracia em segurança, é preciso impedir que candidatos autoritários vençam eleições. Os cidadãos precisam rejeitá-los nas urnas. Como podemos dizer se um candidato é autoritário? Quatro décadas atrás, o cientista político espanhol Juan Linz propôs um teste decisivo para a identificação de comportamento antidemocrático. Em nosso livro, “Como as Democracias Morrem”, Daniel Ziblatt e eu apresentamos uma versão revisada do teste de Linz. Ela contém quatro perguntas:

1. O político questiona as regras democráticas do jogo? Ele sugere que há necessidade de medidas antidemocráticas, endossa esforços extraconstitucionais para mudar o governo, ou se recusa a seguir as regras democráticas?

2. O político encoraja a violência? Ele mantém conexões com pessoas ou grupos envolvidos em violência ilícita? Elogia atos de violência política ou encorajou seus partidários a recorrerem à violência?

3. O político nega a legitimidade de seus oponentes? Ele descreve os oponentes como inimigos, traidores, subversivos ou criminosos que deveriam ser privados de seus direitos democráticos básicos?

4. O político mostra disposição de restringir as liberdades civis dos rivais? Endossou políticos que ameaçam os direitos civis ou os direitos humanos, elogiou atos repressivos de outros governos ou ameaçou ações judiciais punitivas contra aqueles que o criticam?

Quando um político exibe um ou mais desses traços de comportamento, os cidadãos deveriam se preocupar e, o mais importante, não deveriam elegê-lo.

O teste identifica corretamente a maioria dos autocratas contemporâneos. Putin, Chávez, Erdogan, Duterte, Correa e Evo Morales teriam todos sido identificados pelo teste, quando candidatos.

Com a ajuda de um assistente de pesquisa, apliquei o teste aos candidatos à presidência no Brasil. Um deles emergiu como distintamente autoritário: Jair Bolsonaro.

1. Ele questiona as regras democráticas do jogo. Bolsonaro frequentemente elogia a última ditadura brasileira e questiona a legitimidade da democracia do país. Em 1993, ele declarou que “sou a favor de uma ditadura”, pediu o fechamento do Congresso e apoiou o golpe de Fujimori no Peru. Mais recentemente, ele declarou que nomearia novos juizes para o Supremo (ao modo de Chávez), definiu o sistema eleitoral brasileiro como “viciado”, prometeu “governar com as Forças Armadas” e selecionou como companheiro de chapa o general Hamilton Mourão, que ameaçou um golpe de Estado.

2. Ele encorajou a violência. Em 1998, Bolsonaro declarou que os militares de-

veriam ter matado 30 mil pessoas, entre as quais Fernando Henrique Cardoso. Encorajou execuções extrajudiciais pela polícia, apoiou os esquadrões da morte do Rio de Janeiro e justificou o massacre de 19 trabalhadores rurais do Pará em 1996.

3. Ele nega a legitimidade de seus oponentes. Bolsonaro chamou FHC de “corrupto” e disse que ele deveria ter sido morto durante a ditadura, chamou Lula de criminoso, exigiu que fosse aprisionado (o que é função dos juizes, não dos políticos) e disse que seu governo trataria o MST como “terrorista”.

4. Ele se mostra disposto a restringir as liberdades civis de seus oponentes. Bolsonaro a prova a tortura e execuções extrajudiciais, especialmente contra políticos e ativistas de esquerda.

Assim, Bolsonaro é inequivocamente autoritário. De fato, ele é mais abertamente autoritário do que Chávez, Fujimori, Erdogan ou Viktor Orban. Nenhum desses políticos abraça a ditadura da maneira como Bolsonaro faz.

Nenhum dos adversários de Bolsonaro — Aécio, Ciro, Marina ou Haddad — foi identificado como autoritário em nosso teste. (Ciro é falstrário, mas não identificamos comportamento que sugerisse autoritarismo).

Assim, Jair Bolsonaro é uma ameaça única à democracia brasileira. Ele é tão abertamente autoritário que poderia invocar uma possível vitória na eleição como mandato conferido pelos eleitores para atacar as instituições democráticas. Ele é o Chávez do Brasil.

### GUIA DA ELEIÇÃO

#### GLOSSÁRIO

#### Horário político

Existe desde os anos 1930. Passou a ser gratuito e obrigatório pela primeira vez em 1962. Desde então, sofreu alterações e chegou a ter 2h20min por dia em 1989. Teve o tempo reduzido, mas se manteve como gratuito para os partidos e obrigatório em todas as eleições

#### BOCA ABERTA



Elogiar Hitler é uma coisa bem complicada. Ele [Ciro] complementou dizendo que Hitler é inteligente

Jair Bolsonaro

Candidato do PSL sobre ter sido comparado com Hitler por Ciro Gomes

**Fonte:** Folha de São Paulo



<sup>11</sup> O professor começa afirmando em seu conteúdo que já havia escrito que as democracias não são mais destruídas pelas forças armadas, mas sim, por presidente e ministros eleitos nas urnas. O segundo posicionamento do autor diz que para manter a democracia em segurança é necessário que candidatos autoritários sejam rejeitados nas urnas. Mas a reflexão mais importante deste conteúdo é a de como identificar um candidato autoritário. Com base nisto o professor respondeu a quatro perguntas que estão expostas em seu livro “**Como as democracias morrem**”, junto com Daniel Ziblatt. As respostas das perguntas têm por estrutura uma pesquisa aplicada aos candidatos para a Presidência República, onde Jair Bolsonaro emerge como distintamente autoritário.

As perguntas:

**1 – O político questiona as regras monocráticas do jogo? Ele sugere que há necessidade de medidas antidemocráticas, endossa esforços extraconstitucionais para mudar o governo, ou se recusa a seguir as regras democráticas?**

**2 – O político encoraja a violência? Ele mantém conexões com pessoas ou grupos envolvidos em violência ilícita? Elogiou atos de violência política ou encorajou seus partidários a recorrerem à violência:**

**3 - O político nega a legitimidade de seus oponentes? Ele descreve os oponentes como inimigos, traidores, subversivos ou criminosos que deveriam ser privados de seus direitos democráticos básicos?**

**4 - O político mostra disposição de restringir as liberdades civis dos rivais? Endossou políticas que ameaçam os direitos civis ou os direitos humanos, elogiou atos repressivos de outros governos ou ameaçou ações judiciais punitivas contra aqueles que o criticam?**

Conforme a pesquisa do professor Levitsky, quando um candidato apresenta um ou mais desses traços de comportamento dentro de suas respostas as perguntas referidas, a democracia pode estar ameaçada com a efetivação de cargo deste candidato, sendo assim, cabe a sociedade partir destes traços não o eleger para que não se corra qualquer risco de uma autocracia. O professor afirma que o teste foi capaz de identificar corretamente os traços da maioria dos autocratas

---

<sup>11</sup> Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=48407&keyword=steven&anchor=6096012&origem=busca&originURL=&pd=74a67933701f84399ebfcb4314bef5e9>

contemporâneos como Putin (Rússia), Chávez (Venezuela), Erdogan (Turquia), Duterte (Filipinas), Correa (Equador) e Morales (Bolívia) sendo que, o teste os identificou autocratas ainda quando candidatos e não após suas ações de governo.

Com base em sua pesquisa, o professor reuniu dados e declarações feitas pelos candidatos a presidente do Brasil em 2018.

#### **Resumo das respostas:**

**1** – Ele questiona as regras democráticas do jogo e elogia frequentemente a última ditadura Brasileira, declarando ainda em 1993 que seria a favor da ditadura e pedindo o fechamento do congresso. Além disso, o candidato Bolsonaro prometeu governar com as Forças Armadas, selecionando como companheiro de estado o general Hamilton Mourão que ameaçou um golpe de estado.

**2** - Em 1998 Bolsonaro declarou que os militares deveriam ter matado 30 mil pessoas, entre elas Fernando Henrique Cardoso (ex-presidente do Brasil), ou seja, cidadão Brasileiro e um dos mais influentes do partido adversário de Bolsonaro. Bolsonaro também encorajou execuções extrajudiciais.

**3** – Nega a legitimidade de seus oponentes chamando FHC de corrupto, dizendo que ele deveria ser morto durante a ditadura (conforme visto já também na resposta anterior), chamou Lula de criminoso e exigiu que fosse aprisionado, função esta que é dos juízes e não dos políticos.

**4** – Se mostra disposto a restringir liberdades civis de seus oponentes aprovando execuções extrajudiciais, torturas especialmente contra políticos de esquerda.

Após estas respostas encontradas em sua pesquisa, o professor termina a coluna afirmando que Bolsonaro é inequivocamente autoritário, mais que Chávez, Fujimori, Erdogan ou Orban, pois nenhum destes abraçou a ditadura como Bolsonaro fez em suas declarações. O professor conclui: “Assim, Jair Bolsonaro é uma ameaça única à democracia brasileira. Ele é tão abertamente autoritário que poderia invocar uma possível vitória na eleição como mandato conferido pelos eleitores para atacar as instituições democráticas. Ele é o Chávez do Brasil”

Pode-se confirmar a pesquisa do professor Levitsky através de alguns fatos que foram elencados nos capítulos anteriores, principalmente na reportagem que fala um pouco mais sobre a figura de Bolsonaro elencado pela revista Piauí. Segundo Dieguez (2016), o gabinete de Bolsonaro tinha alguns quadros nas paredes de Presidentes da República, todos da época da ditadura militar no Brasil, como Castello

Branco, Costa e Silva, Emílio Médici, Geisel e Figueiredo. Claramente, os quadros emoldurados representavam uma forma de homenagem e exaltação aos ideais daqueles que um dia governaram o país sob pressão, intimidação e medo. Ainda conforme Dieguez (2016): “Bolsonaro diz que irá varrer a esquerda do mapa e prega que cada “cidadão de bem” tenha uma arma em casa para se defender: “Cartão de visita para marginal do MST é cartucho 762”

Neste sentido, a Folha de São Paulo trouxe à tona a análise de um especialista conceituado que buscava no final de agosto alertar sobre os riscos que a democracia e a liberdade cidadã poderiam estar correndo com um candidato como Bolsonaro. Porém a coluna em si traz uma série de dados que poderiam ter um embasamento mais profundo em datas, como também poderia ser explicado como que o professor definiu que outros candidatos representavam ameaças à democracia e não apenas Bolsonaro. Da mesma forma, os pontos históricos expostos no conteúdo poderiam ter sido explanados de maneira explicativa, com fontes de como achar as declarações do presidente ou ter acesso a análise do professor. “O Jornalismo atua como agente interessado no jogo político, acompanhado da reivindicação de que a atividade se mostre responsável”. ETTEMA (2007, p.145, apud, JAMIL, URIZZI e 2018).

Para que seja possível compreender de que forma a Folha de São Paulo traz o conteúdo do dia 31/08/2018, anteriormente em uma entrevista exclusiva com o professor Steven, a Folha já preparava seus leitores para entender e dar a credibilidade necessária ao conteúdo do dia 31/08.

O conteúdo de 12 de agosto traz por título “**O Brasil precisa sair de uma tormenta sem eleger um autoritário**”. O professor de Harvard afirma assim como no conteúdo de 31 de agosto que demagogos eleitos pelo povo são o principal risco a democracia, e que contemporaneamente são os candidatos eleitos pela sociedade que podem pôr em risco a democracia do país elegendo um autoritário e não as forças armadas promovendo golpes como foi no passado.

**Figura 2** – O que o Brasil precisa é sair da tormenta sem eleger um *autoritário*



O cientista político Steven Levitsky no auditório da Folha, em São Paulo. Katrine Xavier/Folhapress

## Steven Levitsky

### O que Brasil precisa é sair da tormenta sem eleger um autoritário

Professor de Harvard diz que demagogos eleitos pelo povo são hoje o principal risco à democracia e que cenário brasileiro inspira preocupação

#### ENTREVISTA

Marco Rodrigo Almeida

**SÃO PAULO.** Nada de tanques nas ruas, conspirações militares, palácios em chamas. Nas últimas décadas, dizem os cientistas políticos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, a maior parte dos políticos autoritários chegou ao poder pelo voto dos eleitores. Nesse cenário, a democracia é corroida aos poucos, muitas vezes de maneira quase imperceptível. Os cidadãos continuam a votar. Constituições e instituições permanecem vigentes, mas os líderes encontram brechas para aumentar seus poderes, alongar mandatos, enfraquecer órgãos de controle, intimidar oponentes e a imprensa.

É o que ocorreu, com diferentes graus de retrocesso, em países como Venezuela, Peru, Rússia, Hungria e Nicarágua.

No livro "Como as Democracias Morrem", Levitsky e Ziblatt, ambos professores da Universidade Harvard, estudam esses casos e dão um passo além: sistemas constitucionais mais tradicionais também estão sujeitos a riscos. Há razões para alarme nos Estados Unidos, argumentam, uma vez que a polarização partidária extrema desgastou as normas democráticas, processo que teria se acelerado com a eleição de Donald Trump em 2016.

Na semana passada, Levitsky veio ao Brasil para divulgar o livro, cujo lançamento será em setembro pela editora Zahar. Em entrevista à

Folha, diz que a democracia brasileira também inspira preocupação: a convergência de recessão e escândalos de corrupção favorece a ascensão de políticos demagogos e potencialmente autoritários. Para o autor, este seria o caso de Jair Bolsonaro (PSL).

\*

O senhor diz no livro que o sistema político dos EUA já sobreviveu à Guerra Civil, à Grande Depressão, à Guerra Fria e a Watergate, mas que não tem tanta certeza de que sobreviverá a Trump. Ele é o maior perigo que o país já enfrentou? Eu diria que é a primeira vez que elegemos alguém tão pouco comprometido com as normas democráticas. A combinação de um presidente demagogo

e um quadro de polarização extrema, como o dos EUA, causa grande preocupação.

Muitas propostas de Trump foram barradas por outros Poderes. Isso não prova que a democracia está funcionando? Depende de que parte. Há instituições que funcionam bem e outras que funcionam menos bem. Eu diria que o Poder Judicial até agora está funcionando bem. O Congresso, como o tempo, tornou-se menos ativo. Cada republicano que enfrentou Trump nos últimos dois anos foi destruído politicamente. Então, com o tempo, o Partido Republicano se converteu em um instrumento de Trump. O Congresso controla por um partido que se tornou trumpista já não é um Poder independente.

O livro aponta um paradoxo. A estabilidade política dos EUA, do fim da Guerra de Secessão aos anos 1950, foi alcançada às custas da exclusão racial. A luta dos direitos civis nos anos 1960 expandiu a democracia, mas provocou uma polarização social que hoje desafia o sistema. A democratização tornou-se uma ameaça à democracia? Sim, esse é um paradoxo trágico. Nos EUA não houve o que chamamos de plena democracia até os anos 1960, quando os negros obtiveram o direito em todo o país de votar. Essa democratização é o que iniciou o alenta polarização que há hoje entre os partidos Democrata e Republicano. Sim, é um paradoxo, mas precisamos enfrentá-lo. Agora temos, como sociedade e sistema político, de nos adaptar às mudanças. Somos um país multirracial e cada vez mais diverso. Isso gera polarização, mas não há como andar para trás.

Quais são os caminhos para diminuir a polarização? O Partido Republicano tem um grande paradoxo também. Nasceu no século 19 sendo um partido antiescravidão, pró-direitos civis. Um século mais tarde, termina sendo um partido que basicamente representa brancos que temem a perda de sua maioria. É um partido branco, cristão e reacionário. Continuando assim, teremos um ambiente ainda mais dividido.

É necessário que o Partido Republicano decida ser mais diverso, decida atrair pessoas que não são brancas nem cristãs. Precisa falar com o país inteiro, e não apenas com uma parte dele.

O senhor cita no livro alguns critérios que permitem identificar um político autoritário. Alguns candidatos à Presidência no Brasil se enquadram nessa categoria? Não sou especialista em política brasileira, mas fizemos uma investigação e constatamos que sim, que Jair Bolsonaro (PSL) se revela como potencialmente autoritário. Ele já se manifestou a favor da ditadura militar, já pediu o fechamento do Congresso, disse que pretende governar com as Forças Armadas, questionou a legitimidade do sistema eleitoral.

O que explica o apelo popular de tantos líderes autoritários? O Brasil é um bom

**Steven Levitsky**  
Professor de ciência política da Universidade Harvard, tem 50 anos. Desenvolve pesquisas sobre América Latina, sistemas políticos, democracias e ditaduras. Escreveu, com Daniel Ziblatt, o livro "Como as Democracias Morrem", que sai em setembro no Brasil

#### 4 SINAIS PARA RECONHECER UM AUTORITÁRIO

Segundo Levitsky, devemos nos preocupar quando políticos:

- Rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo
- Negam a legitimidade dos oponentes
- Toleram e encorajam a violência
- Dão indicação de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia

exemplo. Vocês enfrentam ao mesmo tempo uma tremenda crise econômica e a pior crise de corrupção que já se viu numa democracia. É uma tempestade perfeita.

Em momentos assim é muito comum a aparição de populistas que prometem limpar o sistema, combater a classe política. Resulta atrativo para a população. O desafio do Brasil é sobreviver à tormenta sem eleger um autoritário.

Aqui também criou-se grande polarização com o impeachment de Dilma Rousseff. Que avaliação faz desse episódio? Não diria que foi um golpe de Estado, não compartilho da posição do PT. Foi um processo legal, constitucional. Mas diria que foi algo politizado. Parece-me que o governo violou a lei, mas utilizaram isso como desculpa para justificar um ato essencialmente político. Embora seja legal, constitucional, o ato pode ser danoso à democracia.

Agora vocês têm um partido importante, o PT, que pensa que o outro lado está jogando sujo. Quando um dos principais partidos do país tem a percepção de que seus rivais estão jogando sujo, e parcela significativa da população pensa o mesmo, temos um problema de legitimidade bastante forte.

O senhor está otimista em relação aos EUA? Acreditamos que nossas instituições democráticas são fortes. Não somos Rússia, Turquia ou Venezuela. A nossa democracia é muito mais dura de matar. Mas há razões para nos preocuparmos. Não somos pessimistas, mas sim preocupados.

Fonte: Folha de São Paulo

<sup>12</sup> Nesta entrevista a Folha aproveita a vinda do professor de Harvard ao Brasil para perguntar algumas questões sobre seu livro "Como as democracias morrem" além de questionar sobre a ascensão de Trump (presidente dos Estados Unidos da América na época) ao poder e se o Brasil estaria à mercê de algum autoritário devido ao seu cenário polarizado desde a queda de Dilma Rousseff. O Jornal destacou oito perguntas para expor em seu caderno sobre as eleições 2018. Destas perguntas

<sup>12</sup> Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=48407&keyword=steven&anchor=6096012&origem=busca&origemURL=&pd=74a67933701f84399ebfcb4314bef5e9>

podemos destacar quatro que possuem relação diretamente com o Brasil, sua eleição presidencial e candidatos.

**1 – Quais são os caminhos para diminuir a polarização?**

**2 – O senhor cita no livro alguns critérios que permitem identificar um político autoritário. Algum candidato à presidência no Brasil se enquadra nessa categoria?**

**3 - O que explica o apelo popular de tantos líderes autoritários?**

**4 – Aqui também criou-se grande polarização com o impeachment de Dilma Rousseff. Que avaliação deste episódio?**

As respostas do professor são diretas e com base nas teorias que apresenta em seu estudo do livro “Como as democracias morrem”. As perguntas realizadas pela Folha são em tese para desmistificar o cenário Brasileiro em torno da democracia e buscar comparativos muito próximos à realidade do professor nos Estados Unidos da América onde o próprio indica que o governante do país é um autoritário. É importante ressaltar que o veículo não afirma sozinho que o presidenciável tem um perfil autoritário e que pode mudar o rumo democrático do país, mas sim, se apropria de respostas de um especialista no tema.

#### **Resumo das respostas:**

**1** – A resposta é baseada no cenário americano democrático, mas possui alguns gatilhos que permitem ligá-lo ao cenário brasileiro. A resposta diz que o partido republicano de Trump representa basicamente os brancos, cristãos e reacionários, desta forma a única maneira de diminuir a polarização seria o partido ser mais diverso e atrair nichos de públicos diferentes.

Porém mesmo sendo um partido apenas de uma parte da população o seu candidato acabou se elegendo. Em 2016 o presidente do Datafolha avaliou que Bolsonaro era um candidato de nicho e deveria mudar muito seu discurso para atingir a maior parcela da população. A visão do presidente do Datafolha realmente coincide com o que o professor descreve em sua resposta, mas a visão de 2016 não se concretiza dois anos depois quando Bolsonaro é eleito presidente do Brasil.

**2** – O professor se coloca em um posicionamento interessante, afirmando que não é especialista em política brasileira, mas através de uma investigação foi possível identificar Bolsonaro como potencialmente autoritário, por ter se manifestado a favor da ditadura militar, questionado a legitimidade do sistema eleitoral e afirmar que pretendia governar com as Forças Armadas. Conforme Mont’alverne se os cidadãos

não reconhecem a legitimidade dos representantes e instituições abre-se um espaço para resoluções autoritárias. Bolsonaro como cidadão pertencente ao sistema eleitoral abre um marco para ser preenchido pelo autoritarismo.

**3** – A resposta consegue suprir a necessidade de entender como mesmo atendendo apenas um nicho específico de público um candidato de cunho autoritário pode se eleger. O professor diz que o Brasil enfrenta uma tremenda crise econômica além da pior crise de corrupção que já foi vista na democracia sendo assim uma tempestade perfeita para um populista que promete limpar o sistema, resultando num atrativo para a população. Steven afirma “O desafio do Brasil é sobreviver à tormenta sem eleger um autoritário.”

**4** - Um contraponto muito importante da entrevista chega nesta resposta. O professor traz uma visão diferente da apresentada por muitos autores, dizendo que o acontecido do impeachment de Dilma Rousseff não foi um golpe de estado, não compartilhando da oposição e ideal petista. Para Steven foi um processo legal e constitucional, porém, politizado, o que representa essencialmente um dano para a democracia. Conforme o próprio Levitsky, “Agora vocês possuem um partido importante, o PT, que pensa que o outro lado está jogando sujo. Quando um dos principais partidos do país tem a percepção de que seus rivais estão jogando sujo, e parcela significativa da população pensa o mesmo, temos um problema de legitimidade bastante forte.” Nesta conclusão o professor diz que a polarização partidária política do Brasil é um motivo conjunto adotado pelos dois lados políticos como ataques e uma missão política. A resposta de Steven é bem imparcial e atenua que acima de tudo deve-se prevalecer e acreditar na posição do sistema democrático, não desconfiando ou afirmando qualquer ilegitimidade nos processos políticos brasileiros.

Um ponto que pode passar despercebido está na diagramação, ao lado da imagem do professor Levitsky, onde a Folha traz quatro sinais para reconhecer um autoritário conforme a teoria de Steven. Estes mesmos sinais são abordados em matéria analisada anteriormente e escrita pelo próprio professor. Porém a ideia pode fazer com que o leitor tenha uma reflexão, já em 12 de agosto, de como reconhecer um autoritário pela teoria do professor.

**Os 4 sinais são:**

***1 - Rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo.***

***2 - Negam a legitimidade dos oponentes.***

**3 - Toleram e encorajam a violência.**

**4 - Dão indicação de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia.**

**Figura 3 - Os 4 sinais para reconhecer um autoritário**

**Steven Levitsky**  
Professor de ciência política da Universidade Harvard, tem 50 anos. Desenvolve pesquisas sobre América Latina, sistemas políticos, democracias e ditaduras. Escreveu, com Daniel Ziblatt, o livro "Como as Democracias Morrem", que sai em setembro no Brasil

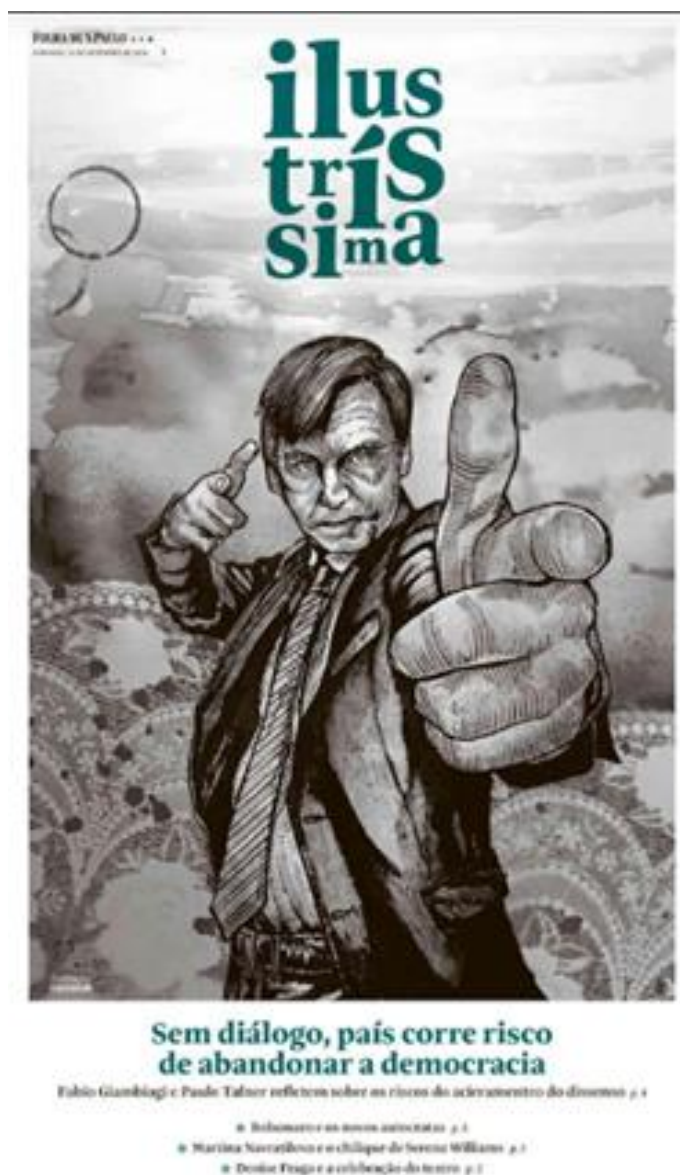
**4 SINAIS PARA RECONHECER UM AUTORITÁRIO**  
Segundo Levitsky, devemos nos preocupar quando políticos:

- Rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo
- Negam a legitimidade dos oponentes
- Toleram e encorajam a violência
- Dão indicação de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia

**Fonte:** Folha de São Paulo

O terceiro material desta análise traz conteúdos do mês de setembro, mês anterior às eleições presidenciais do ano de 2018. Os conteúdos que citam Bolsonaro e a democracia dentro do veículo Folha de São Paulo subiram consideravelmente. Mas aqui são elencadas as matérias que conseguem atender da melhor forma os objetivos desta pesquisa considerando a questão norteadora estabelecida. Para setembro o primeiro conteúdo é do imponente caderno da Ilustríssima. A Ilustríssima é um caderno que discute grandes temas do Brasil e do mundo. A capa do caderno traz uma imagem caricata de Bolsonaro com o seu famoso gesto de “arminha” na mão e com o título: **“Sem diálogo, o país corre risco de abandonar a democracia”**.

**Figura 4** - Sem diálogo, país corre risco de abandonar a democracia



**Fonte:** Folha de São Paulo

Na Ilustração é possível reconhecer um gesto que se tornou comum entre o candidato e os seus eleitores e que identifica um propósito de campanha. Como na doutrinação fascista, a comunicação visual e gestual foi muito importante para que a sociedade pudesse ter consigo um sentimento de pertencimento ao estado. Neste caso Bolsonaro aparece em diversas fotos e incentiva que seus seguidores façam o mesmo símbolo com a mão, o que se tornou um marco em sua campanha eleitoral, se assemelhando assim com a doutrinação autoritária. Dentro deste especial da Ilustríssima o veículo traz alguns autores para discutir sobre o tema democracia em três páginas de textos e ilustrações sobre o tema que compete.



O primeiro texto discutido tem por título “Os riscos da radicalização do dissenso”. Em um breve resumo da própria Folha, alguns autores analisam as possíveis consequências do crescimento da belicosidade e do sentimento antidemocrático na sociedade brasileira. O material é escrito por Fabio Giambiagi, economista e autor de diversos livros sobre economia e finanças brasileira e Paulo Tafner, economista e pesquisador da Fipe/USP, com ilustração de Alex Kidd.

Figura 5 - Os riscos da radicalização do dissenso



Fonte: Folha de São Paulo

<sup>13</sup>Neste artigo os especialistas econômicos buscam realizar algumas reflexões sobre a democracia brasileira e seus sistemas, além de realizar uma breve comparação com países que passaram por fatos muito parecidos com o que aconteceu no Brasil. Dentro do conteúdo os autores ressaltam que as crises democráticas são comentadas há bastante tempo e que o fortalecimento de regimes

<sup>13</sup> Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=48452&anchor=6099446&origem=busca&originURL=&pd=064c1b0ede9a039aa816a2e572224448>

de viés autoritário cresce a partir de problemas sociais. Relacionando com a América Latina os autores afirmam que as situações são muito díspares e que vão desde as práticas saudáveis democráticas do Chile, Uruguai e Colômbia, até a tragédia venezuelana e nicaraguense. É válido ressaltar que os autores não trazem nenhum exemplo concreto da afirmação dos países citados, sugerindo que os leitores tenham a informação e o conhecimento sobre a situação social, política democrática e econômica destes locais. Seguindo os autores dizem que no Brasil a sociedade não está lidando com um sentimento de “*malaise*” (termo francês que significa mal-estar), mas sim com uma pergunta: o que será do resto de nossas vidas? Uma pergunta que os autores afirmam que gera outras na mente da sociedade em relação à democracia: nossa democracia tem salvação? Merece ser salva? Para Fábio e Paulo a resposta é profundamente grave, pois a sociedade começa a suspeitar que a democracia não merece ser salva. Os autores ainda vão além, elencando que a base da sobrevivência de uma democracia é a legitimidade do eleito. A reflexão que se pode retirar daqui confirma a afirmação de Ribeiro (2001) que ao menos na democracia o voto não é apenas um procedimento mas uma expressão de igualdade, liberdade e poder onde somos iguais, livres e podemos decidir nosso destino político.

Fábio e Paulo afirmam que nenhum Americano dos EUA iria defender que um punhado de tanques adentre pela Casa Branca para retirar o presidente, assim como os britânicos mesmo que não satisfeitos com o seu atual governo, não apoiam um parlamento que não fosse escolhido pelo mesmo sistema que levou a escolha de líderes nos últimos séculos. Afirmando aqui que nenhum cidadão destes países contesta ou seus sistemas democráticos, ou seja, sua liberdade. No artigo, os autores falam que o Brasil faz uma contraposição a estes países de uma maneira singular e que envolve quatro características:

**1** – Uma democracia com instituições que funcionam livremente e limitam bastante o poder da República.

**2** – Um grau extremo de fragmentação política, com mais de 30 partidos, dos quais 25 com representação parlamentar.

**3** – Sistemas falhos de controle, que prejudica em demasia os bons administradores, mas não previnem o Estado contra má gestão, sucessão de escândalos (descobertos posteriormente).

**4** – Exacerbação do dissenso em detrimento da prática do diálogo com vistas à construção dos sentidos.

Para os autores estes quatro elementos são prejudiciais para qualquer país. Como um exemplo trazem à tona o caso da Argentina, onde a tragédia começa nos anos 70 pelo radicalismo social que naquela época tinha um sentido de ser rígido e inflexível, o que explica muito do espírito que ainda está presente na Argentina. Enquanto na mesma época o Brasil dialogava em meio a ditadura a formação democrática. Desta forma os autores concluem que o Brasil é um país que pertence ao passado, sofrendo nos últimos anos um processo de “argentinização” política onde o objetivo se tornou a demonização do outro e não se há diálogo. Desta forma nossa democracia não entrega o que realmente promete. Mesmo após diversos avanços políticos, econômicos e sociais, o país apresenta dificuldades econômicas, desigualdade social, eleva carga tributária e irresponsabilidade fiscal e o populismo com um cenário de milhões de desempregados. E por estes motivos os autores afirmam que a realidade reforça todos os dias que o cidadão possui a percepção de que a democracia não tem resultados efetivos, e quando se desconfia da democracia é um risco enorme para a radicalização, populismo e a falta de senso. A afirmação que fica dos autores é: O diálogo é a melhor saída para toda essa crise. Mesmo que o artigo antecede alguns pontos da campanha política como o debate entre candidatos, a afirmação traz à tona a grande radicalização em que o país vive, já retratada anteriormente pela Folha como na entrevista analisada com o especialista em democracia Steven Levitsky. Da mesma forma a eleição de presidencial de 2018 ficou marcada por haver pouquíssimos debates políticos, inclusive devido às recusas do candidato eleito, ou seja, não houve conversas que pudessem apresentar propostas para a democracia do candidato Bolsonaro.

Os autores trazem no artigo outra pergunta que exige uma reflexão profunda, por mais que pareça ser notório a invisibilidade da resposta. “O que nos reserva o futuro?” Na resposta os autores buscam traçar comparações com a Venezuela, registrando que o populismo brutal e irresponsável fez com que uma desordem agressiva transformasse o país no que hoje é. Neste sentido, os especialistas econômicos referem que quando um corpo fica doente da forma como está a democracia brasileira, fenômenos internos clamam por ordem e neste ponto a democracia clama por ajuda.

**Figura 6 - Os riscos da radicalização do dissenso - Part.2**



do um desejo: nenhum dos autores deste artigo tem nem um passado associado a essas ideias — pelo contrário — nem a menor simpatia pela hipótese. Estamos apenas fazendo análise política.

No final da década passada, era possível dizer que a democracia tinha nos dado mais liberdade, o fim da alta inflação e a virtual eliminação da pobreza. Dez anos depois, porém, se a caminho do começo da próxima década, a população sentir que 35 anos de democracia terão gerado a paralisação da economia, mais de 60 mil assassinatos por ano e houver a percepção de que o retorno da inflação alta é uma questão de tempo, a tese de que a democracia terá fracassado começará a se disseminar. "As instituições são fortes", dirão alguns. "Não somos uma república", dirão outros. "Esses tempos passaram", pensará a maioria. Pode ser. O problema é que diante da desordem e da crise econômica prolongada, apelos populistas e/ou autoritários ganham espaço na vida política do país. Não se pode dissociar a eleição de líderes autoritários da Europa do século passado, ao flagelo do desemprego, da desordem social e da hiperinflação.

É aqui que os desdobramentos se tornam mais dramáticos. Estamos convencidos de que são poucos os casos de brasileiros que desejam um regime autoritário. Porém, muitos cidadãos comuns têm a sensação de que nossa democracia não é substantiva; e muitos empresários es-

tão exasperados pela desordem de toda ordem.

Muitos brasileiros estão cansados de nossa democracia não substantiva. Falta-nos uma elite — em seu sentido mais amplo — que transmita as bases morais nas quais nossa sociedade possa se assentar. Não é mais aceitável que políticos "vendam" votos por cargos; que empresários troquem valores éticos pelo ganho fácil; que partidos negociem tempo de TV ao invés de disseminarem e lutarem por ideias. Não é mais aceitável que candidatos mintam para ganhar eleições. Temos todos que evitar os radicalismos que estão tornando nossa democracia insalubre.

Se as alternativas de uma "venezuelização progressiva" ou de uma "saída autoritária" são o que se poderia denominar de "suicídio em slow motion", resta às forças democráticas e modernizantes, que entendem que não há futuro para o país fora da vigência das regras do capitalismo, no mundo globalizado de hoje, se colocarem de acordo e definir linhas de ação, para além de eventuais diferenças, que permitam que o próximo governo consiga transitar pelas dificuldades que terá que encarar, para chegar a 2022 em condições melhores que as atuais. Nessas circunstâncias, o diálogo entre essas forças se impõe. Vetos mútuos não são uma opção, já que, em caso de prevalecerem, nos conduzirão a algum dos cenários polares descritos acima. O Brasil não merece esse destino. ←

**Quando se desconfia da democracia, o risco é enorme: a radicalização, o populismo e a falta de senso semeiam em terreno fértil**

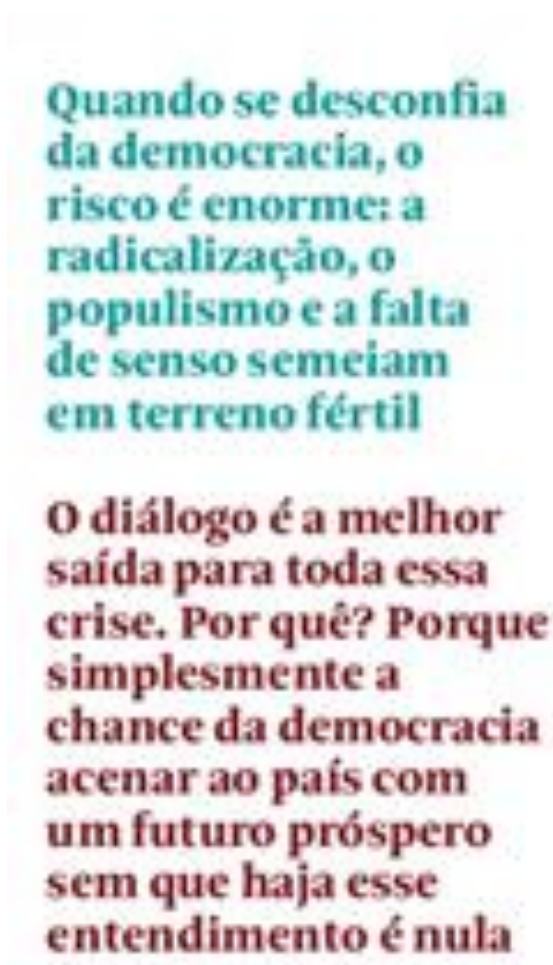
**O diálogo é a melhor saída para toda essa crise. Por quê? Porque simplesmente a chance da democracia acenar ao país com um futuro próspero sem que haja esse entendimento é nula**

**Fonte:** Folha de São Paulo

Para finalizar, os autores refletem que um futuro governo precisa transitar pelas diferenças e dificuldades para que o país pudesse chegar em 2022 em um cenário melhor que o de 2018 e não levar o Brasil a uma polarização que pudesse transformar o país numa nova Venezuela.

Para dividir os conteúdos, a Folha destaca duas frases incisivas dos autores do texto e que são de suma importância para a democracia, o que de fato é uma maneira de chamar a atenção do leitor.

**Figura 7** - Os riscos da radicalização do dissenso - Part.2



**Fonte:** Folha de São Paulo

Seguindo no caderno da Ilustríssima da Folha de São Paulo, há uma costura importante com o artigo analisado acima e diagramado de forma a dar continuidade no tema democracia, se coloca mais um artigo, desta vez escrito por Fábio Palácio, Jornalista, doutor em comunicação e professor da universidade federal do Maranhão. O artigo traz por título “***Bolsonaro e o fascismo do século 21***”, um tema extremamente pertinente para esta análise.



### **e as tendência de ultra direita que irrompem no século XXI, impulsionadas por uma das maiores crises econômicas da história?**

Resumindo, o autor conclui este parágrafo afirmando que a economia conduz a uma situação curiosa onde a crise fortalece políticas de austeridade e falsas soluções, além do apelo à violência, respostas defensivas como ódio, intolerância, xenofobia e racismo. As características apontadas pelo jornalista são as mesmas que definem o que aconteceu na Alemanha anteriormente dentro da segunda guerra mundial, onde a economia oscilava e os apelos faziam com que a ultradireita crescesse no país, conforme descreveu Bezerra (2014).

Seguindo o artigo, Fábio afirma que a ascensão de Bolsonaro é parte deste panorama de crise econômica e política que o Brasil passa. Assim como Trump, Bolsonaro explora uma situação que o autor denomina como falência da democracia, que é um resultado do das aproximações das instituições políticas e do poder econômico que distanciadas da população, estão se afundando em corrupção e burocracia. Conforme Ribeiro (2001), a palavra democracia vem do grego (demos, povo; kratos, poder) e significa o poder do povo, logo o distanciamento do povo das instituições políticas demonstra uma fragilidade nítida na democracia.





após a primeira guerra mundial. Segundo o autor, o fascismo era formado por intelectuais, estudantes, oficiais, nobres, empresários, camponeses operários e por isso, sua orientação ideológica mesclava liberalismo, nacionalismo, militarismo e sindicalismo e as propostas deste sistema que possui por líderes grandes agitadores, líderes de figuras teatrais carismáticas. Desta forma, Mussolini se tornou o principal líder deste sistema, dotado para agitar massas e excitar multidões, conforme descreve Fábio em seu artigo. Para finalizar sua análise sobre o fascismo italiano, o jornalista conclui que quando o regime começa a perder apoio, mas recorre a força bruta, mostrando seu caráter extremista e a necessidade de uma frente antifascista. Concluindo seu artigo para a Folha, Fábio afirma que muitos dizem que Bolsonaro é mais profascista, sendo mais “proto” do que fascista, ou seja, estaria em um estágio mais rudimentar, inicial, diferente do fascista italiano de Mussolini.

Vale citar a referência de Consuelo Dieguez, que em 2016 em sua entrevista, contradiz este ponto de profascismo e fortalece as comparações anteriormente assimiladas por Fábio em seu artigo. Conforme Dieguez (2016) Bolsonaro dentro deste tempo criou um forte grupo de seguidores que ataca com veemência a esquerda e apoiam sem questionar a ultradireita. O conservadorismo “liberal” como podemos chamar é um rótulo que atraiu seguidores ao deputado que se apropria do fracasso de algumas políticas de esquerda que não conseguiram implementar grandes mudanças nos últimos anos de governo e vem sendo repetitivamente acusadas por Bolsonaro como a causa principal das crises no país.

Neste conteúdo a Folha mais uma vez realiza uma costura com materiais já vistos anteriormente, confirmando a partir de especialistas e conhecedores do tema a ameaça à democracia e as ligações que a aproximam o presidenciável Bolsonaro do autoritarismo. Mas, como contraponto, é válido mencionar que a Folha mesmo dedicando e tendo mais materiais onde Bolsonaro ameaça à democracia, também traz conteúdos no mês de setembro onde alguns autores defendem que ele não se representa uma ameaça. Como nos conteúdos de 09 e 29 de setembro de 2018.



<sup>17</sup> Nesta entrevista Marcos propõe algo diferente do que a Folha vinha publicando, como da mesma forma mostra que o professor cientista político tem uma visão diferente dos seus colegas de estudos. Marcos também deixa claro que alguns estudiosos e intelectuais políticos que tiveram entrevistas e matérias publicadas pela Folha, apontavam uma apreensão com uma possível eleição do candidato Bolsonaro. Como Levitsky que apontou o candidato como um grave risco às instituições. Já nesta entrevista Jorge argumenta que Bolsonaro possui traços autoritários, mas que a democracia brasileira há muito tempo passa por um processo de “morte lenta” provocado exatamente pelos autocratas e não pelos supostos autoritários. Jorge Zaverucha é doutor em ciências políticas pela Universidade de Chicago (EUA) e autor de livros sobre democracia, autoritarismo e forças armadas.

Em uma entrevista de nove perguntas publicadas, Alexandre buscou extrair pontos democráticos e a opinião do cientista político. A seguir as perguntas e respostas mais pertinentes para esta análise.

#### **Perguntas:**

**1 – Cientistas políticos e outros acadêmicos, no Brasil e no exterior, têm dito de forma quase unânime que Bolsonaro ameaça a democracia Brasileira. O que o senhor pensa?**

**2 – O senhor pode dar exemplos?**

**3 – Mas o senhor vê alguma espécie de ameaça em Bolsonaro como tantos dizem?**

**4 – O cientista político Steven Levitsky, autor de “Como as democracias morrem” afirmou que Bolsonaro não está comprometido com as regras monocráticas(?), que ele é o Hugo Chávez do Brasil.**

**5 – E as declarações de que fecharia o Congresso ou os elogios a nomes como o coronel Ustra, símbolo da repressão durante a ditadura militar?**

#### **Resumo das respostas:**

**1 –** Zaverucha retruca com outra pergunta. “O que seria ameaça?” Para o cientista o que realmente dá a entender é que existe um temor que Bolsonaro possa dar um golpe de estado, mas não vê possibilidade nisso. Para Jorge nossa democracia está há tempos “frágil, capenga, mal se sustenta”.

---

<sup>17</sup> Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=48444&anchor=6098753&origem=busca&originURL=&p d=daf73377f16179cd90937c18f803d765>

Mas o que foi se não um golpe de estado tanto em 1964, quanto no governo de Vargas? Conforme Napolitano (2011), “O regime democrático e constitucional que, por sua vez, nascera de um golpe militar contra o Estado Novo de Getúlio Vargas, caía diante de outro golpe contra um dos herdeiros do getulismo em sua fase dita “populista-democrática”.”

**2** – Para Jorge, a democracia tem sido constantemente violada e inclusive cita que a imprensa já revelou pelo menos cinco artigos da Constituição que foram impostos, sem votação, sem que os constituintes tivessem conhecimento.

**3** - O entrevistado afirma que não vê ameaça em Bolsonaro, nem diferença com os demais. Jorge diz que a nossa democracia já vem sendo “avacalhada” dia a dia, pois se ela não estivesse desta forma, talvez não existisse um Bolsonaro. E deixa duas perguntas para reflexão: “O PT apoia Maduro e Ortega. Isso não é ameaça à democracia? Isso não é ameaça maior que Bolsonaro?”

**4** – O cientista político brasileiro afirma que Levitsky por vezes exagera, pois Chávez já tinha um passado golpista chegando ao poder, mas não via Bolsonaro como uma ameaça e que se eleito, governaria conforme as regras democráticas como qualquer outro candidato.

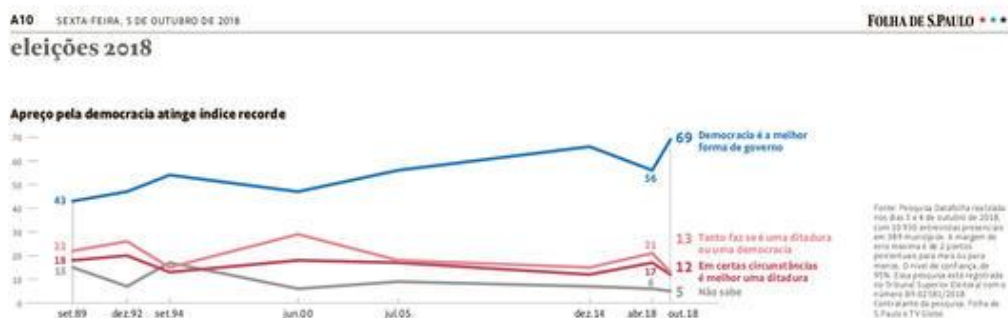
**5** – Jorge Zaverucha diz que o presidencialável já falou muitos absurdos e que elogiar Ustra é preocupante, mas na visão do cientista o candidato vai mudando de opinião com o passar do tempo.

Para Ulysses Guimarães líder da frente pela Constituição, diz que a carta magna escrita não é perfeita, porém conforme parte do seu discurso:

Ela própria o confessa ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito. Rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério.” (GUIMARÃES, 1988.)

O mês da votação não coincidentemente foi o que mais teve abordagens e matérias publicadas sobre as eleições de 2018 de maneira geral. É possível elencar diversos conteúdos de extrema importância para a finalidade desta análise de pesquisa. O primeiro conteúdo de outubro que será analisado é do caderno eleições do dia 05 de outubro de 2018 e que traz por título: Democracia tem aprovação recorde no Brasil.

Figura 12 - Democracia tem aprovação recorde no Brasil



## Democracia tem aprovação recorde no Brasil

Para 69% dos eleitores no país, o regime democrático é a melhor forma de governo, segundo pesquisa Datafolha

**Paulo Passos**

**SÃO PAULO** O apreço pela democracia nunca foi tão forte entre os brasileiros, segundo pesquisa Datafolha. Para 69% dos eleitores, o regime democrático é a melhor forma de governo para o país.

O índice é o mais alto registrado desde 1989, no ano da primeira eleição para a Presidência da República após a ditadura militar (1964-1985), quando a questão foi aplicada pela primeira vez.

Houve crescimento em relação à última pesquisa Datafolha sobre o tema, em junho de 2018, quando 57% dos eleitores apontaram a democracia como a melhor forma de governo. Na última pesquisa, realizada nos dias 3 e 4, 12% dos eleitores apontam a ditadura como um regime melhor do que a democracia.

Outros 13% dos entrevistados disseram que "tanto faz" a forma de governo. Além disso, 5% não opinaram.

A pesquisa do Datafolha é um levantamento por amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados. O universo da pesquisa é composto pelos eleitores com 16 anos ou mais do país. No levantamento, foram realizadas 10.930 entrevistas presenciais em 389 municípios brasileiros.

A margem de erro máxima é de dois pontos percentuais para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95%. Isso significa que, considerando a margem de erro, a chance do resultado retratar a realidade é de 95%.

A democracia brasileira é garantida pela Constituição Federal de 1988, que cita em seu primeiro artigo que a Assembleia Nacional Constituinte se reuniu para instituir "um Estado Democrático".

O texto prevê eleições para sete cargos eletivos no Brasil: vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, prefeitos, governadores e presidente.

Na campanha eleitoral deste ano, representantes das duas chapas que lideraram as pesquisas de intenções de voto — Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) — citaram a possibilidade de uma nova Constituição caso sejam eleitos.

O vice de Bolsonaro, general Hamilton Mourão, defendeu a criação de uma nova Carta, que seria formulada por "grandes juristas e constitucionalistas". O vice de Haddad, general Hamilton Mourão, defendeu a criação de uma nova Carta, que seria formulada por "grandes juristas e constitucionalistas".

"Uma Constituição não precisa ser feita por eleitos pelo povo. Já tivemos vários tipos de Constituição que vigoraram sem ter passado pelo Congresso eleito", afirmou o general, que no passado já defendeu intervenção militar em caso de instabilidade política.

Entre os eleitores de Bolsonaro, 24% avaliam que, em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura, índice mais alto do que o registrado entre os eleitores de todos os presidentes.

A maioria dos que afirmam votar no capitão reformado,

64%, diz que a democracia é o melhor forma de governo.

Na fatia dos eleitores de Haddad, por exemplo, somente 6% opinam que "em certas circunstâncias, é melhor a ditadura". Outros 77% dos eleitores petistas defendem a forma de governo com eleições.

Fernando Haddad (PT) incluiu em seu programa de governo a possibilidade de convocar uma Assembleia Constituinte "democrática, livre, soberana e unicameral", sob o argumento de que esse é um passo necessário para o restabelecimento do "equilíbrio entre os Poderes", assegurar a retomada do desenvolvimento e a "garantia de direitos".

Adiante se redigiu uma nova Carta foi criticada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro José Antonio Dias Toffoli. Segundo ele, não há razão para criar uma nova Constituição, que acaba de completar 30 anos. "Não vejo motivo para Constituinte ou Assembleia Consti-

tuante. Isso é querer a cada dez, 20, 30 anos reformar toda jurisprudência já criada, toda lei que já existe e querer começar a nação do zero", declarou o ministro.

Nesta semana, Toffoli chamou de "movimento" o golpe de 1964, que instaurou a ditadura militar por mais de 20 anos no Brasil.

O maior índice de aprovação da democracia foi registrado entre os jovens. São 74% dos eleitores entre 16 e 24 anos que concordam que o regime com eleições diretas é "sempre a melhor forma de governo". São eleitores que nasceram após a primeira eleição para presidente da República, realizada em 1989.

A opinião de que a democracia é uma forma de governo sempre superior a outras tem menos respaldo entre os menos escolarizados (53%), e mais apoio entre os mais escolarizados (84%).

Entre os mais pobres, 63% apontam a democracia como

melhor sistema de governo, índice que varia 8% entre os entrevistados mais ricos.

A opinião de que a democracia é uma forma de governo sempre superior a outras tem menos respaldo para os eleitores menos escolarizados (55%), e mais apoio entre os mais escolarizados (84%). Entre os mais pobres, 63% apontam a democracia como melhor sistema de governo, índice que varia 8% no total de mais ricos.

Em setembro de 1989, quando a questão foi aplicada pela primeira vez, 43% viam a democracia como um sistema de governo melhor do que os demais, e 23% avaliavam que tanto fazia se o governo era uma democracia ou uma ditadura, além de 18% que consideravam, em certas circunstâncias, ditaduras melhores que democracias.

O menor índice foi registrado em fevereiro de 1992, quando 41% dos eleitores defendiam a democracia ante outras formas de governo.

Fonte: Folha de São Paulo

<sup>18</sup> Nesta matéria o jornalista Paulo Passos traz uma pesquisa interessante e até mesmo curiosa. A pesquisa do veículo DataFolha aponta que em 10.930 entrevistas presenciais em 389 municípios, 69% dos entrevistados consideram que a democracia é a melhor forma de governo. Para 13% tanto faz se é uma ditadura ou uma democracia, 12% diz que em certas circunstâncias é melhor uma ditadura e 5% não soube responder. O jornalista aponta que o apreço pela democracia é o mais forte entre os brasileiros sendo o maior índice registrado desde 1989, coincidentemente, ano da primeira eleição para presidência da República após a ditadura militar. Como registro, os entrevistados são eleitores com 16 anos ou mais, tanto do sexo feminino como do masculino. Paulo traz fatos interessantes para sua análise, que mostram um

<sup>18</sup> Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=48476&keyword=aprovacao%2Crecorde%2CBrasil&anchor=6101445&origem=busca&originURL=&pd=45eabdf4405f6c8f952bba74b212d50f>

pouco mais sobre as campanhas eleitorais de Bolsonaro e Fernando Haddad (candidatos que disputaram o segundo turno) citaram a possibilidade de impor uma nova constituição em caso de eleição. O vice de Bolsonaro o general Hamilton Mourão afirma que “Uma constituição não precisa ser feita por eleitos pelo “povo”. Já tivemos vários tipos de Constituição que vigoraram sem ter passado pelo congresso eleitos”. O trecho que a princípio não possui nenhum destaque específico dentro da matéria, possui pontos que contradizem a democracia moderna. Como pode a carta que dá ordem ao país não ser escrita ou definida pelo congresso eleito pelo povo? Os quais foram confiados a representatividade a partir do voto? Para Ribeiro (2001) “Na democracia o voto não é mero procedimento (como o sorteio), e sim a expressão da igualdade e liberdade. Somos livres e, portanto, decidimos nosso destino político. Somos iguais, e por isso nenhum voto vale mais que outro”. Vale reforçar que na história do Brasil as constituições que vigoraram como se referiu o general Mourão sem passar pelo congresso ou eleitos do Povo foram dentro dos períodos de ditadura militar.

Passos registra que entre os eleitores de Bolsonaro, 22% avaliam que em certas circunstâncias é melhor a ditadura. Porém do seu eleitorado 64% diz que a democracia é ainda a melhor forma de governo. Perto dos eleitores de Haddad o número que defende a ditadura é extremamente alto. O eleitorado de Haddad apenas 6% opinam que em certas circunstâncias é melhor a ditadura, enquanto 77% defendem a forma de governo democrática com eleições. Paulo aponta que Haddad inclui em seu plano de governo caso eleito a possibilidade de uma nova assembleia constituinte, “democrática, livre, soberana e unicameral”, com o argumento de ser um passo necessário para restabelecer o “equilíbrio de poderes e assegurar a retomada do desenvolvimento e a garantia dos direitos”. Passos confere que o maior índice de aprovação da democracia foi registrado entre os jovens de 16 a 24 anos que concordam com a eleição direta e nasceram após a primeira eleição para presidente em 1989. Além disso, para os menos escolarizados a democracia não é superior a qualquer outro regime. Vale destacar que neste trecho, a diagramação do texto possui um erro, repetindo duas vezes o mesmo parágrafo. Esta falha na diagramação deixa o leitor confuso em sua interpretação e inclusive põe em verificação as informações listadas, porém, os dados continuam mostrando que a democracia tem uma grande aprovação, dando a entender que o eleitorado em geral possui plena consciência dos riscos de um autoritário no poder.

**Figura 13 - Erro de diagramação**

tituinte. Isso é querer a cada dez, 20, 30 anos reformatar toda jurisprudência já criada, toda leitura que já existe e querer começar a nação do zero”, declarou o ministro.

Nesta semana, Toffoli chamou de “movimento” o golpe de 1964, que instituiu a ditadura militar por mais de 20 anos no Brasil.

O maior índice de aprovação da democracia foi registrado entre os jovens. São 74% dos eleitores entre 16 e 24 anos que concordam que o regime com eleições diretas é “sempre a melhor forma de governo”. São eleitores que nasceram após a primeira eleição para presidente da República, realizada em 1989.

A opinião de que a democracia é uma forma de governo sempre superior a outras tem menos respaldo entre os menos escolarizados (55%), e mais apoio entre os mais escolarizados (84%).

Entre os mais pobres, 63% apontam a democracia como

melhor sistema de governo, índice que vai a 84% entre os entrevistados mais ricos.

A opinião de que a democracia é uma forma de governo sempre superior a outras tem menos respaldo para os eleitores menos escolarizados (55%), e mais apoio entre os mais escolarizados (84%). Entre os mais pobres, 63% apontam a democracia como melhor sistema de governo, índice que vai a 84% no total de mais ricos.

Em setembro de 1989, quando a questão foi aplicada pelo Datafolha pela primeira vez, 43% viam a democracia como um sistema de governo melhor do que os demais, e 22% avaliavam que tanto fazia se o governo era uma democracia ou uma ditadura, além de 18% que consideravam, em certas circunstâncias, ditaduras melhores que democracias.

O menor índice foi registrado em fevereiro de 1992, quando 42% dos eleitores defendiam a democracia ante outras formas de governo.

**Fonte:** Folha de São Paulo

Por mais que os jovens sejam a grande maioria dos que acreditam na democracia, são também uma grande força de votação para Bolsonaro, conforme escreve Dieguez.

Os jovens, de um modo geral, desacreditam mais dos canais tradicionais de participação política”, disse-me Alessandro Janoni, diretor do instituto. Ao mesmo tempo, explicou, eles são mais vulneráveis a temas como direito à posse de arma e ações intempestivas contra a criminalidade, a ladainha de Bolsonaro. “Eles acabam se agregando por meio de afinidades temáticas e as redes sociais potencializam isso.” (DIEGUEZ, 2016)

Outro ponto que é possível destacar desta matéria é que o público de menor renda, 63%, aponta a democracia como melhor sistema de governo. O número cresce quanto aos de maior renda, subindo para 84%. O diretor do Datafolha já havia informado que Bolsonaro era um candidato de nicho e que ele teria que mudar o discurso para atingir a maior parcela da população. Com este dado é interessante realizar uma analogia simples que talvez se confirme que o público de menor renda já poderia estar ao lado do candidato Bolsonaro em maior número desde o começo e não como o falado pelo presidente do Datafolha em 2016.





diferente da vitória. Esta mesma opinião foi expressada por Steven Levitsky no conteúdo já analisado acima. Danielle realiza perguntas interessantes e que podem alertar muito sobre o rumo que o país pode tomar conforme a visão do filósofo. Aqui será destacado as principais perguntas e respostas desta grande entrevista. As perguntas primeiramente introduzem um pouco sobre o que é o fascismo.

**Perguntas:**

**1 – Como definir o fascismo?**

**2 – Quais são as características do fascismo?**

**3 – Que outras táticas são usadas?**

**4 – Bolsonaro é o único candidato em que você identifica essas características?**

**5 – Ele representa uma ameaça?**

**6 - O que poderemos esperar se ele for eleito?**

**7 – Em que condições o fascismo cresce?**

**8 – O que é possível fazer para combater o fascismo?**

**9 – Bolsonaro é fascista?**

**10 – Fernando Haddad (PT) representa um risco menor à democracia?**

**Resumo das respostas:**

1 - Para Jason a ideologia fascista é baseada no poder, hierarquia e lealdade. Trata ainda do machismo denominado, e o líder do país é quem vai resolver tudo sozinho. Em geral, líderes fascistas gostam de se vangloriar sobre sua força ao falar de violência contra adversários políticos. Conforme fatos apurados, dois pontos entre tantos que podemos destacar ligam Bolsonaro a este perfil fascista. Conforme descreveu Dieguez (2016) Bolsonaro ficou marcado durante o processo de abertura de impeachment da presidente Dilma, dedicando seu voto a favor do impeachment em memória a Carlos Alberto Brilhante Ustra, conhecido como o militar que chefiou durante a ditadura Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-Codi, no II Exército, em São Paulo, local que se tornou um dos principais templos de torturas do país, que utilizava-se de práticas como choque elétrico, pau de arara, afogamento, surras e tortura psicológica.

2 – Stanley descreve o fascismo e o nazismo muito próximos, mas com algumas singularidades. Sistemas políticos antifeminista, contra os gays, pela homossexualidade representar ameaça à masculinidade e à representação de que o outro se opõe as políticas de lei e ordem. Conforme a professora Bezerra (2014) estes

traços eram evidentes nestes sistemas: “Hierarquização da sociedade: o fascismo valorizava uma visão do mundo segundo a qual cabia aos mais fortes, em nome da “vontade nacional”, conduzir o povo à segurança e à prosperidade.” Inclusive o lema do fascismo levava este discurso “Crer, obedecer, combater”, que estava presente em inúmeros locais.

**3** – O filósofo destaca que todo o fascista possui um discurso anticorrupção, como os nazistas tinham na Alemanha e Mussolini na Itália. Usando este gancho, Stanley diz que o clima no Brasil é propenso por ter uma presidente acusada de corrupção, abre-se espaço para uma campanha efetiva com um campo político de cunhos fascista. O professor ainda afirma que as coisas viram o oposto na propaganda fascista, as notícias por exemplo viram “notícias falsas”. Hitler costumava dizer que a imprensa passava do limite. Conforme apurado por Dieguez (2016) a forma como Bolsonaro responder a entrevistas pode ser claramente confundida com ataques ao interlocutor, mas ele atribui estes ataques à imprensa, criando e a acusando como “imbecil” por distorcer e interpretar mal suas palavras. Ulysses Guimarães em seu discurso ao anúncio da nova constituinte, já apontava o que poderia acontecer em caso de corrupção. “A corrupção é o cupim da República. República suja pela corrupção impune toma nas mãos de demagogos que a pretexto de salvá-la a tiranizam.” (GUIMARÃES, 1988)

**4** - Jason afirma que sabe pouco sobre o Brasil, mas conhece os ataques de Bolsonaro a grupos diferentes do dele, geralmente uma minoria racial, como os nazistas fizeram na Alemanha com os judeus, acusando-os de criminosos e preguiçosos. Stanley cita uma afirmação em que Bolsonaro chama os negros do Brasil de preguiçosos. A citação conforme Carta Capital (2020) foi proferida durante uma palestra no Clube Hebraica, em que Bolsonaro disse: “Fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gastado com eles”.

Stanley ainda aponta que os fascistas normalmente atacam progressistas, buscando falar com um nicho específico de público, principalmente em áreas rurais. A afirmação se confirma, conforme apurado por Consuelo ainda em 2016: Bolsonaro diz que irá varrer a esquerda do mapa e prega que cada “cidadão de bem” tenha uma arma em casa para se defender: “Cartão de visita para marginal do MST é cartucho 762”.

**5** – Para o professor Bolsonaro é assustador e abertamente antidemocrático, devido as suas falas de matar e prender adversários. Pontos estes já abordados por Levitsky na sua análise em agosto do mesmo ano conforme visto anteriormente. Conforme Ribeiro (2001) a democracia é o regime do povo comum, em que todos são iguais. Não é porque um se mostrou mais corajoso na guerra, mais capaz na ciência ou na arte, que terá direito a mandar nos outros”.

**6** – Stanley afirma que devemos acreditar nas palavras de Bolsonaro. Os fascistas dizem o que vão fazer conforme suas ideologias machistas. A ideologia machista de Bolsonaro é claramente notada ao longo desta análise. Em uma de suas mais polêmicas declarações: "Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens. A quinta eu dei uma fraquejada, e veio uma mulher”, disse Bolsonaro.” (DIEGUEZ, 2016)

**7** – Jason depõe que quando uma sociedade possui um líder que fora democraticamente eleito se torna corrupto é algo perigoso, pois deixa as pessoas ansiosas. Uma crise econômica deixa as pessoas com medo e estas procuram um líder forte que surja e resolva os problemas. Conforme Bezerra (2014) ser um líder forte é inclusive uma das características do fascismo: o fascismo valorizava uma visão do mundo segundo a qual cabia aos mais fortes, em nome da "vontade nacional", conduzir o povo à segurança e à prosperidade. Porém este líder forte, não significava necessariamente o que aguenta, mas o que impõe.

**8** – O filósofo diz que a primeira ação a se tomar é reconhecer o fascismo. O fascismo tem como alvo esquerdistas, progressistas, comunistas e minorias. Os apoiadores têm prazer no ódio do líder fascista contra quem eles odeiam. Quanto melhor vai o líder fascista, mais as pessoas que eles odeiam vão se irritar e se sentir humilhadas. Stanley afirma que esse é o prazer que o fascismo oferece. Conforme descrição de Consuelo Dieguez em 2016.

Bolsonaro dentro deste tempo criou um forte grupo de seguidores que ataca com veemência a esquerda e apoiam sem questionar a ultra direita. O conservadorismo “liberal” como podemos chamar, é um rótulo que atraiu seguidores ao deputado que se apropria do fracasso de algumas políticas de esquerda que não conseguiram implementar grandes mudanças nos últimos anos de governo e sendo repetitivamente acusadas por Bolsonaro como a causa principal das crises no país. (DIEGUEZ, 2016)

**9** – Nesta resposta o filósofo busca embasar tudo que já respondeu em questões anteriores e dispara uma série de perguntas que já foram inclusive

respondidas dentro da própria entrevista. Como em outros conteúdos da Folha, Jason afirma “ele é contra gays, fala de minorias como preguiçosos, fala em matar adversários políticos? Se apresenta como o cara durão que vai chegar e matar criminosos sem tribunal? Ele fala que mulheres não deveriam ser líderes políticas, deveriam ficar em casa? Ele elogia os ditadores passados no Brasil? Ele fala de militares como ele é o verdadeiro Brasil, como os esquerdistas estão arruinando o país e como ele vai fazer algo sobre isso? Essas são as características.”

**10** – O professor se absteve de falar de outro candidato, inclusive voltando a Bolsonaro. Mas confirmou: “Ele está dizendo a você que não será um líder democrático. {...} Porque vocês não estão acreditando nele?”

O final da entrevista aborda mais um apelo do que qualquer outra coisa. A Folha busca afirmar através destas apresentações com especialistas uma série de fatos que confirmam a análise do filósofo Jason Stanley, assim como na análise anterior do artigo de Steven Levitsky, de que Bolsonaro possui traços fascistas e contrários a democracia, então, porque eleger alguém que pode lhe tirar o direito de ir, vir e viver?

No dia 28 de outubro de 2018 Jair Bolsonaro é eleito presidente do Brasil após a votação do segundo turno da eleição conforme abordado anteriormente. A capa traz a ilustração de Bolsonaro fazendo um gesto de “positivo” com as mãos e o título de Bolsonaro Presidente. Logo ao lado da foto uma opinião do editorial com o título: “Constituição acima de todos.” Na capa o veículo mostra a sua necessidade em primeira mão, acima de qualquer outro ponto estabelecer sua opinião, mas também em parte seu receio quanto aos limites democráticos.



vociferar contra a imprensa, pois todos os antecessores já haviam feito isso contra o veículo. O jornal diz que existe uma distância entre o governante que deseja eliminar a oposição, daquele que deseja eliminar opositores críticos não se adaptando a uma nação democrática. De forma até ameaçadora, mas respeitosa, o editorial termina dizendo: “Esta Folha ficará onde sempre esteve, confiante na Constituição de 1988, na força da democracia brasileira e na construção de um país melhor para todos. Já Bolsonaro precisará assimilar as lições que nunca aprendeu e mostrar-se à altura do mandato recebido. Que faça um bom governo.” “Na medida em que a sociedade adquire maior complexidade, o jornalismo deixa de gravitar exclusivamente em torno da órbita política, correspondendo a outras demandas sociais.” (MELO, 2008, p.90). Seguindo este mesmo ideal, E.Cook diz:

o jornalismo é pelo menos parcialmente independente de suas fontes na produção de conteúdo das notícias. Em consequência, ela pode ser capaz de influenciar quem tem autoridade, quais são os valores da política e quais alocações são feitas. O jornalismo compartilha um destino semelhante com os três poderes constitucionais, sendo parcialmente independente e parcialmente dependente de outras instituições para cumprir sua própria tarefa. (E. COOK, 2011, p.205)

No mesmo dia em que a Folha promove uma capa com um editorial exposto, também incluiu uma cobertura mais completa sobre o discurso da vitória do agora presidente Jair Bolsonaro, deixando registrado falas em que ele promete defender a liberdade e a democracia. Nesta cobertura da Folha a partir dos jornalistas Guilherme Seto e Talita Fernandes é registrado os discursos de Bolsonaro após sua vitória.

Figura 16 - Em discurso da vitória, Bolsonaro fala em defender a democracia

AB SEGUNDA-FEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 2018

eleições 2018

FOHJA DE SÃO PAULO



Eleitores assistem ao primeiro pronunciamento de Jair Bolsonaro em telão na frente de sua casa

## Em discursos da vitória, Bolsonaro fala em defender liberdade e democracia

No pronunciamento em suas redes sociais, presidente eleito criticou imprensa e também opositores

**Guilherme Seto e Talita Fernandes**

Eleito presidente em 2018, Jair Bolsonaro (PSL) ressaltou repetidamente que fará um governo democrático e que respeitará a Constituição Federal.

A ênfase foi uma tentativa de resposta às críticas que o presidente eleito sofreu devido a falsas suas e de aliados que colocam em questão instituições de Estado e que muitas vezes têm as minorias como alvo.

Para Bolsonaro e seu entorço, um dos momentos dos quais o então candidato saiu mais chamuscado na reta final de campanha foi a divulgação de vídeo em que seu filho Eduardo, deputado federal, diz que para fechar o Superior Tribunal Federal bastariam "um cabo e um soldado".

Bolsonaro foi o presidente eleito com a maior taxa de rejeição desde a redemocratização, com 45%.

Em sua primeira manifesta-

ção após a vitória, uma transmissão ao vivo nas redes sociais, Bolsonaro cercou-se de livros para ilustrar sua posição a Constituição Federal, a Bíblia, um livro sobre o primeiro ministro britânico Winston Churchill e outro de autoritador escritor conservador Olavo de Carvalho ("O Mínimo que Você Precisa Saber para Não Ser um Idiota").

Nela, além de tratar do respeito a instituições democráticas, Bolsonaro também criticou a imprensa e os opositores — o que deixou de fora do discurso que fez na sequência às redes de televisão.

"A verdade tem que começar a valer dentro dos lares até o ponto mais alto, que é a Presidência da República. O povo tem o direito de saber o que acontece no seu país. Graças a Deus esta verdade o povo entendeu perfeitamente", disse o capitão reformado do Exército na transmissão em suas redes sociais, acompanhado da mulher, Michelle.

"Alguém sem um grande partido, sem fundo partidário, com grande parte da grande mídia o tempo todo criticando, colocando-me muitas vezes próximo a uma situação vexatória", disse, interrompido por falta de gravação do vídeo.

"Não poderíamos mais continuar lutando com o socialismo, com o comunismo, com o populismo e com o extremismo da esquerda", continuou Bolsonaro.

Em seu discurso às televisões, mais longo (cerca de 10 minutos), elaborado e igualmente evado de religiosidade (com agradecimentos múltiplos a Deus e a igreja que foram por sua campanha), Bolsonaro não tratou de antagonistas. Preferiu repetir o compromisso de respeitar a Constituição e de fazer um governo democrático.

"Fago de vocês minhas testemunhas de que esse governo será um defensor da Constituição, da democracia e da liberdade. Isso é uma promessa ridícula de um partido. Não é a palavra de um homem. É um juramento a Deus. A verdade vai libertar este grande país", disse, precedido por oração do pastor evangélico Magno Malta, um dos muitos aliados de Bolsonaro que não conseguiu se revelegar pelo Espírito Santo. Ele deverá ter um cargo no governo Bolsonaro.

"Liberdade é um princípio fundamental. Liberdade de andar nas ruas. Liberdade de ir e vir em todos os lugares. Liberdade de empreender. Liberdade política e religiosa. Liberdade de informar e de ter opinião. Liberdade de fazer escolhas e ser respeitado por elas. Este é um país de todos nós, brasileiros natos e de coração. Brasil de diversas opiniões, cores e orientações", afirmou Bolsonaro, em tentativa de colocar panos quentes em tensões que cultivou com representantes de minorias ao longo dos anos.

"Não existem brasileiros do Norte nem brasileiros do Sul. Somos todos uma só nação. Uma nação democrática", dizia posteriormente.

Em momento mais propicioso de sua fala, emveudou pela via liberal que o economista Paulo Guedes desperdiçou nele mais recentemente e disse que pretende reduzir o Estado, em aceno ao mercado (que o elegeu seu candidato de preferência no segundo turno).

"O governo federal dará um passo atrás e vai reduzir sua estrutura e a burocracia, cortando desperdícios e privilé-

gios, para que as pessoas possam dar muitos passos à frente. Nosso governo vai quebrar paradigmas. Vamos confiar nas pessoas. Vamos desburocratizar e permitir que o cidadão e o empreendedor tenham mais liberdade para construir seu futuro. Vamos desamarrar o Brasil", disse.

O presidente eleito também retomou seu projeto de descentralização administrativa — "mas Brasil, menos Brasília" —, que, segundo ele, consistiria em deixar que municípios e estados tenham mais autonomia em decidir a destinação de recursos.

Ele prometeu acabar com o "circular viciado de crescimento da dívida", substituindo-o por "círculo virtuoso de menores déficits, dívidas decrescentes e juros mais baixos".

Bolsonaro também abordou a política internacional. Crítico à política Sul-Sul de administrações anteriores, que aproximou o Brasil de países na África e na América Latina como alternativas às parcerias tradicionais com Estados Unidos e Europa, o presidente eleito disse que libertará o país "e o itamaraty de relações comerciais com visões ideológicas a que foram submetidos nos últimos anos".

"O Brasil deixará de estar apartado das nações mais desenvolvidas. Buscaremos relações bilaterais, com países que possam agregar valor econômico e tecnológico aos produtos brasileiros", acrescentou.

Ao ser questionado sobre seu compromisso com o Estado democrático de Direito, Bolsonaro citou Duque de Caxias, patrono do Exército e chefe das forças brasileiras na guerra do Paraguai.

"Não sou Caxias, mas sigo o exemplo desse grande herói brasileiro. Vamos pacificar o Brasil e sob a Constituição e as leis vamos construir uma grande nação", disse.

Ele confirmou que o deputado federal Onyx Lorenzini (DEM-MS) será seu ministro da Casa Civil, o economista Paulo Guedes será um superministro, no comando de toda a área econômica; o general Augusto Heleno será ministro da Defesa; e o astronauta Marcos Pontes provavelmente será ministro da Ciência.

Em uma possível tentativa de começar a se reconciliar com parte do eleitorado feminino, Bolsonaro terminou a fala beijando a mulher, dizendo que ela o ajudou com "paz, segurança e força".

**Eleito recebe ligação de Trump após vitória**

Jair Bolsonaro (PSL) recebeu ligação do presidente dos EUA, Donald Trump, após a definição de sua eleição.

"Acabou de nos ligar e nos desejou boa sorte e obviamente, foi um contato bastante amigável", disse Bolsonaro. A secretária de imprensa da Casa Branca, Sarah Sanders, confirmou a ligação de Trump para parabenizá-lo

Fonte: Folha de São Paulo

<sup>21</sup> Conforme a cobertura, em seus discursos o eleito deu ênfase para o respeito à democracia e a constituição federal, que foi uma resposta aos críticos de suas falas e de seus aliados. Em sua manifestação Bolsonaro cercou-se de livros para ilustrar a posição que iria tomar no governo, sendo até mesmo contraditório. Dentre eles a bíblia, a constituição, um livro de Winston Churchill, primeiro ministro britânico e um dos articuladores da Segunda Guerra Mundial e outro do escritor e conservador Olavo de Carvalho apontado por alguns especialistas como o "Guru" de Bolsonaro durante as campanhas e que traziam por título "O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota". Em seu discurso nas redes sociais Bolsonaro diz: "Alguém sem um

<sup>21</sup> Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=48506&anchor=6103909&origem=busca&originURL=&pd=68f8b9fc2b3e0c32dd36a8b17b31d8b7>

grande partido, sem fundo partidário, com grande parte da grande mídia o tempo todo criticando, colocando-me muitas vezes próximo a uma situação vexatória” {...} “Não poderíamos mais continuar flertando com o socialismo, comunismo, populismo e extremismo de esquerda.” No seu discurso de TV regado de religiosidade e com agradecimentos múltiplos a Deus, Bolsonaro prometeu fazer um governo democrático: “Faço de vocês minhas testemunhas de que esse governo será um defensor da Constituição, da democracia e da liberdade. Isso é uma promessa não de um partido. Não é a palavra vã de um homem. É um juramento a Deus.” {...} “Liberdade é um princípio fundamental. Liberdade de andar nas ruas. Liberdade de ir e vir em todos os lugares” conforme foi visto anteriormente o especialista político Jorge Zaverucha, havia dito que Bolsonaro poderia se adaptar e mudar suas ideologias e assim não era um risco à democracia. O presidente buscou afirmar isto em seus discursos, ao contrário do que foi visto durante sua campanha e em seus mais de 27 anos como deputado.

Conforme Ribeiro (2001) mesmo os direitos humanos sendo um dos grandes traços da democracia, seu verdadeiro objetivo é limitar o poder absoluto de um governante, reduzindo qualquer caráter autoritário que possa existir.

Há direitos humanos que são inalienáveis, que não podem ser abolidos. Aliás, nos últimos anos, cada vez mais Constituições declaram certos princípios como cláusulas pétreas, cuja alteração não pode nem sequer ser examinada. Nas Constituições republicanas do Brasil, exceto na atual, proibiu-se sugerir a volta da monarquia. Na de 1988, caiu essa restrição, mas determinou-se que não será considerada nenhuma proposta de abolição dos direitos humanos. São pétreos. Podemos ampliá-los, não os diminuir. (RIBEIRO, 2001, p. 18)

Para Touraine (1996) a democracia define-se como a não criação da política na sociedade, mas sim com a participação dos maiores números de atores sociais e individuais nos campos das decisões. Desta maneira os mecanismos democráticos representativos não definem a democracia como o poder do povo, mas refletem o poder dos representantes sobre o povo. Em tese de seu discurso, Bolsonaro se alinha e se contradiz com os direitos humanos assim como com a constituição do país. Já a Folha busca não só realizar uma cobertura mas garantir que as falas de Bolsonaro possam ser cumpridas durante seu período de mandato.



O Jornalismo atua como agente interessado no jogo político, acompanhado da reivindicação de que a atividade se mostre responsável, ou seja, ao atribuir a si mesmo o papel de defensor do interesse público (sentindo-se autorizado, inclusive, a pressionar agentes representativos que foram chancelados pelo voto), a atividade jornalística atraiu um conjunto de críticos pelo fato de que, o exercício de controle da esfera de visibilidade pública resistia a adotar critérios de qualidade ou se mostrarem abertos à crítica social. ETTEMA (2007 p. 145, apud JAMIL, URIZZI e GOULART, 2018).

## 10.2 Veja

Na segunda parte desta análise vamos atuar sobre o veículo Veja. Revista historicamente muito importante para a cobertura política do país. Nesta parte serão analisadas as edições que mais atentaram para o tema de “ameaça” à democracia que o candidato Jair Bolsonaro pudesse representar.

Figura 17 - A ameaça é real



Fonte: VEJA

<sup>22</sup> O primeiro conteúdo selecionado é do dia 01 de agosto traz uma capa direta com a imagem de Bolsonaro refletido em uma grande sombra na parede, fazendo o

<sup>22</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2593/>

seu famoso gesto de “arminha” na mão e com título “A ameaça é real.” Uma referência ao crescimento do candidato Bolsonaro nas pesquisas de intenção de voto.

Logo na página ao lado a Veja expõe dados de intenção de voto com base no veículo de pesquisa Big Data em uma pesquisa encomendada pela VEJA que aponta que Bolsonaro e Lula lideram em voto espontâneo e estimulado. Nesta primeira parte a Veja apresenta os dados mesmo tendo o candidato Lula, ainda preso na época, com uma força eleitoral extraordinária. Já Bolsonaro o veículo trata como segundo fenômeno, por não ter grande partido, nem dinheiro, tempo de tv ou fortes aliados, mas ainda assim apresentando um aumento nas intenções de voto, indicando um bom nível de convicção do seu eleitor. Para a Veja Lula estar à frente não é uma novidade, mesmo que surpreendente, visto as ligações com os esquemas de corrupção que o país enfrentou nos últimos anos. Já Bolsonaro o veículo entende que põe o país diante de um novo desafio o descrevendo como um político profissional que está no seu sétimo mandato como deputado federal com uma atuação inexpressiva se destacando nos momentos em que fazia questão de demonstrar-se duro, debochado com gays, negros, mulheres, imigrantes e tudo que diz a respeito dos direitos humanos. Por isso o editorial da revista considera sua eleição um enorme retrocesso. A coluna termina com o seguinte parágrafo: “Sendo um retrocesso na área de comportamento é uma incógnita no campo econômico, Bolsonaro é uma ameaça real e crescente. Seu eleitorado – o grosso nascido depois de 1985, já na democracia – ainda consiste em uma porção minoritária da população. Nada menos do que 43% dos brasileiros, diz pesquisa do Ideia Big Data, ainda não têm candidato. O futuro do país está nas mãos deles.” A Veja alerta dois pontos: O primeiro é o comportamento do candidato Bolsonaro em seu tempo político. Mesmo sem trazer nenhuma referência sólida, particularmente acusa o candidato de autoritário.

As ideologias que ganharam notoriedade depois da Primeira Guerra na Europa (Nazismo, Fascismo e Comunismo) e que tinham em comum o fato de serem antiliberais e antidemocráticas, já vinham ganhando terreno desde o final do século XIX. Como doutrinas da violência que eram, estavam na ordem do dia após o conflito: na postura de seus principais representantes, a retórica e a violência se sobrepunham à razão e à ação. (BERTONE 2015, p.4)

O segundo ponto que se pode notar é quando a Veja entende e expõe de maneira clara que independente do que acontecer, a democracia representativa irá

continuar sendo o principal caminho para o futuro do país, decidindo pelos seus cidadãos. Ribeiro (2001) diz que a democracia propõe que o povo escolha o indivíduo ou o grupo que assume o controle, quem governa e de que maneira governa, por isso, pode ser uma só pessoa no poder de tudo e desde que escolhida pelo povo este sistema se chamará democracia. Seguindo as páginas desta edição encontramos uma matéria escrita por Ana Clara Costa e que traz por título “...E não era Bolha”, uma reflexão maior sobre a crescente de Jair Bolsonaro nas intenções de voto.

<sup>23</sup> Ana começa a matéria referenciando algo muito importante. Na primeira vez que Bolsonaro atingiu 8% de intenção de votos fazendo lado com veteranos políticos como Ciro Gomes e Alckmin, a grande maioria dos analistas disse que a candidatura do então presidencial não passava de uma bolha que o vento se encarrega de levar.

Figura 18 - E não era Bolha



Fonte: VEJA

Quando o candidato atingiu os dois dígitos, os analistas continuaram afirmando que ele já havia atingido o teto e a partir dali a “gravidade” o colocaria no seu devido lugar. Sem dinheiro, sem vice, sem coligação e sem tempo de TV, Bolsonaro se lança candidato à presidência do Brasil. Mas como cresceu suas intenções de votos? Como

<sup>23</sup> <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2601/>

capacidade de minimizar tudo isso, Ana diz que o eleitorado do ex-capitão do exército é formado por pessoas com níveis superior, jovens (de 16 a 34 anos) e com renda superior a quinze salários mínimos. Uma fatia de eleitores mais propensa a consumir informações via grupo de WhatsApp, redes sociais e internet. Neste quesito o candidato se sobressai com mais de 7 milhões de seguidores em plataformas como Facebook, Instagram e Twitter. Outra teoria que Ana traz em sua matéria é a do voto envergonhado, onde os eleitores ficam constrangidos pela sua opção de voto durante uma pesquisa e depois apresentam favoráveis a um candidato. Ana revela que o mesmo fenômeno aconteceu na eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e foi uma das variáveis que os institutos de pesquisa esqueceram de contabilizar, ou seja, nesta altura, Bolsonaro pode possuir mais votos do que foi possível medir. Para encerrar, Ana diz que embora o candidato tenha muitos pontos a favor, também possui um grande índice de rejeição. Bolsonaro apostou em um discurso radical e na fragmentação de seu público para conseguir chegar ao segundo turno das eleições em um palco perfeito ao lado de um candidato do PT, pois assim suas chances de vitória sobem. “Bolsonaro portanto – um candidato que representa um nicho radicalmente minoritário da população tem possibilidades reais de se tornar presidente do Brasil. E isso é sério.” Ribeiro (2001) já apontava este risco, na democracia em uma eleição com 20, 30 mil as coisas mudam. É óbvio que em uma votação com um número tão grande de pessoas é impossível se ter uma eleição unânime, e por isso Ribeiro descreve excelentes perguntas para reflexão: a parte maior é mesmo a mais sã? Se não o for, a decisão válida deverá ser a da parte sã, mesmo que minoritária. Quem irá apurar isso?

É desta forma que se passa o poder do caráter numérico de decisão, elegendo por representatividade quantitativa e não qualitativa, se obtendo uma resposta para a decisão da eleição.

O segundo conteúdo o qual será analisado da revista vem da edição especial de 50 anos da revista Veja que além de contar um pouco da história do veículo realiza uma analogia sobre sua participação na democracia e como pode ser o futuro de 2018 adiante. Neste grande documental de Roberto Pompeu de Toledo traz por título: “Entre a luz e as trevas” e subtítulo: “No último meio século, o regime que consagra a vontade popular experimentou avanços e recuos, mas foi tema incontornável mesmo nas ditaduras – e seguirá sendo”. O veículo buscou afirmar que irá continuar

defendendo a democracia como fez no último meio século, prosseguirá fazendo independente do futuro.

<sup>24</sup> O grande documental começa afirmando que a Veja teve o azar de nascer às vésperas do AI5, mas a sorte de viver a maior parte de sua história sobre o regime democrático. Roberto Pompeu afirma que logo que confirmado o AI5 a revista teve toda sua edição apreendida nas bancas por ordem do exército. A foto da capa ilustrava

Figura 19 - Entre a Luz e as Trevas



Fonte: VEJA

o então presidente Costa e Silva sozinho no congresso ao lado de 3 cadeiras vazias (figura 19). A capa queria dizer “Agora só ele mandava”. Na edição que precedeu a votação do colégio eleitoral, a Veja noticiou o que deveria ser uma nova República com a eleição de um civil após 21 anos de período militar. Para complementar Roberto afirma: “Democracia é seu reverso, a ditadura. Democracia e sua construção. Seus êxitos e seus tropeços, suas virtudes e suas deficiências. A democracia foi, nos últimos cinquenta anos e possivelmente continuará sendo, nos próximos cinquenta no Brasil e no mundo um tema recorrente e incontornável. Discutiu-se a democracia em teoria e viveu-se a prática de seus avanços e retrocessos.”

<sup>24</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2601/>

O direito de informar e de receber informação é um dos elementos que constituem a cidadania, transformando o jornalismo e a democracia em irmãos. O Jornalismo Político é um território demarcado pelo fenômeno que o faz criar rotinas para que possam ser contemplados os temas da democracia representativa do Brasil. (MARQUES, 2008, p.90)

Seguindo o conteúdo Roberto discorre um pouco sobre a democracia chilena e uruguaia como um exemplo de estabilidade até 1973. Não cabe neste trabalho avaliar o que ocorreu em outros países.<sup>25</sup> Ao virar a página a ilustração é um pouco obscura e até mesmo assustadora. A foto de Vladimir Herzog jornalista assassinado durante a ditadura militar do Brasil, estampa a revista no momento em que foi encontrado enforcado.

Figura 20 - Vladimir Herzog enforcado

**1**  
A DEMOCRACIA



**OUTUBRO DE 1975** Vladimir Herzog foi assassinado nos porões do Exército, que se moviam contra os liberalizantes

84 20 DE SETEMBRO, 2008

**ÁRDUA CONQUISTA**

A reconquista da democracia no Brasil foi resultado de um laborioso processo. Começamos por um paradoxo: em poucas situações se fala tanto em democracia quanto na vigência de uma ditadura. Às vezes aos sussurros, é verdade, porque os ouvidos da polícia secreta podem estar atentos. Era o que ocorria em Portugal, onde a famosa Pide não descansava. Ou mesmo no Brasil, em certos momentos mais intensos do regime militar. Mas a escorregadia palavra democracia pode frequentar também a fala de quem acaba de ascender ao poder por força de um golpe. Em seu discurso de posse na Presidência da República, em abril de 1964, o marechal Castello Branco descreveu como objetivos do movimento sob seu comando "restaurar a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social". Democracia é palavra sedutora demais, em nosso tempo, para ser descartada, mesmo em atos inaugurais de uma ditadura. Inversamente, "democracia" era também invocada pelos grupos de esquerda que, a partir de 1966, recorreram à luta armada para combater o regime. Até hoje, veteranos da aventura guerrilheiro-terrorista apresentam-se como combatentes da democracia. Eram tempos da Guerra Fria entre o capitalismo e o comunismo e o combate era na verdade pelo comunismo. Não se conhece até hoje regime comunista democrático, entendida a democracia por sua mais corriqueira e fundamental acepção — um regime em que os dirigentes são eleitos pelo povo e em que as liberdades essenciais são garantidas.

A redemocratização do Brasil decorreu da ação conjugada de três fatores: o projeto do governo, as manifestações da sociedade civil e os azares do processo eleitoral. O governo Geisel pôs na mesa o que então se chamava de distensão, um substantivo que, quando atrelado aos adjetivos "lenta, gradual e segura", completava a fórmula em sua mais reveladora enfaite. Tratava-se de liberalizar o regime, no limite até de dissolvê-lo, mas nada de pressa. Quem ditaria o ritmo eram os próprios detentores do poder, passo a passo, e o fariam de forma segura o suficiente para não devião ocorrer as mãos descontroladas do vulgo. Não se pôs a distensão a andar por favor. O milagre econômico do governo Médici se esvaía. A crise do petróleo de 1973,

20 DE SETEMBRO, 2008 85

Fonte: VEJA

Ganhando um Subtítulo de “Árdua Conquista”, Roberto busca descrever sobre o processo de redemocratização no Brasil. Para o autor durante a ditadura a palavra democracia era apenas sussurrada para que os ouvidos da polícia secreta sempre

<sup>25</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2601/>

estivessem atentos. “Mas a palavra democracia pode frequentar também a fala de quem acaba de ascender ao poder por força de um golpe” diz Roberto. E desta forma em 1964 Castello Branco assume o poder com o objetivo de “restaurar a legalidade, revigorar a democracia e promover o progresso e justiça social.” Pela esquerda do poder a palavra democracia também era utilizada para combater o regime militar com armas. Conforme escreve Roberto “eram tempos de guerra fria entre o capitalismo e o comunismo e o combate era na verdade pelo comunismo. Não se conhece até hoje regime comunista democrático, entendida a democracia por sua mais corriqueira e fundamental acepção – um regime em que os dirigentes são eleitos pelo povo e em que as liberdades essenciais são garantidas.” Segundo Meneguello (2020) estes países acabaram se tornando ditaduras e promoviam perseguições, sendo assim a sociedade comunista que Karl Marx propunha nunca foi alcançada. Em entrevista com alguns especialistas a revista ainda traz que é quase unânime as afirmações de que nunca houve um país realmente comunista. Para Touraine (1996) a democracia define-se como a não criação da política na sociedade, mas sim com a participação dos maiores números de atores sociais e individuais nos campos das decisões. Desta maneira os mecanismos democráticos representativos não definem a democracia com o poder do povo, mas refletem o poder dos representantes sobre o povo. O que a revista propõe é que talvez a palavra democracia seja usada em vão e neste sentido, nenhum dos públicos da época ditatorial sabia exatamente o verdadeiro sentido da palavra democracia, nem à esquerda, nem à direita.

## Figura 21 - É como se a nação fosse informada de que, afinal, o câncer tem cura

A DEMOCRACIA

com consequências planetárias, refrara os horizontes do Brasil e nos legara uma carga que nos acompanharia por anos a fio, a dívida externa.

A tais fatores, juntava-se a peculiaridade de que desde o início a ditadura brasileira se impusera que, uma hora, tinha de acabar. No discurso de posse já citado, o marechal Castello Branco dizia esperar que, "ao iniciar-se o ano de 1967", viesse a entregar o poder ao seu "sucessor legitimamente eleito pelo povo, em eleições livres". Não era como o regime de Franco, na Espanha, de Salazar, em Portugal, ou dos pais comunistas, que se imaginavam definitivos, assim como mais recentemente se imaginou definitivo, aqui na vizinhança, o regime inaugurado na Venezuela por Hugo Chávez. Na expressão precisa do brasiliense Alfred Stepan, o Brasil vivia uma "situação" autoritária, palavra que conduz à ideia de provisoriedade e não um regime com vocação para institucionalizar-se. Entre os militares mais lúcidos, e Geisel estava entre eles, impor-se um termo era necessário até para salvaguardar o Exército. Quanto mais a instituição o retivesse, mais sofreria a aurota do poder.

A "distensão lenta, gradual e segura" seria atravessada por percalços, alguns dos quais gestados no interior do próprio sistema, como então se chamava a complexa, e frequentemente contraditória, máquina do poder. Em outubro de 1975 o jornalista Vladimir Herzog foi morto, sob tortura, em dependência do Exército em São Paulo. Três meses depois, nas mesmas circunstâncias e no mesmo local, foi morto o operário Manoel Fiel Filho. Geisel enxergou nos dois casos a ação de provocadores em sua retaguarda, e enxergou certo. Os percalços do regime se moviam em desafio a seus propósitos liberalizantes. Teve de agir com firmeza, e demitiu o comandante do II Exército, com jurisdição em São Paulo, general Edmar do Amaral Melo. Na edição em que tratou do assunto, VEJA falou longamente do sucessor de D'Ávila Melo, o "sorridente" general Dilermando Monteiro, e nada do demitido. Os leitores ficaram sabendo que Monteiro tocava piano e acordeão de ouvido, que seu repertório incluía

A Jandineira e O Tui Cabelo Não Negro, e que estava em dívida entre torcer para o Palmeiras e para o Corinthians, agora que moraria em São Paulo, mas nada do motivo da troca de comando. A revista encontrava-se sob censura.

O "lento, gradual e seguro" estava virando "aos trancos e barrancos". A oposição dentro das Forças Armadas cresceu a ponto de cristalizar-se no próprio ministro do Exército, Sylvio Frota. Lideranças paralelas, encrenqueiros e provocadores desde o início povoaram os intestinos do regime, configurando o que o jornalista Elio Gaspari, autor da melhor história do período, chamou de "anarquia militar". Frota, representante máximo da então chamada "linha-dura", amealhou apoios e arvorou-se em candidato à sucessão de Geisel. Acabou demitido, na mais arriscada manobra do presidente, e na mais audaciosa investida contra os anarquistas, em 12 de outubro de 1977. Geisel estava livre para conduzir a sucessão a seu modo, instalando o chefe do SNI, João Baptista Figueiredo, na cadeira presidencial, e para perpetrar o seu maior feito: a revogação do Ato Institucional Nº 5, em vigor à zero hora de 1º de janeiro de 1979. O comandante de oposição, Ulysses Guimarães, aparece na edição de VEJA daquela semana dizendo: "É como se a nação fosse informada de que, afinal, o câncer tem cura".

Na gestão de Figueiredo vai se manifestar com mais força a pressão de baixo, da sociedade civil, pela redemocratização. Movimentos pela anistia, greves, livre debate pela imprensa e, por fim, a campanha pela eleição direta do presidente tiveram, tudo somado, o efeito de atropelar a tentativa do governo de ainda manter o processo sob seu controle, gradual e seguro. Aos reclamos de anistia "ampla, geral e irrestrita", o governo respondia com um projeto restrito, mas já não havia AI-5 nem liderança forte, no Planalto, para segurá-lo. Em julho de 1979, VEJA saiu com capa em que a palavra "anistia", em grandes letras, se repetia cinco vezes. A reportagem respectiva reproduzia um apelo de Nelson Rodrigues, um anticomunista e defensor do regime, agora engajado na

campanha: "Solte esses rapazes. Meia dúzia de obras gigantes não colocam um presidente na história. Você é o único brasileiro que tem essa oportunidade na mão. Solte esses rapazes, Figueiredo. Por favor, Figueiredo, solte meu filho". O filho, preso havia nove anos, acusado de integrar a luta armada, foi solto, e com ele os outros todos. E voltaram ao país os exilados ilustres, Luis Carlos Prestes, Leonel Brizola, Miguel Arraes.

Ainda no governo Geisel irrompera com estrondo no país o que então se chamou de "novo sindicalismo", com sede preferencial na região do ABC paulista. Seu líder era um metalúrgico ao qual a imprensa se referia como "Luiz Inácio da Silva, o Lula". As greves se repetiram até 1980, escancarando de vez a tampa com que o regime pretendia sufocar a questão social. Nada se compara, no entanto, em mobilização popular, com a campanha das Diretas Já, em favor da aprovação da emenda constitucional do deputado Dante de Oliveira, que propunha a eleição direta do presidente da República. Em sua edição com data de 1º de fevereiro de 1984, VEJA publicou na capa uma foto aérea da Praça da Sé, em São Paulo, coalhada de gente. "Eu quero votar pra presidente", aparecia escrito em cima da foto, em letra cursiva, como se fosse o recado de um popular. "A história das manifestações políticas da sociedade brasileira ganhou na quarta-feira passada um novo marco de grandiosidade", dizia a reportagem nas páginas internas, informando que 200 000 pessoas estiveram presentes na manifestação. Os comícios que se seguiram, em diferentes cidades do país, podem hoje ser considerados, com a distância do tempo, uma festa antecipada pela reconquista da democracia. Ainda que a emenda Dante de Oliveira tenha afinal sido derrotada no Congresso, não foi em vão que se assistiu a uma das maiores, se não a maior, mobilizações populares da história do país.

O terceiro fator a determinar a democratização do país, os azares do processo eleitoral, tem seu ponto de partida na eleição parlamentar de 1974. Uma das bizarras do regime era permitir a existência de um partido de oposição. A bizarrice, inerente à condição de "situação autoritária", para retomar Alfred Stepan, gerava o benefício de ganhos de imagem, interesses e externos, sem oferecer maiores ameaças, dada a desproporção entre as regalias da Arena, o partido do governo, em nacos do poder e consequente influência eleitoral, e a penúria do opositorista MDB. Em 1974

a mágica do bipartidarismo e das eleições com resultados previsíveis sofreu um tropeço, e o MDB ganhou dezesseis das 22 cadeiras em disputa no Senado. Eleições de senadores eram as únicas disputas majoritárias permitidas pelo regime. As de governador, assim como a de presidente da República, eram decididas em conciliações e depois sacramentadas nos colégios eleitorais em rituais de cartas marcadas.

O projeto de eleições controladas sofreu forte abalo, e precisou ser corrigido três anos depois, com o chamado Pacote de Abril, conjunto de medidas que, além de fechar temporariamente o Congresso, por não ter aprovado uma reforma do Judiciário imposta pelo governo, incluía novas regras eleitorais, entre as quais a nomeação por via indireta de um em cada três senadores. Com a introdução dessa esdrúxula figura, logo apelidada de "senador bônico", seria afastada a ameaça de em 1978, quando estariam em jogo duas cadeiras por estado, repetir-se o revés de quatro anos antes.

Os artilheiros do Pacote de Abril retardaram mas não estancaram o processo de desgaste do partido do governo nas urnas. A partir de 1974, segundo escreveu o cientista político Bolívar Lamounier no livro *Tribuna, Profetas e Sacerdotes*, "ganha corpo a percepção de que o regime poderia ser batido nas urnas". Em 1982, permitiu-se pela primeira vez a eleição direta dos governadores e a oposição elegeu os seus candidatos em dez dos 22 estados, inclusive nos três mais populosos — São Paulo, com Franco Montoro, Minas Gerais, com Tancredo Neves, e Rio de Janeiro, com Leonel Brizola. "Um cenário plausível", escreve Lamounier, "era o de que uma progressão de vitórias oposicionistas acabaria por excitar o regime em seu último reduto, o Colégio Eleitoral". Foi o que ocorreu em 15 de janeiro de 1985, quando Tancredo Neves ganhou de Paulo Maluf por 480 a 180 votos. VEJA noticiou que Figueiredo costumava referir-se ao mineiro como "Tancredo Never". Teve de engolir o Tancredo Neves.

### SOBRESSALTOS

Falar mal abertamente da democracia já foi moda. "Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ame-

veja

Ulysses Guimarães, sobre o fim do AI-5: "É como se a nação fosse informada de que, afinal, o câncer tem cura"

Fonte: VEJA

<sup>26</sup> Segundo o conteúdo Pompeu diz que a redemocratização do Brasil se deu em três fatores: projeto de governo, manifestações da sociedade civil e os azares do processo eleitoral. Já no governo Geisel se pôs na mesa uma forma lenta gradual e segura para a dissolução do regime ditatorial. Basicamente se tratava de liberalizar o regime até dissolvê-lo, mas nada depressa.

Conforme apurado foi no governo de Geisel em que o país obteve a retirada do Ato inconstitucional 5 (AI5) e também a abertura política. Porém as violações e torturas continuavam. Segundo o site Memórias da Ditadura (s.d): "Em 24 de outubro de 1975, Herzog foi chamado para prestar esclarecimentos na sede do DOI-Codi sobre suas ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sofreu torturas e, no dia seguinte, foi morto. A versão oficial da época, apresentada pelos militares, foi a de que Vladimir Herzog teria se enforcado com um cinto, e divulgaram a foto do suposto enforcamento.

Segundo sua documentação Roberto descreve um pouco mais da história e de momentos marcantes como a morte Herzog, assim como a capa da Veja de 1º de janeiro de 1979 onde o comandante da oposição da ditadura, Ulysses Guimarães

<sup>26</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2601/>



desponta na capa da edição dizendo sobre o final do AI5: “É como se a nação fosse informada de que afinal o câncer tem cura”.

<sup>27</sup>Continuando o longo documentário histórico da revista Roberto inclui o subtítulo de: “Sobressaltos”.

Figura 22 - Sobressaltos

**1**  
A DEMOCRACIA



**SETEMBRO DE 1973** No Chile de Pinochet "restava a força, empregada com uma severidade inédita na América Latina"

20 DE SETEMBRO, 2010

ça a unidade da pátria, e põe em perigo a existência da nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil." As palavras são do presidente Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, dia da instalação do Estado Novo, nome copiado do regime de Salazar. Assim como aconteceria com o AI-5 no regime militar de três décadas depois, o Estado Novo inaugurou a fase mais dura do período de Vargas. Mas, ao contrário dos generais de 1964-1985, Vargas não tinha pejo em denunciar as liberdades. O "sufrágio universal", disse ele no mesmo discurso, tornara-se "instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o contínuo de agitações pessoais e de corrilhos". E o Poder Legislativo revelara-se um "aparelho inadequado e dispendioso", a tal ponto que mantê-lo seria "obra de espírito acomodaticio e displicente".

Viviam-se anos de desprestígio das democracias. O futuro parecia estar com os regimes fortes, fossem de direita, como os de Hitler e Mussolini, fosse o comunismo soviético, sob o tácio de Stalin. Um e outro tinham adeptos de peso no país. Em junho de 1940, Getúlio voltaria ao mesmo diapasão num discurso a bordo do encouraçado Minas Gerais, no dia da Marinha. "Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das demagogias estêreis, dos personalismos iníteis e semeadores de desordens", disse. O tempo seria "das nações fortes, impondo-se pela organização baseada no sentimento da pátria, e sustentando-se pela convicção da própria superioridade". A Europa já estava em guerra. A França acabara de ser ocupada pelos nazistas. Nosso ditador estava a pique de se engajar no lado do conflito que se revelaria errado.

Ataque tão direto e explícito aos valores democráticos soa hoje estranho, mas um olhar alongado pela história diminui a estranheza. A democracia nasceu na Grécia, como sabem todos. O que não sabem é que já nasceu contestada, e pelos melhores espíritos do tempo. Platão propugnava por um governo de sábios. E seu discípulo Aristóteles, ao ranquear as diversas formas de governo, punha a democracia entre as piores. Ambos pela mesma razão: o fato de o governo ser conduzido "pelo povo ou pela massa, aos quais foram habitualmente atribuídos os piores vícios da licenciosidade, do desregramento, da ignorância, da incompetência, da insensatez, da agressividade, da intolância", nas palavras do filósofo e cientista político italiano Norberto Bobbio. A democracia ateniense expressava-se com o povo na rua. Hoje o símbolo maior da democracia é a eleição, lembra Bobbio, no livro *Teoria Geral da Política*. E a cabine eleitoral, ou, no caso brasileiro, a urna eletrônica, é o símbolo da democracia em ação. Para os gregos, o símbolo da democracia era o povo reunido na praça para deliberar, os braços erguidos para aprovar as propostas, inertes para desaprová-las.

Há uma diferença capital entre a democracia ateniense e a moderna. A moderna é uma democracia representativa; o povo elege representantes, e estes decidem pelo povo. A ateniense era direta. Aos cidadãos reunidos na praça em assembleia (a *ekklesia*) eram propostas as questões da cidade (a *polis*) e ali mesmo decididas. Bem entendido que entre os cidadãos aptos a deliberar não se incluíam as mulheres, os escravos e os estrangeiros, mas mesmo assim a assembleia atraía milhares de pessoas, e em tese todos tinham o direito de se manifestar. Outra diferença era o método de preencher os cargos de governo: mais se valiam os gregos do sorteio do que da eleição. Preenchiam-se por sortio, entre cidadãos que se voluntariavam para participar, as vagas do Conselho dos 500 (grosso modo, encarregado de elaborar a pauta para a *ekklesia*) e vários cargos que hoje seriam chamados de "executivos". Apenas 10% dos cargos eram preenchidos por eleição, um deles o de general. Não por acaso, eram os cargos mais sensíveis. O resultado da eleição era controlável, ao contrário do sorteio. Daí por que Aristóteles considerava que o sortio era um método democrático, enquanto a eleição era aristocrática.

Nos tempos modernos a democracia, em baixa no período que antecedeu a II Guerra Mundial, recuperou seu prestígio com o desfecho do conflito. No Brasil, a Constituição de 1946 proporcionou um interregno democrático que não chegaria a vinte anos — interrompeu-se em 1964 — e foi salpicado de conflitos entre políticos e militares e tentativas de golpe. Basta lembrar a célebre investida de Carlos Lacerda, às vésperas da eleição de 1955, um modelo do despreendimento com que os políticos descartavam a Constituição: "Juscelino não será candidato. Se for, não se elege. Se se elege, não toma posse. Se tomar posse, não governa". Progredimos. É notável como todos, de um lado a outro do espectro político, falam hoje com carinho da "massa democrática", embora da sinceridade de alguns se possa desconfiar. Tanto progredimos que ao longo da construção de um ideal democrático durante o período militar, ocorrida na surdina em certos períodos, abertamente em outros, entre intelectuais, jornalistas e políticos, consolidou-se o

Fonte: VEJA

Neste novo subtítulo do documentário Pompeu se apropria de palavras de Getúlio Vargas e afirma que falar mal abertamente da democracia já foi realidade, principalmente nos períodos de crise, onde a democracia de partidos ao invés de oferecer crescimento e progresso dentro das garantias essenciais da vida, subverte-se a hierarquia, ameaça a pátria e põe em perigo a existência da nação. Roberto afirma que no governo de Vargas viviam se desprestígio das democracias: “O futuro parecia estar com os regimes fortes, fosse de direita como os de Hitler e Mussolini, fosse o comunismo soviético sob a força de Stalin. Em discurso Vargas disse que seria o tempo das fortes nações impondo-se pela organização baseada no sentimento de pátria. Roberto diz no conteúdo que o ataque direto aos valores democráticos

<sup>27</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2601/>

proferidos por Getúlio Vargas pode causar estranheza nos dias de hoje, mas olhando para a história da democracia é possível visualizar que a mesma já nasceu contestada pelo fato de o governo ser conduzido pelo povo ou pela massa. Para Aristóteles (1913) a formação da natureza política por si só distingue quem dá o comando e quem é imposto à submissão como no reino irracional dos animais. Então entende-se que conforme desígnio da natureza comanda quem pode por sua inteligência e obedeça quem possa contribuir com a prosperidade em comum, formando uma sociedade natural que se regenera, cria e partilha através da ordem natural do ciclo da vida.

Seguindo história da Veja com a democracia, Roberto Pompeu aponta que há uma grande diferença entre a democracia ateniense da moderna. Ele afirma que a democracia moderna é representativa, onde o povo elege os seus representantes e estes decidem pelo povo. Já na ateniense era mais direta, pois o povo se reunia nas praças e assembleias e as propostas da cidade (polis) eram decididas pelos cidadãos, excluindo mulheres, escravos e estrangeiros. “Hoje elegemos quem decidirá por nós. Mesmo em cidades pequenas, delegamos por vários anos as decisões ao prefeito e aos vereadores. Os gregos, não. Eles iam à praça discutir as questões que interessavam a todos.” (RIBEIRO, 2001, p.10)

**Figura 23** - O que se tem hoje nas chamadas mídias sociais é uma algaravia, em que se confundem sensatos e histéricos

**1**  
A DEMOCRACIA

conceito de democracia como “um valor em si”, não como escada para objetivos outros. À esquerda ou à direita. Não é pouca coisa, por mais que ultimamente se diga o contrário de ideologia tal ou daquela.

A queda do Muro de Berlim propiciou um renovado surto de prestígio à ideia da democracia. Os países comunistas entregaram os pontos e não tiveram alternativa senão uma atabalhoada corrida ao regime de liberdades reclamado por seus povos. Na editoria da vitória o cientista político Francis Fukuyama decretou “o fim da história”. Não poderia haver novidade maior. Mesmo que, ao longo de um livro, de suas tirantes e tom perceptível do título, a ideia central era aquela mesmo: a de que os tempos da procura pela melhor maneira de governar os povos tinham esgotado a forma definitiva. Não fosse essa ideia, o livro não teria pegado. O título era forte como um slogan publicitário.

Eligir... que estaria acontecendo hoje? Um reflexo monumental dos ideais democráticos? Ou o anúncio de uma era sombria como a dos anos 1930? Na França, a Frente Nacional, anti-imigrante, para não dizer xenófoba, nacionalista, para não dizer xenófoba, e até pró-musista em manifestações de anti-hegemonia francesa, Jean-Marie Le Pen, já 64 dias antes do segundo turno em eleições presidenciais. Na Itália, a Liga Norte, hoje rebatizada apenas “Lega”, igualmente anti-imigrante, nacionalista, xenófoba e até separatista (queria defendendo a separação do país entre Norte e Sul), tornou-se, na eleição de março, a força predominante no Parlamento, e ligada mais influente no colégio governamental. Partido semelhante também partiu do governo na Áustria, enquanto movimentos semelhantes vira crescendo na Alemanha e na Suécia. Na Inglaterra, o antieuropeísmo excluído e xenófobo traduziu-se na vitória do Brexit. Os Estados Unidos nos apresentamos, a todos os cidadãos do planeta, com Donald Trump.

Um dos livros de maior impacto lançados neste ano é *Como as Democracias Morrem*, dos professores da Harvard Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, (no Brasil foi publicado agora). A tese central dos autores é que, cessada a era dos golpes, as democracias hoje morrem pelo voto (veja o artigo de Ziblatt na página 64). Os atuais governos de Turquia, Polónia, Hungria e Venezuela foram todos legitimamente eleitos para, uma vez eleitos, suprimir instituições, perseguir adversários e abrir terreno para perpetuar-se no poder. A liberdade de imprensa é alvo preferencial de tais regimes.

Dois organizações que medem o estado da democracia e das liberdades ao redor do mundo, a revista inglesa *The Economist* (por meio de sua Intelligence Unit) e a ONG americana Freedom House, acusaram um declínio global nas percepções e nas práticas desses valores, em seus últimos relatórios. Nesta edição de 1 a 10 a *Economist* aponta para a democracia uma queda da média de 3,32, em 2016, para 3,48, em 2017, considerando todos os 165 países e dois territórios pesquisados. Um total de 89 países retrocedeu. 51 permaneceram estagnados e apenas 27 registraram avanços no período. Os critérios para a avaliação dos países são cinco processos deliberativos e pluriformes: liberdades civis; funcionamento do governo; participação política; cultura política. No final, os países são divididos em quatro blocos: democracias plenas; democracias falhas; regimes autoritários.

Alguns das novidades destacadas no ano foram a mudança da Venezuela de regime híbrido para autoritário e a Espanha para o último lugar entre as democracias plenas, quase escapando para as democracias falhas, por causa da contenda da questão catalã. O bloco das democracias plenas, com notas entre 10 e 10,0, é liderado pela Noruega (nota 9,87), que passa o peloito escandinavo, e contém ainda os mais que esperados Nova Zelândia, Canadá, Austrália, Suíça e Holanda. Como surpresa aparece nosso vizinho Uruguai (8,12), o único latino-americano a figurar no topo. O Brasil, sem surpresa, é uma “democracia falha”, mas, para nosso consolo, temos a companhia, no mesmo bloco, dos Estados Unidos, ainda que com notas relativamente distantes para um e o outro — 7,98 para os Estados Unidos, que estão a apenas 0,03 ponto das democracias plenas, e 6,86 para o Brasil. A justificativa para a posição dos Estados Uni-

dos é um “severo declínio da confiança pública nas instituições”. Para o do Brasil, é corrupção. As investigações, diz o relatório, evidenciaram “as malfeitorias entre políticos e muitas das maiores empresas do país, conduzindo a surpresas em troca de contratos governamentais e favores políticos”.

A Freedom House tem escopo vitalício, mas não coincidente, com o da *Economist*. Seu foco são as liberdades, não propriamente a democracia, e os critérios de avaliação derivam dos princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Daí decorre que a investigação avalia “os direitos e liberdades individuais por indivíduos, mais que governos ou o desempenho de governos em si mesmos”. A instituição investiga 195 países e colares territórios, em 2017, e concluiu que 45% deles são “livres”, 30% são “parcialmente livres” e 25% “não livres”. O Brasil está entre os livres. Não há notas, e nosso país não merece apreciação individualizada. Importa destacar a conclusão geral, explícita na primeira frase do relatório: “Direitos políticos e liberdades civis ao redor do mundo deterioraram-se em 2017 para seu mais baixo ponto em mais de uma década, ampliando um período caracterizado por retrocessos autoritários, arrebatada democracia e o recuo dos Estados Unidos de seu papel de líder na luta global pela liberdade humana”.

Na avaliação que os próprios brasileiros fariam do estado de sua democracia entrariam a decoreia nas instituições, a legitimidade da representação política e a difusão da ação governamental. Tudo isso é arguível. A última novidade é um candidato a presidente que leva a passada ditadura e faz pouco dos direitos humanos.

e resultava por vezes na tentação de informar os jornalistas de assento de que não tinham conhecimento. Entrou para o folclore das redações que se vieram a saber de um movimento de guerrilha em curso na região de Araguaia quando chegou um bilhete atestando que era proibido mencioná-lo.

Enquanto a censura brava dos bilhetes era dirigida virtualmente a todos os meios noticiosos, a outra dirigida-se a certos órgãos selecionados. VELA foi um dos premiados. O período mais longo em que a revista esteve sob esse regime começou em maio de 1974, e foi descontinuado por uma charge de Milton Fernandes, então colaborador da revista. Um prisioneiro miseravelmente desmuniado, pensando no teto de sua cela pelos braços, e com uma bola de ferro amarrada aos pés, exercia da autoridade de passagem o comentário: “Nada conta”. A partir do número seguinte, os jornalistas passaram a contar com a companhia de um censor que se retirava da redação em maio de 1976, exatos dois anos depois. Ao mudar, então, a retinada da censura, a revista fez na Carta ao Leitor um balanço que acusou mais de 10.000 linhas de textos antiprensa, só nos meses últimos dois anos, enquanto reportagens cortadas na íntegra e desbastadas.

Voltamos ao passado para perguntar, com relação ao futuro: é isso que se quer? Um milo alimentado por sanduíches de ditadura quer fazer entrar que a mão pesada do regime só alarga o contestado, a esquerda de preferência. A censura ilustra que a vilma era a população em geral, em um dileto não líquido e certo, nestes tempos de democracia, como se é informar. Contra a crise da democracia, ou as crises, pois a atual não é a primeira nem será a última, o remédio mais eficaz, segundo os melhores pensadores que se têm debreado sobre o assunto, é mais democracia. A alternativa é a tirania e a barbárie. Por “mais democracia” deve-se entender, principalmente: (1) maior participação da população nas decisões governamentais; (2) a construção de uma sociedade mais igualitária, em que todos estejam capacitados a participar do jogo.

O Brasil tem sido um campeão na multiplicação do título de eleitor. Em 1960, quando da eleição presidencial vencida por Juscelino Kubitschek, o eleitorado de 15,5 milhões representava 22% da população de 70 milhões de habitantes. Os assalariados estavam impedidos constitucionalmente de votar. Em 1982, eleição que, no período militar, reestabeleceu a votação direta para governador, e eleitorado de 58 milhões já representava 50% da população de

**O que se tem hoje nas chamadas mídias sociais é uma algaravia, em que se confundem sensatos e histéricos**

20 DE SETEMBRO, 2018

20 DE SETEMBRO, 2018

Fonte: VEJA

<sup>28</sup>Pompeu na sequência diz que a democracia passou por tempos difíceis, recuperando seu prestígio com o desfecho da Segunda Guerra Mundial. O autor dá ênfase para a constituição de 1946 que dava ao Brasil um sistema democrático que durou menos de 20 anos, sendo encerrado em 1964 com o golpe militar.

A Constituição de 1946 exprimia os valores ideológicos dos políticos eleitos em 1945 e era, portanto, uma Constituição liberal. Em relação às questões democráticas, a Constituição trouxe melhorias consideráveis, pois retomou valores que haviam sido suprimidos no Estado Novo e aumentou significativamente o número de eleitores no Brasil, já que definiu que homens e mulheres maiores de 18 anos tinham direito ao voto. Neves (s.d, online)

Continuando o seu documental Pompeu diz que a democracia evoluiu muito na construção de um ideário democrático entre os intelectuais jornalistas e políticos, consolidando-se como “um valor de si” e não como uma escada para objetivos de direita ou esquerda.

Vale ressaltar que durante o golpe de 1963 a imprensa se articula e monta o que foi chamado de rede de democracia. Os jornais foram peças chaves na conspiração contra o governo. Segundo Marcos a imprensa preparou um crime para que os golpistas estivessem amparados pela opinião pública ou como pode-se dizer, pela opinião “publicada”. A opinião publicada não era exatamente majoritária e isso sempre aconteceu na imprensa brasileira.

Após discutir um pouco sobre a polarização vivida mundialmente no século passado, ressaltando a importância da queda do muro de Berlim para a democracia e a derrocada dos países comunistas, Roberto realiza as seguintes perguntas: E hoje... que estaria acontecendo hoje? Um reflexo momentâneo dos ideais democráticos? Para Roberto o que pode explicar isso é a ascensão de governos autoritários em diversos países como na França a frente nacional anti-imigrante, nacionalista e até pró-nazista ao lado do seu fundador Jean Marie Le Pen que já chegou duas vezes no segundo turno das eleições presidenciais. Na Itália a liga norte também anti-imigrante, nacionalista, xenofóbica, separatista que se tornou uma força no parlamento italiano, sistema apontado por Roberto como muito parecido com o governo da Áustria. Na Inglaterra a xenofobia se traduziu no Brexit. Nos Estados Unidos com a eleição de Donald Trump.

---

<sup>28</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2601/>

Pompeu após realizar toda esta reflexão aponta que “Um dos livros de maior impacto lançado é ‘Como as democracias morrem’ dos professores de Harvard Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (Steven Levitsky, convidado e entrevistado do veículo Folha de São Paulo em dois conteúdos analisados anteriormente). Roberto afirma que a tese central dos autores é que a cessada era dos golpes, as democracias hoje morrem pelo voto. A afirmação de Pompeo traz um alinhamento muito importante nos conteúdos apresentados pela Folha e pela Veja em favor da democracia e reforçando a ideia de grandes especialistas no tema.

Para encerrar este subtítulo o autor reflete sobre duas organizações que medem o estado da democracia e das liberdades ao redor do mundo: A revista inglesa *The Economist* e a ONG americana *Freedom House*. Pompeo aponta que em seus últimos relatórios as duas organizações apontam um declínio global nas práticas e valores democráticos. A *Economist* mostra uma queda média de 0,04% de 2016 para 2017 considerando 165 países e dois territórios pesquisados, sendo que um total de 89 países retrocedeu, enquanto 51 permaneceram estagnados e só 27 avançaram. Os critérios avaliados são cinco: processo eleitoral e pluralismo, liberdades civis, funcionamento do governo, participação política e cultura política. A pesquisa tenta definir os países em quatro blocos: democracias plenas, falhas, regimes híbridos e autoritários. Após apontar algumas novidades no relatório, o autor afirma que sem surpresas o Brasil desponta como uma democracia falha, tendo companhia dos Estados Unidos. A justificativa para a denominação deste bloco para o Brasil é a corrupção. O relatório mostra que as “malfeitorias entre políticas e muitas empresas realizaram uma troca de contratos governamentais e favores políticos.” Já a *Freedom House* possui as mesmas diretrizes da *Economist* mas com foco nas liberdades e não na democracia. Os critérios de avaliação estão ligados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Conforme descreve Roberto a instituição investigou 195 países e quatorze territórios em 2017 e concluiu que 45% deles são livres, 30% parcialmente livres e 25% não livres. Nesta avaliação o Brasil ficou entre os livres mas na conclusão final do relatório fica explícito a seguinte frase: “Direitos políticos e liberdades civis ao redor do mundo deterioraram-se em 2017 para o seu mais baixo ponto em uma década, ampliando um período caracterizado por revigorados autocratas, ameaçadas democracias e o recuo dos Estados Unidos de seu papel de líder na luta global pela liberdade humana”. Encerrando Roberto concluiu após analisar a pesquisa das duas organizações que é sabido que os próprios brasileiros fariam do estado sua

democracia e se descontentavam com a desordem nas instituições, a ilegitimidade da representação política e a disfuncionalidade da ação governamental. Porém o autor aponta como novidade um candidato a presidente que louva a ditadura e faz pouco dos direitos humanos. Nesta última parte mesmo sem citar Roberto de forma nítida quis se referir ao candidato Jair Bolsonaro.

Vale ressaltar a grande ligação que existe entre os direitos humanos e a democracia e sua respectiva importância para os cidadãos. Para o sociólogo britânico Marshall a teoria dos direitos humanos é composta por três gerações: A primeira é o conceito de liberdade, de cidadania e seus elementos civis, compostas pelos direitos necessários à liberdade individual de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento, fé, direito à propriedade e à justiça. Como segunda é o conceito do poder político e dos seus direitos de entender, participar, seja como um membro ou como um participante ativo, uma autoridade política ou apenas um eleitor. E por último e terceira, o elemento social, que diz a respeito das questões de direito social, que vai desde um mínimo de bem-estar econômico e segurança, até o direito de participar por completo do patrimônio social e levar a vida de acordo com os padrões vigentes na sociedade.

Para encerrar este documental Pompeu chega ao seu último subtítulo do tema democracia, denominado: E o futuro? O autor diz que antes de responder à pergunta é necessário voltar ao passado, onde havia na ditadura dois tipos de censura contra a imprensa brasileira. Uma sendo um comunicado proibindo determinados assuntos. Outro era oficial dentro da redação que tinha um sensor instalado nela, um militar designado. Após refletir um pouco sobre a censura imposta pela ditadura à imprensa o autor deixa outra pergunta: Voltamos ao passado para perguntar, com relação ao futuro: é isso que se quer? Segundo Roberto um mito alimentado pelos que acreditam na ditadura quer fazer crer que o regime só atingia contestadores e a esquerda, mas a vítima verdadeira era a população em geral. Para o autor a crise da democracia atual possui um remédio eficaz: mais democracia. Com mais democracia deve-se entender como maior participação da população nas decisões governamentais, construção de uma sociedade mais igualitária em que todos sejam capazes de jogar o jogo. Conforme Ribeiro (2001) a democracia é o regime do povo comum, em que todos são iguais. Não é porque um se mostrou mais corajoso na guerra, mais capaz na ciência ou na arte que terá direito a mandar nos outros”

Figura 24 - A democracia brasileira



Fonte: VEJA

<sup>29</sup> A partir desta análise o autor reflete sobre a democracia brasileira. Referenciando fatos históricos como o aumento do eleitoral em 33% da população das eleições de 1960 (pré ditadura militar), comparado com a primeiras pós ditadura em 1982 que já representava 59 milhões de eleitores, ou seja 50% da população. Em 1989 na primeira eleição sob a constituição de 1988 o número de eleitores chegou a 55%. Hoje o país como uma população de 208 milhões de pessoas o país possui um eleitorado de 147 milhões, chegando a 70% dos habitantes. Roberto afirma que isto é um quesito no qual o país ainda vai bem, mas utilizando como referência o autor Norberto Bobbio afirma que na democracia ateniense era ainda mais participativa do que nas modernas. Antigamente a participação direta nas decisões governamentais eram regra e a eleição era exceção, hoje se tem o inverso disso.

Para Sócrates os verdadeiros cidadãos são naturalizados pela diversidade de sua participação.

Resulta de tudo isso que há várias espécies de cidadãos, mas os verdadeiros são apenas os que participam dos cargos. Quando

<sup>29</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2601/>

Homero fala de um fugitivo ou de um vagabundo é pela exclusão dos cargos públicos que o caracteriza. Tratado sem nenhum respeito, excluído da Cidade. (ARISTÓTELES, 1913, p. 24)

O autor reflete que este ponto democracia moderna está invertido em relação à democracia ateniense, não deixa de ser participação e aponta uma atenuação propiciada pela internet que deu voz aos indivíduos nas chamadas redes sociais, porém, longe de ser uma organizada forma de expressão política, pois nesse espaço se confundem sensatos e histéricos, vozes abalizadas e ignorantes. Para concluir Roberto ainda cita que o professor Umberto Eco radicalizou e chamou a internet de território dos imbecis.

Pompeu cita que a internet gerou a possibilidade de comunicação direta e instantânea de todos com todos no planeta e este instrumento da internet acena como uma viabilidade de recuperação da democracia direta pela via digital, visto que ali as decisões podem ser influenciadas e até coletivas. Para finalizar o autor reflete a importância de uma sociedade mais justa para a democracia. Citando o ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso e se apropriando de escritas de seu livro, Roberto diz que a desigualdade afeta o próprio exercício da liberdade, sendo os níveis de desigualdades existentes no Brasil moralmente inaceitáveis, uma ameaça à democracia completa. Para finalizar este grande documental o autor afirma que a desigualdade do nosso país é antiga e ressurge como doença que se acreditava erradicada, porém de décadas para cá o país sofreu com as crises fiscais que abalaram as estruturas do estado de bem estar social e aumentaram a desigualdade, além de alimentar a xenofobia e os partidos inimigos da democracia. Como deixa, Pompeu indica: “Trabalhar por um constante aperfeiçoamento das instituições, que garante a permanência da democracia, é um dos mais cruciais e imperativos que desafiam a nós brasileiros, nosso consolo é que, como ficou claro nestes últimos anos, é um imperativo igualmente para o resto do mundo”

O grande documental diagramado pela Veja, através de longas escritas e com algumas ilustrações chaves mostra a dificuldade do caminho democrático enfrentado pelo Brasil e pelo mundo, sugerindo uma linha do tempo, onde a reflexão de vários pontos é necessária para entender a importância da democracia para uma nação, representando também uma crescente do autoritarismo pelo mundo e também no Brasil o que evidentemente corrompe a democracia.

Para conseguir entender melhor o que o autor e o veículo apresentaram neste documental podemos citar Bertone.

As ideologias que ganharam notoriedade depois da Primeira Guerra na Europa (Nazismo, Fascismo e Comunismo) e que tinham em comum o fato de serem antiliberais e antidemocráticas, já vinham ganhando terreno desde o final do século XIX. Como doutrinas da violência que eram, estavam na ordem do dia após o conflito: na postura de seus principais representantes, a retórica e a violência se sobrepunham à razão e à ação. (BERTONE 2015, p.4)

<sup>30</sup> O último conteúdo que será analisado deste veículo é uma continuação (costura) do conteúdo documental escrito por Roberto Pompeu. O artigo analisado é escrito por Daniel Ziblatt já citado em outros conteúdos analisados como cientista político e professor da universidade de Harvard e coautor de “Como as democracias Morrem” escrito por Steven Levitsky. O Artigo traz por título: “Futuro em risco” e por subtítulo: “Após um período de expansão, os regimes democráticos começam a definir em vários países. Para evitar o retrocesso, é preciso estar atento aos sinais de alerta”.

Figura 25 - Futuro em risco

**A DEMOCRACIA \* ARTIGO**

## FUTURO EM RISCO

Após um período de expansão, os regimes democráticos começam a definir em vários países. Para evitar o retrocesso, é preciso estar atento aos sinais de alerta

**DANIEL ZIBLATT\***

**HOJE, MUITO SE COMENTA** que o futuro da democracia em todo o mundo não é brilhante. Novas democracias regredem, e as antigas enfrentam desafios sem precedentes. A onda global de democracia que parecia ter chegado ao clímax nos anos 1990, com o colapso dramático do comunismo, perdeu força. É essa a visão predominante. Contudo, para refletirmos de maneira útil sobre o futuro da democracia, devemos começar a pensar sobre o seu passado.

Muitas vezes na história ocorreram momentos em que a democracia apareceu triunfante. Mas esses períodos de entusiasmo foram sempre de curta duração. Considere a primeira onda democrática do século XX. Em 1918, o quase simultâneo colapso dos impérios Otomano, Russo, Austro-Húngaro e Alemão parecia significar que a democracia estava em ascensão. Antes de 1918, existiam apenas três repúblicas na Europa. Depois dessa data, havia treze. O astuto observador britânico James Bryce escreveu, em 1921, que o mundo estava testemunhando “a aceleração universal da democracia como forma normal e natural de governo”. A alegria durou pouco. A ascensão de Benito Mussolini na Itália, em 1922, desencadeou uma onda de autoritarismo que varreu Portugal, Espanha, Alemanha e França.

A história raramente se move em uma direção. Expansões democráticas são sempre acompanhadas por contrações. Como aconteceu depois de 1918, estamos hoje passando por um momento de recessão democrática que se seguiu à grande explosão de transições pós-Guerra Fria. De acordo com uma análise feita em 178 países, conduzida pelo The Varieties of Democracy Project, um terço da população mundial vive em democracias que estão regredindo. Por um lado, está claro que o número de democracias se expandiu dramaticamente desde os anos 1990. No fim de 2017, a maioria das pessoas no planeta ainda vivia em democracias. Em meados dos anos 2000, porém, dobramos uma esquina. O crescimento de novas democracias perdeu velocidade. Em países que pareciam ser novas democracias promissoras, como Turquia, Polónia, Venezuela e Hungria, as coisas começaram a definir. A partir de 2017, pela primeira vez desde 1979, a quantidade de países que vêm retrocedendo é a mesma de nações que estão avançando.

No entanto, ainda que existam semelhanças com o passado, a história não se repete. Para confrontarmos os desafios de nossa era, não devemos apenas aprender com a história. Devemos reconhecer que os desafios atuais são novos. Primeiro, o modo como as democracias morrem hoje é diferente. Durante a maior parte do século XX, as democracias geralmente terminavam de forma espetacular, por meio de golpes militares, revoluções ou revoltas violentas, em que líderes revolucionários confrontavam os contrarrevolucionários. Um exemplo foi o bombardeio do palácio presidencial La Moneda, no Chile, em 1973, que levou o general Augusto Pinochet ao poder naquela que parecia ser a democracia mais estável — e antiga — da América Latina.

O mundo mudou depois de 1990. Desde o colapso do comunismo, a maioria das democracias morre nas urnas. Elas não caem pelas mãos de generais, e sim pelas mãos de presidentes e primeiros-ministros, que são eleitos. Isso lhes dá alguma aparência de legitimidade democrática. Entretanto, no poder, eles atacam as instituições mediante decisões parlamentares, judiciais e referendos.

Como as eleições se tornaram a maneira pela qual quase todos os países organizam suas políticas, eles adotam as armadilhas formais da democracia, sem necessariamente adotar sua essência. Essa nova realidade significa que as democracias hoje morrem de maneira muito mais sutil do que no passado. Como resultado, os cidadãos e analistas frequentemente não percebem quando isso está acontecendo, até ser tarde demais. Os cidadãos debatem calorosamente se estão exagerando ou não. Enquanto isso, os políticos atacam os tribunais, a burocracia e as instituições coercitivas, alegando falar em nome do “povo” que os elegeram. Vestidos com uma retórica democrática, marginalizam os rivais e tentam garantir suas vantagens a longo prazo, alterando o equilíbrio no campo da competição política. Eles mudam as regras eleitorais para dividir a oposição e reescrever as constituições para dar mais poder aos presidentes. Na Hungria, na Venezuela e na Turquia, líderes autoritários de esquerda ou de direita seguem a mesma cartilha.

Uma vez que as democracias terminam de modo mais discreto, é especialmente importante que analistas e cidadãos reconheçam os sinais de alerta quando uma crise se instala. A boa notícia é que existem vários alarmes claros. O primeiro deles é a polarização partidária extrema, que torna qualquer sistema político vulnerável a crises. Certamente, alguma polarização e lutas políticas dadas entre partidos são positivas e ajudam a fazer a prestação de contas funcionar. Os políticos

**“A maioria das democracias morre nas urnas. Elas não caem pelas mãos de generais, e sim de presidentes e primeiros-ministros”**

precisam representar os grupos que os elegem, e o desacordo é fundamental para ajudar as sociedades a resolver problemas reais. Contudo, quando a polarização é extrema, partidos e políticos começam a considerar seus rivais não simplesmente como rivais, mas como “ameaças existenciais”. São chamados de criminosos, bandidos ou agentes de potências estrangeiras. Por isso não podem ter direito algum de governar. Quando os políticos usam essa retórica extrema que parece questionar o próprio conceito de “oposição legítima”, a democracia pode começar a se corroer.

Um segundo sinal de alerta é quando candidatos atacam as regras básicas do jogo democrático questionando a Constituição ou a legitimidade das eleições. Acusam rivais de ser criminosos ou subversivos, criticam as liberdades civis básicas, como a imprensa livre, e encorajam a violência.

Em uma época em que as democracias morrem nas urnas, é fundamental que os cidadãos estejam alertas a esses sinais. Os políticos nos dizem frequentemente o que planejamos fazer. Então, os cidadãos devem levar a retórica a sério e tratar esses sinais como “linhas vermelhas”, que não podem ser ultrapassadas. Se um candidato violar qualquer dessas linhas, devemos esperar que, assim que estiver no cargo, aja de acordo com o que disse.

No mundo atual do autoritarismo eleitoral, para que a democracia sobreviva, acima de tudo, não devemos considerar que ela já está garantida. Os cidadãos não podem agir de forma imprudente. Devem exigir que seus eleitos atuem com responsabilidade. A democracia está em nossas mãos, e sua sobrevivência corre risco. ■

\*Daniel Ziblatt, cientista político, professor da Universidade Harvard, é coautor de *Como as Democracias Morrem* (Zahar, 2018), escrito com Steven Levitsky

84 20 DE SETEMBRO, 2018

20 DE SETEMBRO, 2018 88

Fonte: VEJA

<sup>30</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2601/>



Ziblatt começa o seu artigo afirmando que para entender o futuro da democracia primeiramente devemos voltar ao passado. Para Daniel tiveram muitos momentos na história que a democracia parecia triunfante, mas que duraram pouco tempo. Segundo o autor a primeira onda democrática se deu no século XX pois antes de 1918 só existiam apenas três repúblicas na Europa, após esta data o número subiu para treze. Citando James Bryce que o autor denomina como um astuto observador, escreveu que o mundo estava testemunhando a “aceitação universal da democracia como forma natural de governo”. Porém em 1922 a ascensão de Mussolini na Itália desencadeou uma grande onda de autoritarismo. Conforme a professora Bezerra (2014), o fascismo liderado primeiramente pela imagem de Benito Mussolini inspirou outros movimentos políticos de direita.

Ziblatt afirma que as expansões democráticas são sempre acompanhadas por contrações, dando o exemplo do que ocorreu em 1918 o autor compara com os dias de hoje. Descrevendo mais sobre o tema Ziblatt se apropria de uma análise realizada pelo *The Varieties of Democracy Project*, que diz que um terço da população mundial vive em democracias que estão regredindo. As democracias expandiram desde os anos 1990, mas desde os anos 2000 este crescimento perdeu velocidade. O autor afirma que em países que pareciam democracias promissoras como Turquia, Polônia, Venezuela e Hungria as coisas começam a definhar, pois desde 1979 a quantidade de países que retrocedem é a mesma de nações que avançam. A partir desta reflexão Ziblatt afirma que por mais que se tenha semelhanças com o passado a história não se repete e não devemos aprender com ela mas sim com os desafios atuais. O primeiro ponto segundo Daniel é que o modo como as democracias morrem é diferente. Durante a maior parte da história as democracias acabavam por meio de golpes militares, revoluções e revolucionários, dando como exemplo o bombardeio do palácio presidencial La Moneda que levou Augusto Pinochet ao poder no que parecia ser a democracia mais estável. Para Daniel Ziblatt o mundo mudou e a maioria das democracias morre nas urnas e caem pelas mãos de presidentes e primeiros ministros eleitos, o que lhes dá uma aparência de legitimidade democrática no poder e desta forma eles atacam instituições mediante decisões parlamentares e judiciais, uma realidade que significa que as democracias morrem de maneira mais sutil. Desta forma o autor afirma que como o processo é mais discreto é especialmente importante que os analistas e cidadãos reconheçam os sinais de alerta quando uma crise se instaura.

Aqui serão destacados os sinais de alertas descritos por Daniel Ziblatt.

**1** – O primeiro deles é a polarização partidária extrema que torna qualquer sistema político vulnerável a crises. O autor afirma que algumas polarizações e lutas políticas entre partidos ajudam a prestação de contas funcionar, mas quando a polarização é extrema, partidos e políticos começam a considerar seus rivais como “ameaças existenciais”. São chamados de criminosos, bandidos e por isso não têm o direito de governar. Quando os políticos usam essa retórica extrema que questiona o conceito de oposição legítima a democracia pode se corroer.

Conforme declaração de Bolsonaro em 1999: “Através do voto você não vai mudar nada nesse país, nada, absolutamente nada! Só vai mudar, infelizmente, se um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro, e fazendo o trabalho que o regime militar não fez: matando uns 30 mil, começando com o FHC, não deixar para fora não, matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente.”

**2** – O segundo sinal de alerta é quando candidatos atacam as regras básicas do jogo democrático questionando a constituição ou a legitimidade das eleições, acusando rivais de criminosos ou subversivos, criticam as liberdades básicas como a imprensa livre e encorajam a violência.

Em 1999, Bolsonaro deu outra declaração: “A atual Constituição garante a intervenção das Forças Armadas para a manutenção da lei e da ordem. Sou a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que este Congresso dê mais um passo rumo ao abismo, que no meu entender está muito próximo.”

Para finalizar Daniel Ziblatt conclui seu artigo dizendo que em uma época onde as democracias morrem nas urnas é fundamental que os cidadãos fiquem alertas a estes sinais. Para o autor devemos levar a retórica do que dizem os políticos a sério e tratar com linhas vermelhas caso algum candidato ultrapasse, ou viole esta linha. É necessário esperar que ele aja assim de acordo com o que disse.

Para considerar que a democracia sobreviva, não devemos considerar que ela já está garantida. Os cidadãos não podem agir de forma imprudente. Devem exigir que seus eleitos atuem com responsabilidade. A democracia está em nossas mãos, e sua sobrevivência corre risco (ZIBLATT, 2018)

Conforme a fala de Ulysses Guimarães em seu discurso sobre a Constituição em 1988 “A Constituição ter alargado o exercício da democracia. É o clarim da

soberania popular e direta tocando no umbral da Constituição para ordenar o avanço no campo das necessidades sociais.” (GUIMARÃES, 1988)

## 11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois veículos estudados nesta pesquisa possuem um grande histórico de credibilidade e participação na história da formação política do Brasil.

Em uma época onde as crises tomaram conta do sistema político do país e inúmeros casos de corrupção foram revelados, inclusive tendo como ápice o impeachment da primeira presidente mulher do país, Dilma Rousseff e com a prisão do ex-presidente da república Luis Inácio Lula da Silva, o sistema democrático do país se tornou vulnerável e um terreno fértil para o crescimento de uma onda “autoritarista”. O fato surge também pela necessidade de seus cidadãos buscarem um líder forte que desse de volta ao povo o sentimento de patriotismo, acompanhado da promessa de colocar o país de volta aos eixos.

A polarização aumentada pôs em “*check*” o valor da democracia assim como da integridade de participação do povo neste sistema, expresso na necessidade de exercer seu direito de participação. Esta sede de participação se concretiza em sua grande maioria a partir do voto, da eleição, onde um representante é escolhido para representar a sociedade frente a questões de necessidades básicas, como educação, saúde, infraestrutura e uma economia sustentável que agrada os âmbitos da população nacional. A discussão sobre o sistema político se devaneia entre boatos que circulam nas ruas, mas principalmente entre as redes sociais que abriram caminho para que cada cidadão independente do seu grau de participação, pudesse ter a liberdade de explanar sua opinião em uma plataforma de comunicação mundial, com uma falsa impressão de estar naquele momento participando da política do país, ou sendo ouvido pelo seu sistema. Mas e os jornais? E o jornalismo? O jornalismo considerado o quarto poder social prestando um serviço público, deve estar atento aos mais diversos movimentos realizados dentro do executivo, judiciário e legislativo, a fim de poder ser porta voz do povo e com o viés questionador, mas principalmente investigador.

O jornalismo a partir da sua competência no campo da informação tem por dever ser uma frente do sistema democrático que possa fazer com que as pessoas reflitam sobre as decisões e ações de seus representantes e o rumo que o país estar tomando ou pode tomar. Na democracia o que realmente pode mudar isso é o voto, sendo ele a favor ou contra a democracia. É válido salientar que o jornalismo não deve usar de sua condição para influenciar qualquer tipo de ação para seu benefício ou

interesse próprio, mesmo que tenha um editorial forte que defenda a esquerda ou direita do sistema político.

O jornal Folha de São Paulo e a Revista Veja são meios de credibilidade e possuem uma grande força informativa.

A presente pesquisa teve como questão norteadora: *Qual foi a abordagem do jornal Folha de São Paulo e a Revista Veja sobre o risco à democracia em matérias publicadas durante a campanha de 2018, especialmente do candidato Bolsonaro?* Para tentar conseguir uma resposta que pudesse atender a este questionamento, foi utilizado como metodologia de pesquisa a análise de conteúdo. A resposta da pergunta revela que os dois veículos possuem um grande apreço pela democracia. Durante a campanha presidencial de 2018, os dois meios buscaram apresentar em seus impressos e digitais específicos que o país estava à beira de um possível futuro autoritarismo. Para comprovar esta defesa, os meios de comunicação se basearam em pontos muito importantes, como fatos históricos e ligações que demonstravam que Bolsonaro que viria ser o futuro presidente do Brasil, possuía traços que colocavam em risco a democracia, a Constituição do país e até mesmo os direitos humanos da população.

Através de grandes especialistas que trabalham o tema “democracia”, os dois veículos apresentaram entrevistas e artigos que buscavam revelar aos seus leitores os sinais que traçaram o perfil autoritário que se apresentava em um dos candidatos a presidente da República. A Folha de São Paulo propôs uma comunicação mais direta, que revelava uma grande preocupação com a democracia do país apontando diretamente o candidato Bolsonaro. A Veja procurou realizar uma comunicação mais teórica e indireta do tema, sem explicitar o nome do candidato Bolsonaro, mas reforçando em cada um dos conteúdos analisados seu apreço e sua defesa à democracia frente a crescente onda autoritária que se estabeleceu no mundo. É curioso ver que mesmo um veículo sendo diário e o outro semanal e com direcionamentos um pouco distintos, ambos acabaram buscando especialistas relacionados para construir a base argumentativa de defesa da democracia, como Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, o autor e coautor do livro “Como as democracias Morrem”. Eles também trazem uma importante e valiosa consideração para esta pesquisa: as democracias no século atual morrem pelo voto e não por um golpe militar, revolução ou revolucionários. É claro que os veículos não se apropriaram apenas desses autores, mas de outros como Platão, Aristóteles, Norberto Bobbio, entre outros

especialistas em política e democracia para afirmar seus ideais de defesa ao sistema democrático. O editorial da Folha de São Paulo um dia após as eleições de 2018 é um resumo do que foi abordado pelo veículo durante a campanha. A Veja ousou ser mais direta em suas capas, pré e pós campanha com ilustrações que falavam de uma ascensão do autoritarismo.

É válido ressaltar que foram analisadas as versões digitais que são réplicas das impressas e que o nicho de público dos dois veículos é diferente. Na Folha de São Paulo é possível reconhecer que há muitas costuras de conteúdos com uma distância de uma ou duas semanas como uma maneira de “requestrar” uma pauta. Além disso é necessário que o leitor tenha um amplo conhecimento em história política do Brasil e de diversos outros países, assim como ciência das situações econômicas e sociais do país. Caso o leitor não tenha essa contextualização os fatos apresentados se tornam apenas relatos, sem atingir diretamente o objetivo da mensagem. Quanto a Veja para abordar os temas pertinentes ao veículo e aos seus leitores e por se tratar de uma revista de um maior espaço de diagramação e de veiculação semanal, fica um pouco mais fácil entender a mensagem de maneira geral, mesmo sem ter um conhecimento ou domínio de temas políticos e econômicos. Talvez se explique a abordagem da revista ser mais estruturada a partir de fatos históricos.

Para que fosse possível guiar a análise e concluir uma resposta para a questão norteadora, foram estabelecidas cinco hipóteses.

Hipóteses:

*1 - O jornalismo dos veículos se preocupou e protegeu a democracia.*

*2 - Faltou incisão do jornalismo para que sua mensagem fosse ouvida.*

*3 - O veículo Veja apresentou um posicionamento diferente de outras edições.*

*4 - O jornal a Folha de São Paulo deu a devida importância ao candidato Bolsonaro tardiamente.*

*5 - O jornalismo não é mais o principal intermediador entre a política e a sociedade.*

Conclusões das hipóteses:

1 – Claramente o jornalismo dos dois veículos assim como afirmado na resposta à questão norteadora defendeu a democracia e a protegeu com seus princípios de comunicação nos mais diferentes tipos de conteúdo. Esse posicionamento ficou nítido em editoriais, demonstrando que a defesa do sistema democrático continuaria dentro do veículo independentemente do resultado da

eleição. Além disso os meios não atuavam apenas com a própria credibilidade e nem deveriam. Os veículos buscaram a referência em diferentes especialistas para obter o melhor ensaio possível para abordar o tema.

2 – Seria precipitado e possivelmente um erro afirmar que a mensagem passada pelo jornalismo não foi entendida pela população. É sim preocupante o fato de que um candidato sobre qual os dois veículos apontaram traços autoritários, tenha sido eleito. Porém o jornalismo é apenas um dos fatores que podem influenciar na definição do voto do eleitor, assim também, não são apenas dois veículos que por mais que tenham renome possam influenciar diretamente a trajetória que o país irá seguir em pleno século XXI. Os dois meios atuaram nos seus devidos papéis, a favor da democracia e demonstrando real importância para o futuro do país.

3 – Historicamente o veículo Veja já havia demonstrado com um perfil mais voltado à direita do lado político, que se preocupa principalmente com as questões econômicas do país. Nos conteúdos analisados nesta pesquisa, a Veja mostrou que sua maior preocupação era com o rumo que a democracia do Brasil estava tomando. A revista entendeu que o país estava em uma situação que colocava a democracia em risco, devido até mesmo ao histórico recente do cenário político que proporcionava um terreno fértil ao autoritarismo.

4 - Esta hipótese não se confirmou. O veículo começou a abordagem ao candidato no momento em que se fazia necessário, logo no início das campanhas. Em nenhum momento nos conteúdos analisados a Folha de São Paulo tratou o candidato Bolsonaro como inferior aos demais, mas sim, deu destaque aos traços antidemocráticos que o mesmo apresentou durante toda sua vida política, com bases em falas do próprio candidato e em teorias de cientistas políticos, filósofos e dominantes do tema democracia.

5 – Seria um erro afirmar esta hipótese sem se valer de uma pesquisa que demonstre que a força do jornalismo se perdeu como intermediador do debate político. Nesta análise que conteve veículos de públicos um tanto nichados, não é possível encontrar nenhum indício que atenda esta hipótese. Inclusive sugere-se esta hipótese como tema para um futuro e amplo trabalho de pesquisa, que possa colocar em evidência o peso do jornalismo e das redes sociais como intermediadores.

O objetivo geral desta pesquisa era: *Analisar a atuação jornalística na campanha presidencial de 2018*. Após realizar a análise do *corpus* desta investigação,

podemos afirmar que o mesmo foi atingido. Quanto aos objetivos específicos, foram elencados quatro.

*1 - Entender a maneira de abordagem do jornalismo tradicional nas eleições presidenciais de 2018.*

*2 - Compreender se a imprensa perdeu o protagonismo no debate político.*

*3 - Perceber cenários futuros para as próximas eleições relativos à cobertura jornalística.*

*4 - Identificar se a imprensa foi complacente com as ideias antidemocráticas durante a campanha.*

Resultados:

1 – Foi possível entender que o jornalismo dos veículos analisados buscou alicerçar seus argumentos com base na defesa da democracia, abordando o tema com pertinência e incisão para seus respectivos leitores, dentro do jornal diário e da revista semanal.

2 – Como já identificado na hipótese de número cinco, seria precipitado afirmar isso, visto que se faz necessário uma pesquisa mais ampla e direcionada para atingir este objetivo.

3 – Para conseguir perceber cenários futuros, seria de extrema importância analisar também conteúdos mais atuais. Porém a maneira de abordar e investigar o sistema político e defender a democracia se mostrou um marco que independente do que acontecer prevalecerá. Portanto podemos acenar que possivelmente o jornalismo destes veículos irá retomar os temas do mandato atual buscando defender a democracia e principalmente apresentando os benefícios de uma via democrática.

4 – Em nenhum momento o jornalismo destes dois veículos se permitiu ser complacente com qualquer ideal anticonstitucional, anti-humano ou antidemocrático. É adequado assinalar que o veículo Folha de São Paulo por possuir sua comunicação direta e diária, abordou em menor quantidade o outro lado da opinião, onde o presidencial Bolsonaro não apresentava um risco à democracia, afirmando que a mesma já estava fragilizada.

O estudo além de ter grande importância para mim como futuro jornalista e tratar de um tema o qual particularmente sinto grande afinidade por envolver política e fatos históricos, atendeu uma necessidade de demonstrar que o jornalismo é uma fonte fundamental de defesa do sistema democrático. Além disso foi de extrema importância entender de fato a história política do nosso país e como a democracia



esteve constantemente colocada em risco e fragilizada, pois mesmo depois da Constituinte de 1988 nossos representantes continuam violando nosso sistema democrático.

Os veículos Folha de São Paulo e Veja já receberam diversas análises e continuarão recebendo, pois possuem credibilidade o suficiente para isso. Ficou claro neste trabalho que mesmo tendo vieses diferentes os dois meios se preocuparam e particularmente “lutaram” dentro do período de campanha analisado tentando informar ao seu público que o país estava frente a uma crescente via autoritária pelas mãos de um candidato que durante toda vida política exibiu isso sem receio.

Este trabalho tem potencial para ser continuado observando o período eleitoral de 2022, com o objetivo de entender como os veículos abordados nesta pesquisa irão trabalhar seus conteúdos a favor da democracia nas diversas plataformas e nas redes sociais. Em um ambiente que continua polarizado é muito importante ver se o jornalismo irá atuar por “bolhas” no meio digital ou irá romper as mesmas.

## REFERENCIAS

- 10 fatos que marcaram as eleições de 2018.** 2018 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/10-fatos-que-marcaram-as-eleicoes-de-2018.ghtml>. Acesso em: 08 set. 2021
- ABREU, Alzira Alves de. **REVOLUÇÃO DE 1930.** s.d
- ALMEIDA, João Paulo Martins de *et al.* **A relação entre a imprensa, o acontecimento discursivo do golpe-impeachment e o desmonte das políticas públicas.** 2020
- ARAUJO, Cristiane Ferreira de Souza et al. **Redes Sociais e as Eleições 2018: uma perspectiva a partir da análise das redes sociais dos candidatos no segundo turno.** 2019. Disponível em: <https://login.semead.com.br/22semead/anais/arquivos/962.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.
- ARAUJO, Luciana Danielli de; QUEIROZ, Claudete Fernandes de. **Pesquisa Bibliográfica, estratégias de buscas e fontes de informação: conceitos e abordagens.** 2020
- ARENDT, Hannah. **O Que É POLÍTICA?** 1950.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2004, 229p.
- BEZERRA, Juliana. **Diferenças entre Capitalismo e Socialismo.** 2017. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/diferencas-entre-capitalismo-e-socialismo/>. Acesso em: 10 set. 2021.
- BEZERRA, Juliana. **Fascismo.** 2014. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/fascismo/>. Acesso em: 13 jul. 2021.
- BEZERRA, Juliana. **Nazismo.** 2014. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/nazismo/>. Acesso em: 05 out. 2021
- BEZERRA, Juliana. **Revolução Gloriosa (1688).** 2015. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/revolucao-gloriosa/>. Acesso em: 25 out. 2021.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda.** 1995.

BORBA, Julian. **Ciência Política**. 2014

BUOURO, Cibele. **O jornalismo político no Brasil e sua trajetória**. 2015. 17 f. Tese (Doutorado) - Curso de Jornalismo, USP, São Paulo, 1995.

CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de. **O DIÁLOGO DEMOCRÁTICO: ALAIN TOURAINE, NORBERTO BOBBIO E ROBERT DAHL**. 2001

CÂMARA, Rádio. **Íntegra do discurso presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães**. s.d. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integra-do-discurso-presidente-da-assembleia-nacional-constituente-dr-ulysses-guimaraes-10-23/>. Acesso em: 01 out. 2021.

CAPITAL, Carta. **Bolsonaro em 25 frases polêmicas**. 2018. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/Politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 02 ago. 2021.

CARVALHO, Talita de. **Ditadura Militar no Brasil**. 2021. Disponível em:

<https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>. Acesso em: 31 jul. 2021.

CASTRO, Alexandre. **Teorias do Jornalismo, Desenvolvimento Internacional e Impasses Brasileiros**. 2012

CASTRO, Celso de. **A proclamação da república**. s.d

COOK, Timothy E. **O jornalismo político**. s.d

D'ARAUJO, Maria Celina. **O AI-5**. s.d Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 20 set. 2021.

ELEITORAL, Tribunal Superior. **Divulga TSE**. s.d. Disponível em:

<http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>. Acesso em: 04 set. 2021.

ESTRANHO, Redação Mundo. **Qual a diferença entre comunismo e socialismo: três trabalhos de Karl Marx são a base para entender esses sistemas políticos**. 2020. Disponível em:

<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-a-diferenca-entre-comunismo-e-socialismo-existiu-algum-pais-realmente-comunista/>. Acesso em: 10 out. 2021.

FACHIN, Patricia; MACHADO, Ricardo. **Eleições 2018. A radicalização da polarização política no Brasil. Algumas análises. Entrevistas especiais.** 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/583456-eleicoes-2018-a-radicalizacao-da-polarizacao-politica-no-brasil-algumas-analises-entrevistas-especiais>. Acesso em: 15 out. 2021.

GOULART, Michele *et al.* **Comunicação e Política: interfaces em esferas regionais.** 2019.

GRADIM, Anabela. **Manual do Jornalismo.** 2000.

ITUASSU, Arthur *et al.* **DE DONALD TRUMP A JAIR BOLSONARO: democracia e comunicação política digital nas eleições de 2016, nos estados unidos, e 2018, no brasil.** 2019.

JAMIL, Francisco Paulo *et al.* **Estudos Sobre o Jornalismo Político.** 2018

RIBEIRO, Renato. **A democracia.** 2001

JORNALISMO, A Dimensão Política do. **A dimensão política do jornalismo.** 2006

LEVITSKY, Steven, ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Tradução: Renato Aguiar. 1 ed. São Paulo: Zahar, 2018 (LIVRO DIGITAL) 364 p

MELO, José Marques de. **Jornalismo Político: Democracia, Cidadania, Anomia.** 2008.

MENEZES, Pedro. **Capitalismo.** 2015. <https://www.todamateria.com.br/capitalismo/>. Acesso em: 08 ago. 2021.

MIRANDA, Juliana. **O Fim do Regime Militar.** s.d. Disponível em: <https://www.grupoescolar.com/pesquisa/o-fim-do-regime-militar.html>. Acesso em: 15 set. 2021.

MONTALVÃO, Sérgio. **FOLHA DE S. PAULO.** s.d. Disponível em: <http://fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/folha-de-sao-paulo>. Acesso em: 14 set. 202

MONTALVERNE, Camila. **Jornalismo político no Brasil e democracia: potencialidades e tensões.**s.d

MOREIRA, Henrique. **A transição do jornalismo partidário para o jornalismo de informação e a formação dos impérios midiáticos no Brasil.** 2014.

MOREIRA, Manoel Henrique Tavares. **A Transição do Jornalismo Partidário para o Jornalismo de Informação e a Formação dos Impérios Midiáticos no Brasil.** 2013

NAPOLITANO, Marcos. **1964, Histórias do regime militar brasileiro.** 2014

NEVES, Daniel. **Republica populista.** s.d. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/republica-populista-1945-1964.htm>. Acesso em: 10 out. 2021.

OLIVEIRA, Mônica de Sousa. **“Impeachment”:** O Papel da Folha de São Paulo na queda do “fenômeno” Collor. 2013.

ROSA, Ana Cristina *et al.* **TSE NAS ELEIÇÕES 2018:** um registro da atuação do gabinete estratégico pelo olhar dos seus integrantes. 2020

SÁ, Alexandre Franco de. **Platão e a beleza ambígua da democracia: a tensão entre filosofia e democracia.** 2017

SHARP, Gene. **Da ditadura a democracia.** 1993.

SILVA, Franco Alves da. **O racismo de Jair Bolsonaro: origens e consequências.** 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2020/O-racismo-de-Jair-Bolsonaro-origens-e-consequ%C3%A2ncias>. Acesso em: 18 ago. 2021.

SILVA, Maria Salete da. **Democracia e sujeito: uma relação indissociável na obra de Alain Touraine.** 2008

SIQUEIRA, Carla. **A IMPRENSA COMEMORA A REPÚBLICA.** 1994

SOUSA, Angélica Silva de *et al.* **A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS.** 2021

TATAGIBA, Luciana. **Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff.** 2018. Disponível em: [https://brill.com/view/journals/luso/17/1/article-p112\\_8.xml?language=en](https://brill.com/view/journals/luso/17/1/article-p112_8.xml?language=en). Acesso em: 24 set. 2021.

TAVARES, Camila Quesada. **O Papel Político do Jornalismo: as "convicções" da gazeta do povo e a interferência na prática profissional**. 2019. Disponível em: [http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT8/gt8\\_Tavares.pdf](http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT8/gt8_Tavares.pdf). Acesso em: 06 jul. 2021.

TEIXEIRA, Carla. **Getúlio Vargas do Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/getulio-vargas-do-brasil>. Acesso em: 20 out. 2021.

THALAMEINER, August. **Sobre o Fascismo**. 2010.

TREVISAN, Rita et al. **A rainha Elizabeth é chefe de Estado de quantos países? Quais são eles?** 2011. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2219/a-rainha-elizabeth-e-chefe-de-estado-de-quantos-paises-quais-sao-eles>. Acesso em: 20 out. 2021.

TROSTER, Roberto Luis. MOCHON, Francisco. **Introdução à economia**. São Paulo: Makron Books, 1999

TRUDE, João Martins. **Conceitos gerais de políticas públicas**. 2019

VELASQUEZ, Muza Clara Chaves; KUSHNIR, Beatriz. **VEJA**. s.d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/veja>. Acesso em: 24 out. 2021.

## ANEXOS

### ANEXO A: Discurso de Ulysses Guimarães sobre a constituinte de 1988

“Senhoras e senhores constituintes.

Dois de fevereiro de 1987. Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. São palavras constantes do discurso de posse como presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

Hoje, 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição, a Nação mudou. (Aplausos). A Constituição mudou na sua elaboração, mudou na definição dos Poderes. Mudou restaurando a federação, mudou quando quer mudar o homem cidadão. E é só cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa.

Num país de 30 milhões, 401 mil analfabetos, afrontosos 25 por cento da população, cabe advertir a cidadania começa com o alfabeto. Chegamos, esperamos a Constituição como um vigia espera a aurora.

A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo.

A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca.

Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito. Rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério.

Quando após tantos anos de lutas e sacrifícios promulgamos o Estatuto do Homem da Liberdade e da Democracia bradamos por imposição de sua honra.

Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. (Aplausos)

Amaldiçoamos a tirania aonde quer que ela desgrace homens e nações. Principalmente na América Latina.

Foi a audácia inovadora, a arquitetura da Constituinte, recusando anteprojeto forâneo ou de elaboração interna.

O enorme esforço admissional pelas 61 mil e 20 emendas, além de 122 emendas populares, algumas com mais de 1 milhão de assinaturas, que foram

apresentadas, publicadas, distribuídas, relatadas e votadas no longo caminho das subcomissões até a redação final.

A participação foi também pela presença, pois diariamente cerca de 10 mil postulantes franquearam livremente as 11 entradas do enorme complexo arquitetônico do Parlamento à procura dos gabinetes, comissões, galeria e salões.

Há, portanto, representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiras, de menores carentes, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar.

Como caramujo guardará para sempre o bramido das ondas de sofrimento, esperança e reivindicações de onde proveio.

Nós os legisladores ampliamos os nossos deveres. Teremos de honrá-los. A Nação repudia a preguiça, a negligência e a inépcia.

Soma-se a nossa atividade ordinária bastante dilatada, a edição de 56 leis complementares e 314 leis ordinárias. Não esquecemos que na ausência da lei complementar os cidadãos poderão ter o provimento suplementar pelo mandado de injunção.

Tem significado de diagnóstico a Constituição ter alargado o exercício da democracia. É o clarim da soberania popular e direta tocando no umbral da Constituição para ordenar o avanço no campo das necessidades sociais.

O povo passou a ter a iniciativa de leis. Mais do que isso, o povo é o super legislador habilitado a rejeitar pelo referendo os projetos aprovados pelo Parlamento.

A vida pública brasileira será também fiscalizada pelos cidadãos. Do Presidente da República ao prefeito, do senador ao vereador.

A moral é o cerne da pátria. A corrupção é o cupim da República. República suja pela corrupção impune toma nas mãos de demagogos que a pretexto de salvá-la a tiranizam.

Não roubar, não deixar roubar, pôr na cadeia quem roube, eis o primeiro mandamento da moral pública. Não é a Constituição perfeita. Se fosse perfeita seria irreformável.

Ela própria com humildade e realismo admite ser emendada dentro de cinco anos.



Não é a Constituição perfeita, mas será útil, pioneira, desbravadora, será luz ainda que de lamparina na noite dos desgraçados.

É caminhando que se abrem os caminhos. Ela vai caminhar e abri-los. Será redentor o caminho que penetrar nos bolsões sujos, escuros e ignorados da miséria.

A sociedade sempre acaba vencendo, mesmo ante a inércia ou o antagonismo do Estado.

O Estado era Tordesilhas. Rebelada a sociedade empurrou as fronteiras do Brasil, criando uma das maiores geografias do mundo.

O Estado encarnado na metrópole resignara-se ante a invasão holandesa no Nordeste. A sociedade restaurou nossa integridade territorial com a insurreição nativa de Tabocas e Guararapes sob a liderança de André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e João Fernandes Vieira que cunhou a frase da preeminência da sociedade sobre o Estado: Desbeber a El Rei para servir El Rei.

O Estado capitulou na entrega do Acre. A sociedade retomou com as foices, os machados e os punhos de Plácido de Castro e seus seringueiros.

O Estado prendeu e exilou. A sociedade, com Teotônio Vilella, pela anistia, libertou e repatriou.

A sociedade foi Rubens Paiva, não os facínoras que o mataram. (Aplausos acalorados)

Foi a sociedade mobilizada nos colossais comícios das Diretas Já que pela transição e pela mudança derrotou o Estado usurpador.

Termino com as palavras com que comecei esta fala.

A Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança.

Que a promulgação seja o nosso grito.

Mudar para vencer. Muda Brasil."